



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA  
DOUTORADO EM SAÚDE COLETIVA

Fernanda Rodrigues

**Trajetórias de Redução de Danos no Uso do Álcool sob a Ótica da Mídia e da  
Comunidade Científica**

Florianópolis

2020

Fernanda Rodrigues

**Trajetórias de Redução de Danos no Uso do Álcool sob a Ótica da Mídia e da  
Comunidade Científica**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Centro de Ciências da Saúde, da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito para obtenção do título de Doutora em Saúde Coletiva. Área de Concentração: Ciências Humanas e Políticas Públicas em Saúde.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Fátima Büchele Assis.

Coorientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Caroline R. Vaz.

**Florianópolis - SC**

**Março 2020**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Rodrigues, Fernanda  
Trajetórias de redução de danos no uso do álcool sob a  
ótica da mídia e da comunidade científica / Fernanda  
Rodrigues ; orientadora, Fátima Büchele Assis,  
coorientadora, Caroline Rodrigues Vaz, 2020.  
187 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, Centro de Ciências da Saúde, Programa de Pós  
Graduação em Saúde Coletiva, Florianópolis, 2020.

Inclui referências.

1. Saúde Coletiva. 2. Redução de danos. 3. Álcool. 4.  
Mídia . I. Assis, Fátima Büchele . II. Vaz, Caroline  
Rodrigues. III. Universidade Federal de Santa Catarina.  
Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva. IV. Título.

Fernanda Rodrigues  
**Trajetórias de Redução de Danos no Uso do Álcool sob a Ótica da Mídia e da  
Comunidade Científica**

O presente trabalho em nível de doutorado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof<sup>ª</sup>. Daniele Farina Zanotto, Dr<sup>ª</sup>.  
Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago

Prof<sup>ª</sup>. Sheila Rubia Lindner, Dr<sup>ª</sup>.  
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof<sup>ª</sup>. Carolina Carvalho Bolsoni, Dr<sup>ª</sup>.  
Universidade Federal de Santa Catarina

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de doutora em Saúde Coletiva

---

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva

---

Prof<sup>ª</sup>. Fátima Büchele Assis, Dr<sup>ª</sup>.  
Orientadora

Florianópolis, 2020



*Dedico esta tese e a conclusão desta etapa ao meu filho Lucca, que mesmo tão pequeno tornou-se meu maior aprendizado e motivação. És luz em minha vida.*

## AGRADECIMENTOS

O doutorado representa uma trajetória muito significativa em minha vida. Inicialmente surgiu como uma nova possibilidade de aprendizados e experiências, mesclada com o desafio e as dificuldades de sua realização, e passou a assumir uma relevância ainda maior no processo de gestar e me tornar mãe, que permeou esta trajetória. Inúmeras pessoas que passaram por esse caminho e ajudaram na construção desta tese e no encerramento deste ciclo merecem toda minha gratidão e carinho.

À professora Fátima, que me acompanha nesta trajetória acadêmica e de vida há 12 anos, sempre acreditando em mim e me apoiando no caminho, pelo carinho, atenção, dedicação, incentivo e persistência constantes, me proporcionando grandes aprendizados. Serei sempre grata por ter me proporcionado várias experiências e “nascimentos” positivos.

Ao meu companheiro Mauricio, pela motivação, pelo colo, apoio e incentivos diários, por trazer a leveza e alegria à minha vida, meu amor.

A minha coorientadora Caroline, que desde o início me acolheu e ofereceu apoio acadêmico e emocional durante toda a trajetória, sua participação facilitou muito meu caminho.

Às professoras Sheila, Caroline e Daniele, da banca, e à professora Elza, suplente, obrigada por aceitarem esse desafio, pela acolhida, incentivo e contribuições, foram muito importantes.

À minha mãe, Ivone, à Tânia, Leila, Katia, Thaís, Duda, Mirta, Airton, Jorge e Rafael, minha família amada, por me oferecerem o melhor, sempre, por estarem ao meu lado incondicionalmente e cuidarem do meu bem mais precioso.

Ao meu pai (*in memoriam*), que sempre estava me esperando com um abraço, carinho, afeto e incentivo, por sempre querer o melhor na minha vida.

A minha nova família, meu sogro Jorge, minha sogra Mara e cunhada Isadora, pelo zelo, cuidado e disponibilidade, vocês foram muito importantes nesses últimos meses

Às colegas de trabalho e minha coordenadora Ana Paula, por segurarem as pontas e me incentivarem, pela parceria.

À Camila, por ter aceitado ser membro suplente da banca, obrigada pelo incentivo no caminho.

Às amigas Fabiola, Ana Lucia e Verônica, por compartilharem os anos de doutorado acompanhando minhas dificuldades e sempre oferecendo escuta, pelas conversas e amizade.

À amiga Juliana, de longa jornada, sempre perto mesmo não estando perto, te considero e admiro muito.

Aos professores e coordenação do Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva, pelos aprendizados e parceria nesses anos, e à secretaria Maria Júlia, sempre disposta a esclarecer as dúvidas e auxiliar.

À Secretaria de Saúde do município de Palhoça, do qual sou servidora, pela liberação para as aulas e concessão das licenças prêmio para conclusão desta etapa.

Aos amigos do CEBB, à Raquel e ao lama Samten, que são meu porto seguro no caminho.

Enfim, e um agradecimento especial ao ser que veio para me transformar, meu pequeno Lucca, que precisou já no início da sua vida lidar com os desafios dela, nem sempre tendo sua mãe tão presente, mesmo assim sempre alegre e leve.

## RESUMO

O uso nocivo do álcool está relacionado a elevados índices de morbidade, mortalidade e incapacidade em todo o mundo. A redução de danos (RD) surge na década de 80 e atua na perspectiva da inexistência de uma sociedade sem drogas, visando minimizar os danos decorrentes do consumo das substâncias e evitar julgamentos, partindo de um compromisso com a saúde pública e direitos humanos. A tese proposta afirma que o panorama global da produção científica de RD no uso de drogas apresenta-se em expansão com destaque para a associação ao uso de drogas injetáveis. Entende que a estratégia de RD no uso do álcool é apresentada de maneira incipiente pela mídia, associada à restrição de publicações científicas em jornais nacionais e internacionais. A tese também defende que existe uma relevância cultural ao consumo do álcool e o cuidado em saúde que foca na abstinência, acrescido ao fato da influência da indústria de bebidas limitar as possibilidades de atuação frente ao consumo problemático da substância. Dessa forma o objetivo do estudo é analisar o panorama global das estratégias de RD no uso de álcool e outras drogas sob a ótica da mídia e da comunidade científica. Inicialmente, foi realizada uma análise bibliométrica sobre redução de danos no uso de drogas, utilizando o método SYSMAP (*Scientometric and sYStematic yielding MApping Process*) que deu origem ao primeiro artigo como resultado desta tese. A amostra de pesquisa revelou a associação da redução de danos ao uso de drogas injetáveis, ao surgimento do HIV e à transmissibilidade elevada das doenças infectocontagiosas devido ao compartilhamento de seringas. A análise sistêmica desenvolvida a partir da amostra inicial teve ênfase no álcool, sendo selecionados 16 artigos em que a substância se encontra vinculada às estratégias de RD, geralmente associada às drogas ilícitas. Usando os termos redução de danos e álcool foi realizada nova pesquisa com o método SYSMAP para aprofundar a análise sistêmica e subsidiar a discussão da pesquisa da mídia. A pesquisa documental tendo como base a mídia foi realizada em dois jornais nacionais e dois internacionais. Os resultados foram categorizados utilizando a análise textual discursiva: Regulamentação da venda (42 matérias), Medidas legais/ sanções (13), Restrição do consumo (7) e Estratégias específicas de RD (25). De modo geral, a mídia não possui espaço para a discussão de medidas de RD no uso do álcool, abstendo-se de adentrar em um terreno tortuoso. As evidências científicas encontradas sobre a influência e interesses das indústrias de bebidas respaldam a tese de que a mídia deve estar sendo favorecida por esse setor em detrimento da saúde pública, inibindo os danos relacionados ao álcool por meio de campanhas ambíguas e omitindo informações relevantes. As poucas publicações sobre a temática nos jornais no Brasil e Estados Unidos revelam ainda um contexto onde a lógica moralizante/biomédica se impõe, com enfoque na abstinência. A realização de novas pesquisas para avaliar a RD enquanto opção de abordagem torna-se imperativa para seu reconhecimento social e pela própria mídia.

**Palavras-chave:** redução de danos, álcool, mídia.

## ABSTRACT

The harmful use of alcohol is related to high rates of morbidity, mortality and disability around the world. Harm reduction (HR) emerged in the 80's and acts from the perspective of the non-existence of a society without drugs, aiming at minimizing the damages resulting from the consumption of substances and avoiding judgments, starting from a commitment to public health and human rights. The proposed thesis states that the global panorama of the scientific production of HR in drug use is expanding with emphasis on the association with the use of injectable drugs. It understands that the strategy of HR in the use of alcohol is presented in an incipient way by the media, associated with the restriction of scientific publications in national and international newspapers. The thesis also defends that there is a cultural relevance to alcohol consumption and health care that focuses on abstinence, added to the fact that the influence of the beverage industry limits the possibilities of action in relation to problematic consumption of the substance. Thus, the objective of the study is to analyze the global panorama of HR strategies in the use of alcohol and other drugs from the perspective of the media and the scientific community. Initially, a bibliometric analysis on harm reduction in drug use was performed using the SYSMAP (Scientometric and sYStematic yielding MApping Process) method, which gave rise to the first article as a result of this thesis. The research sample revealed the association of harm reduction with injecting drug use, the emergence of HIV, and the high transmissibility of infectious diseases due to syringe sharing. The systemic analysis developed from the initial sample emphasized alcohol, and 16 articles were selected in which the substance is linked to HR strategies, generally associated with illicit drugs. Using the terms harm reduction and alcohol, new research was conducted with the SYSMAP method to deepen the systemic analysis and to support the discussion of the media research. The media-based documentary research was conducted in two national and two international newspapers. The results were categorized using discursive textual analysis: Sales regulations (42 articles), Legal measures/ sanctions (13), Restriction of consumption (7), and HR specific strategies (25). In general, the media has no room for discussion of HR measures in the use of alcohol, refraining from entering a tortuous terrain. The scientific evidence found on the influence and interests of the beverage industries supports the thesis that the media should be favored by this sector to the detriment of public health, inhibiting alcohol-related harm through ambiguous campaigns and omitting relevant information. The few publications on the subject in newspapers in Brazil and the United States still reveal a context where the moralizing/biomedical logic is imposed, focusing on abstinence. New research to evaluate HR as an approach option becomes imperative for its social recognition and by the media itself.

**Keywords:** harm reduction, alcohol, media

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1. SYSMAP .....	65
Figura 2. Procedimentos metodológicos encontrados nas bases de dados.....	67
<b>Artigo 1:</b>	
Figura 1. SYSMAP.....	76
Figura 2. Procedimentos metodológicos encontrados nas bases de dados.....	78
Figura 3. Periodicidade de publicação.....	79
Figura 4. Autores integrados.....	83
Figura 5. Palavras-chaves integradas dos títulos e resumos.....	86

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Número de matérias encontradas por categoria e jornal.....	24
<b>Artigo 1:</b>	
Quadro 1. Informações dos autores.....	81
<b>Artigo 2:</b>	
Quadro 1: Número de matérias encontradas por categoria e jornal.....	104

## LISTA DE TABELAS

### **Artigo 2:**

Tabela 1. Quantitativo de matérias por jornal.....	103
--	-----



## LISTA DE SIGLAS

<b>ABEAD</b>	Associação Brasileira para o Estudo do Álcool e outras Drogas
<b>AIDS</b>	<i>Acquired Immunodeficiency Syndrome</i> ou Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
<b>CAPS ad</b>	Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas
<b>CISA</b>	Centro De Informações Sobre Saúde e Álcool
<b>EMCDDA</b>	European Monitoring Centre for Drugs and Drug Addiction
<b>EP</b>	El País
<b>EUA</b>	Estados Unidos da América
<b>FSP</b>	Folha de São Paulo
<b>HCV</b>	Vírus da hepatite C
<b>HIV</b>	Vírus da Imunodeficiência Humana
<b>HSH</b>	Homens que fazem Sexo com Homens
<b>IHRA</b>	International Harm Reduction Association
<b>MAPs</b>	<i>Managed alcohol programs</i> ou Programas gerenciados do álcool
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>OPAS</b>	Organização Pan-Americana da Saúde
<b>RD</b>	Redução de Danos
<b>SENAD</b>	Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas
<b>SPA</b>	Substâncias Psicoativas
<b>SYSMAP</b>	<i>Scientometric and sYStematic yielding MApping Process</i>
<b>THC</b>	Tetrahydrocannabinol/ Cannabis
<b>TNYT</b>	<i>The New York Times</i>
<b>UDI</b>	Usuários de drogas intravenosas
<b>UNODC</b>	<i>United Nations Office on Drugs and Crime</i>
<b>USP</b>	Universidade de São Paulo
<b>XR-NTX</b>	Extended-release Naltrexone ou Naltrexona de liberação prolongada

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	<b>13</b>
<b>1.1. OBJETIVOS</b> .....	<b>21</b>
1.1.1. Objetivo Geral:.....	21
1.1.2. Objetivos Específicos: .....	21
<b>2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	<b>22</b>
<b>2.1 ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO AO USO DE DROGAS: O SURGIMENTO DA REDUÇÃO DE DANOS</b> .....	<b>24</b>
<b>2.2 LEGISLAÇÃO SOBRE REDUÇÃO DE DANOS NO USO DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS</b> .....	<b>29</b>
<b>2.3 O ÁLCOOL ENQUANTO PROBLEMA DE SAÚDE PÚBLICA</b> .....	<b>34</b>
<b>2.4 ANÁLISE SISTÊMICA: REDUÇÃO DE DANOS NO USO DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS</b> .....	<b>38</b>
<b>2.5 ÁLCOOL E REDUÇÃO DE DANOS</b> .....	<b>44</b>
<b>2.6 A MÍDIA E SUA INFLUÊNCIA NO CONSUMO DE ÁLCOOL</b> .....	<b>48</b>
2.6.1 Regulamentação da venda.....	51
2.6.2 Medidas legais/ Sanções.....	57
2.6.3 Restrição do consumo.....	58
2.6.4 Estratégias específicas de redução de danos no consumo do álcool.....	60
<b>3. MÉTODO</b> .....	<b>64</b>
<b>3.1 PESQUISA BIBLIOMÉTRICA</b> .....	<b>64</b>
<b>3.2 ANÁLISE SISTÊMICA</b> .....	<b>68</b>
<b>3.3 PESQUISA DOCUMENTAL NA MÍDIA</b> .....	<b>69</b>
<b>4. RESULTADOS</b> .....	<b>72</b>
<b>4.1 ARTIGO 1</b> .....	<b>72</b>
<b>4.2 ARTIGO 2</b> .....	<b>98</b>
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>125</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>129</b>
<b>APÊNDICE 1- QUADRO COM INFORMAÇÕES DOS ARTIGOS (PRIMEIRA ANÁLISE SISTÊMICA)</b> .....	<b>139</b>
<b>APÊNDICE 2- QUADRO COM INFORMAÇÕES DOS ARTIGOS- ANÁLISE SISTÊMICA RD E ÁLCOOL</b> .....	<b>142</b>
<b>APÊNDICE 3- QUADRO COM DESCRIÇÃO DAS REPORTAGENS (MÍDIA) SEPARADOS EM CATEGORIAS</b> .....	<b>148</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Esta tese analisa as estratégias relacionadas à redução de danos (RD) no uso de drogas, com enfoque no álcool por meio dos discursos da mídia, correlacionando esse tema com o descrito na literatura científica. Dessa forma, a contextualização da temática apresenta os determinantes do consumo, tipos de uso e estigmas associados ao uso de drogas. A problemática da pesquisa vai abordar os danos e problemas associados ao consumo mundial do álcool e outras drogas, a redução da demanda, bem como o surgimento das estratégias de RD e suas relações com o que aborda a mídia. Na sequência justificamos nosso estudo e sua tese abordando os interesses políticos no período desta, bem como os econômicos das indústrias do álcool e a RD enquanto tema principal e suas estratégias para a saúde coletiva.

O uso de drogas pelos seres humanos coexiste com relatos de tempos remotos, apresentando diversos significados de acordo com o momento histórico de cada população. Por sua vez, os determinantes do consumo acontecem na relação que cada indivíduo estabelece com a droga e têm origem no sujeito com suas características, na substância psicoativa e no contexto sociocultural em que se realiza o encontro entre ela e o indivíduo. Assim, pode ocasionar um consumo que varia de leve a pesado até chegar à dependência (SILVEIRA; DOERING-SILVEIRA, 2018).

Considera-se muito mais adequado falar em um tipo de consumo como leve ou pesado ao invés de se falar em drogas leves ou pesadas, pois a intensidade do consumo está mais relacionada aos prejuízos psíquicos, biológicos e sociais do que ao tipo de droga utilizada, seja ela lícita ou ilícita. Ao se referir ao uso de drogas ilícitas, o discurso social é de que as drogas são capazes, por si só, de determinar o comportamento das pessoas. Assim, a imagem negativa e carregada de estigmas associada a este tipo de droga é preceptora de estereótipos em relação ao usuário que também, por sua vez, absorve esses preconceitos sociais, gerando um afastamento dos serviços de saúde e de outras possibilidades de acesso a algum tipo de apoio (ANDRADE; ROZANI, 2011).

Para Duarte e Morihisa (2010) a percepção e o julgamento moral sobre o consumo de drogas evoluíram constantemente, baseados na relação do homem com o álcool, por ser a droga de uso mais antigo e difundido. No entanto, os aspectos das drogas relacionados à saúde só foram estudados e discutidos nos últimos dois séculos. Antes disso, predominavam essas visões preconceituosas, sendo os usuários muitas vezes percebidos como possuídos por “forças do mal”, com falhas de caráter ou desprovidos de força de vontade para não sucumbirem ao vício.

O desenvolvimento desse tema se expandiu muito nos últimos 40 anos e estima-se que cerca de 5% da população mundial adulta, ou 250 milhões de pessoas tenha feito uso de drogas ao menos uma vez no ano de 2015. Desses consumidores, cerca de 0,6% da população adulta mundial sofre de distúrbios causados pelo seu uso. Entre essas, os opioides são as drogas mais nocivas, representando 70% dos problemas relacionados ao consumo de drogas mundialmente, com destaque para a heroína, associada ao risco de overdose, contágio de doenças infecciosas como HIV (vírus da Imunodeficiência Humana) e hepatite C, e outras comorbidades médicas e psiquiátricas. O problema tomou uma proporção bastante ampla principalmente nos Estados Unidos, de forma que as mortes por overdose, sendo a maioria por opioides, mais do que triplicou no período de 1999-2015, causando mais mortes do que acidentes de trânsito ou violência neste país (UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME- UNODC, 2017).

Na Europa, o policonsumo tem se tornado comum entre os consumidores de drogas que possuem padrões de uso que se estendem do experimental à dependência. O sexo masculino representa a parcela com níveis mais elevados e a prevalência da cannabis está em torno de cinco vezes maior que de outras substâncias. Assim como nos Estados Unidos, na Europa a heroína e outros opiáceos continuam a ser as substâncias mais associadas a formas mais nocivas de consumo (EUROPEAN MONITORING CENTRE FOR DRUGS AND DRUG ADDICTION- EMCDDA, 2017).

O importante Relatório Global sobre Álcool e Saúde aponta que o uso nocivo do mesmo está relacionado a 3 milhões de mortes em 2016, ou o equivalente a quase 5,3% de todas as mortes do mundo, sendo um dos fatores de maior impacto para a morbidade, mortalidade e incapacidades em todo o mundo. Ainda em nível mundial, 7,2% de todas as mortes prematuras, entre pessoas com 69 anos ou menos, foi atribuída ao álcool em 2016, sendo o mesmo ainda responsável por 13,5% de todas as mortes entre os 20 e 39 anos de idade. No Brasil, o álcool esteve associado a 69,5% e 42,6% dos índices de cirrose hepática respectivamente, entre homens e mulheres em 2016, além dos acidentes de trânsito (36,7% e 23%) e índices de câncer (8,7% e 2,2%) (WORLD HEALTH ORGANIZATION- WHO, 2018).

Além desses dados globais, o Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (CEBRID) realizou dois levantamentos domiciliares sobre o uso de drogas psicotrópicas, sendo o segundo realizado nas 107 maiores cidades do País em 2005, que abrangeu indivíduos de 12 a 65 anos. Este levantamento constatou que o uso na vida de álcool (pelo menos uma vez) foi de 68,7%, próximo ao Chile (70,8%) e Estados Unidos da América

(EUA) com 81%. O maior uso foi registrado na região Sudeste (71,5%) e a estimativa para dependentes de álcool para o Brasil foi de 11,2 (GALDURÓZ, SANCHEZ; NOTO, 2011)

Na mesma direção, uma análise de séries temporais realizada por Noto e colaboradores (2002 apud GALDURÓZ; SANCHEZ; NOTO, 2011) entre 1988 e 2008 para estudar as internações por dependência e as psicoses provocadas pelo uso de substâncias psicotrópicas, revela que 87% das internações esteve associada ao álcool. A pesquisa, no entanto, indicou uma redução do total de internações causadas por dependência de drogas, especialmente a partir de 2003, fato possivelmente associado às ações de reforma psiquiátrica adotadas nos últimos anos no Brasil, com destaque para a criação dos Centros de Atenção Psicossocial em álcool e outras drogas - CAPSad, a partir de 2002.

O uso abusivo e/ou dependência de álcool e outras drogas têm sido abordados historicamente a partir de uma perspectiva predominantemente psiquiátrica ou médica, associando a questão à criminalidade e a oferta de tratamentos baseados nos modelos de exclusão dos usuários do convívio social. As alternativas construídas de atendimento foram de caráter fechado e tendo como principal objetivo a ser alcançado a abstinência. Identifica-se assim, uma percepção distorcida da realidade do uso de álcool e outras drogas, que promove a disseminação de uma cultura de combate a essas substâncias que são inertes por natureza, relegando o indivíduo e seu meio de convívio a um plano menos importante. Contudo, para a compreensão total do problema, as implicações sociais, psicológicas, políticas e econômicas são evidentes e devem ser consideradas (BRASIL, 2003).

Entre tantas transformações na relação da sociedade com as formas de enfrentamento da problemática surge, ao lado de uma abordagem criminalística e punitiva, a estratégia de redução de danos, caracterizada por apresentar um propósito direcionado às necessidades do usuário e aos direitos humanos. Contudo, a mesma ainda apresenta muitas divergências na sua implementação, sofrendo críticas de diversos atores sociais, sem considerar relevante, principalmente pelas políticas públicas de álcool e outras drogas no Brasil, todas as vantagens que essa estratégia apresenta para nossa sociedade como um todo.

Durante o século XX, as políticas para o controle de drogas dos Estados Unidos, cujo principal objetivo era o de reduzir a oferta de drogas disponíveis, dominaram o cenário internacional, sendo adotadas pela maioria dos outros países ao redor do mundo. Após, sucederam-se políticas com o intuito de reduzir, além da oferta, a demanda de drogas. A redução da oferta tem como objetivo reduzir a disponibilidade de drogas ilícitas, envolvendo medidas como interceptação do tráfico de drogas e promulgação da política destinada a erradicar o cultivo de plantas usadas para constituir as drogas. As estratégias para redução da demanda

incluem evitar o início do uso de drogas pelas pessoas, prevenir padrões de uso abusivos, intervenção precoce para estes padrões e redução de consequências para a saúde relacionadas às drogas. Consiste também em medidas de proibição do uso, tratamento e campanhas de prevenção e sensibilização. Estratégias de redução da demanda podem ser consideradas o subconjunto de estratégias de redução de danos mais efetivo, considerando que menores danos acontecem na medida em que drogas não são usadas (MARLATT, 1999; MARLATT; WITKIEWITZ, 2010).

A primeira situação reconhecida historicamente como estratégia de redução de danos remonta ao Relatório Rolleston, quando em 1926 um grupo de médicos britânicos recomendava a prescrição de opiáceos a dependentes dessas drogas. Esta foi considerada a maneira mais adequada de tratá-los, contando com equipes de saúde para monitorar o uso e proporcionar alívio dos sintomas de abstinência (SODELLI, 2010; VINADÉ, 2011). Desde então a RD passou a figurar na comunidade científica.

Marlatt (1999), um dos principais propositores do tratamento a usuários de drogas elaborou cinco princípios básicos sobre a RD, como uma alternativa de saúde pública para os modelos moral, criminal e de doença do uso e da dependência química. A redução da oferta ou política de guerra às drogas prevê a punição e proibição do uso e o modelo de doença traz a abordagem de redução da demanda. Contudo, o objetivo final de ambas é reduzir ou eliminar a prevalência do uso de drogas concentrando-se principalmente no usuário. O autor aponta que a RD possui suas raízes filosóficas no pragmatismo e problematiza as consequências ou efeitos do comportamento aditivo. Assim, os efeitos são avaliados não por serem errados ou certos, mas em termos de serem prejudiciais ou favoráveis ao usuário de drogas e a sociedade. Os defensores da RD entendem que uma sociedade livre de drogas não tem quase nenhuma chance de se tornar realidade e consideram que esta estratégia já figura entre as principais abordagens no uso de drogas.

Já em 2002, o Ministério da Saúde por meio da Portaria GM/816 de 30 de abril, propôs a criação de 250 CAPSad, considerando a necessidade de estruturação e fortalecimento de uma rede de assistência aos usuários de drogas e dependentes químicos centrada na atenção comunitária que tenha ênfase na reabilitação e reinserção social dos seus usuários e esteja inserida dentro de uma perspectiva estratégica de redução de danos sociais e à saúde.

Em seguida, a Política do Ministério da Saúde para Atenção Integral a Usuários de Álcool e outras Drogas (2003) defende que as práticas de saúde devem levar em conta as singularidades e as diferentes possibilidades e escolhas que são feitas pelos indivíduos. Assim, a política considera a RD como um método de tratamento, não excludente de outros, e implica

corresponsabilidade daquele que está se tratando, além do estabelecimento de vínculo com os profissionais. As diretrizes da política incluem principalmente a estratégia de redução de danos como paradigma nas ações de prevenção e tratamento do uso de drogas, sendo um método de ação territorial baseado na perspectiva da clínica ampliada.

Diante desse cenário e de acordo com o Relatório Europeu sobre Drogas (2017), as medidas principais adotadas no Continente para reduzir as doenças infecciosas entre consumidores de drogas injetáveis incluem estratégias de redução de danos, entre elas: tratamentos de substituição de opiáceos, oferta de material de injeção esterilizado, vacinação contra a hepatite B, aconselhamento em relação a comportamentos de risco, rastreamento de doenças infectocontagiosas e tratamento da hepatite C e HIV (EMCDDA, 2017).

Assim, as ações à saúde com foco nos usuários ou dependentes do uso de substâncias psicoativas que visam reduzir os riscos associados ao uso sem precisar interferir na oferta ou consumo, fazem parte da definição de redução de danos sociais e à saúde, de acordo com a portaria n. 1.028 de 2005. Os usuários podem receber assistência independente de não poder, não conseguir ou não querer parar o uso de drogas, no que se prevê a garantia dos direitos humanos, de cidadania, de cuidado à saúde e reinserção social (BRASIL, 2005; SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, SANTA CATARINA- SES/SC, 2010).

Contudo, e na contramão de toda a política sobre drogas dos países mais desenvolvidos, em 2019 no Brasil foi aprovada a nova Política Nacional sobre Drogas, por meio do Decreto nº. 9.761/2019. A partir dela a estratégia de tratamento, sob responsabilidade do Ministério da Cidadania, passa a ter a abstinência dos usuários, e não mais a redução de danos como foco. A nova política destaca o fortalecimento das Comunidades Terapêuticas, que deverão receber maior incentivo social e financeiro do governo nacional, sem considerar todos os estudos que já destacaram em nível mundial a abstinência total não se adequando a todas as pessoas que tem problemas com uso de drogas, principalmente os mais jovens e, por consequência, os mais vulneráveis (MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ- MPPR, 2019).

Entre os pressupostos da atual política, trazendo para o contexto da pesquisa em questão, destaca-se a busca incessante em atingir a sociedade ideal como protegida do uso de drogas lícitas e ilícitas e da dependência dessas drogas. Entre seus objetivos, consta a promoção da busca da abstinência de drogas lícitas e ilícitas como um dos fatores de redução dos problemas decorrentes do uso das drogas, nos âmbitos sociais, econômicos e de saúde, trazendo a tona uma política arcaica, de guerra às drogas, que já perdeu seu rumos em muitos países em nível mundial (BRASIL, 2019).

A instituição psiquiátrica cedo ou tarde se sobressairia em relação ao modelo da atenção psicossocial, tendo aquela ficado latente devido a não extinção dos hospitais psiquiátricos e permeada pela própria rede substitutiva. Os antigos processos de transformação passam a ser interrompidos e retrocederem em décadas, devido à intensidade das mudanças impostas por novos decretos governamentais. Estamos vivendo uma realidade de fortalecimento de instituições privadas que tratam em reclusão pessoas em sofrimento psíquico, entre eles os dependentes do uso de álcool e outras drogas, as quais recebem dinheiro público e se valem de ações violadoras dos direitos humanos, ao mesmo tempo em que afirmam contraditoriamente o compromisso com a humanização da atenção (MARTINS; ASSIS; BOLSONI, 2019).

A definição de políticas sofre significativa influência da opinião pública, especialmente mediada pela grande imprensa. Assim, entende-se que no julgamento da opinião pública a política do álcool trata de liberdade pessoal, lazer, prazer, tradição, que se estendem para além da saúde. Ou seja, no que diz respeito ao álcool, a saúde trata-se de apenas uma faceta de uma complexa realidade social e política, a qual os formuladores de políticas precisarão levar em conta ao abordarem o assunto (BUTLER, 2017).

Porto (2009) defende que as diversas facetas com que o consumo de drogas é simbolizado na sociedade podem ser compreendidas a partir do pressuposto de que a mídia é um importante instrumento produtor da representação social dos usuários e dos modos de cuidado e enfrentamento da questão das drogas que, para além de seu caráter falso ou verdadeiro, possui função pragmática como orientadora de condutas dos atores sociais.

Nesse sentido, o domínio da mídia acelerou as organizações multimídia e multinacionais, que participam de uma variedade de indústrias com interesse na comunicação e informação, sendo que essas grandes concentrações de poder econômico e simbólico são responsáveis pela produção de informação e conteúdo que circulam em escala global. Thompson (2002), considerava que as preocupações éticas da mídia foram banidas há muito tempo com o crescimento da comercialização da instituição, que deu espaço a critérios de eficiência e lucratividade, tornando as informações cada vez mais padronizadas, que tratam do trivial e do sensacional, abandonando qualquer aspiração para transcender as banalidades da vida diária.

A saúde coletiva é contestada com força pela maioria dos atores da indústria do álcool ao rejeitar um modelo dicotômico de dano, que distancia os problemas com a bebida da maioria do consumo e porque seu objetivo é reduzir o volume vendido da substância. Assim, essa indústria tem seus interesses comerciais desafiados pelos defensores de políticas do álcool, que



consideram a exigência de mudanças no enquadramento e conceitualização dos problemas relacionados (NICHOLLS; GREENAWAY; 2015).

Nesse sentido, Thompson (2002) defende que as instituições da mídia têm um papel importante no fornecimento de informações e pontos de vista diferentes para a formação de juízo de valor sobre assuntos de interesse dos indivíduos. Contudo, as mesmas instituições lançam mãos de mecanismos para que se articulem opiniões que podem ter sido marginalizadas ou excluídas da esfera da visibilidade mediada.

Quando o enfoque se direciona para a redução de danos relacionados ao uso do álcool, identifica-se de imediato uma redução nas opções de abordagens, assim como nas pesquisas e matérias relacionadas à temática. Dentre essas, algumas sugestões sobre ações para reduzir os efeitos do álcool incluem a redução na concentração de álcool nas bebidas, que seria uma abordagem simples para minimizar a intoxicação e poderia ser definida pela legislação. Outra opção seria uma menor taxação para encorajar o consumo destas bebidas em relação àquelas com maior grau de intoxicação (NUTT, 2006).

Nessa perspectiva, as informações já descritas fornecem justificativas importantes para a relevância do tema com foco na redução de danos no uso de álcool e outras drogas, pois mostram as sérias consequências do uso das substâncias para as populações, com ênfase nos níveis elevados de óbitos relacionados a drogas ilícitas, mas principalmente ao uso do álcool, que acarreta consequências para além do nível individual e familiar, onerando a sociedade de forma direta e indireta, por meio dos custos nos sistemas de saúde, judiciário, previdenciário, além de absenteísmo e desemprego. Considera-se ainda que a nova política no Brasil necessita de subsídios científicos que direcionem e aperfeiçoem a existente (WHO, 2018).

De acordo com Galduróz, Sanchez e Noto (2011), as publicações de matérias sobre psicotrópicos nos principais jornais e revistas do país revelam diferenças da prevalência do uso na população, pois o enfoque é direcionado para drogas ilícitas, como maconha e cocaína/crack. Assim, ainda há várias lacunas sobre temas como dependência, tratamento e tolerância em relação à publicidade das indústrias de cerveja (álcool). Essa desproporção reflete diretamente na percepção da população, fazendo-se necessário ações de estímulo ao debate social sobre drogas como solventes e medicamentos, assim como tabaco e bebidas alcoólicas.

A relevância deste estudo justifica-se por possibilitar o aprofundamento das discussões sobre o consumo de álcool e a RD, trazendo subsídios entre a política e princípios iniciais da estratégia de RD e sua implementação conforme mediada pela mídia e interesses da indústria com foco na droga em questão, o álcool. Considera-se também que os meios de comunicação

têm um papel crucial na formação de sentido de responsabilidade pelo dever coletivo, cujo destino das ações estará interligado a nós (THOMPSON, 2002).

Além disso, esta tese vai aprofundar o entendimento do tema por meio da revisão da literatura internacional ampla, abordando os preconceitos que ainda hoje, em pleno século 21, estão intrínsecos à redução de danos enquanto estratégia de saúde pública, seus princípios e seus benefícios. Isso permite a abertura de espaço para possibilidades reais de atenção ao consumidor de álcool, com o intuito de melhorar sua qualidade de vida e superar o modelo construído historicamente de ausência de cuidados e exclusão social das pessoas que sofrem ou são estigmatizadas pelo fato de terem algum tipo de problema com o consumo de drogas.

A indústria do álcool e a mídia em nível mundial são geradoras de opiniões a partir das informações veiculadas, que se apresentam de forma muito distinta nacional e internacionalmente. A estratégia de RD está, de maneira geral, bastante associada à prevenção da transmissão de doenças infectocontagiosas e ao programa de trocas de seringas, o que limita as potencialidades desta estratégia de atuação no cuidado integral ao usuário de drogas e promove visões distorcidas sobre o assunto, que possui em sua amplitude de atuações e no seu propósito de acolhimento grande resolutividade na atenção a saúde e vida dos indivíduos com problemas associados ao consumo de álcool e outras drogas.

Diante desse cenário, **a tese que nos propomos a defender afirma que:**

O panorama global da produção científica de RD no uso de drogas apresenta-se em expansão com destaque para a associação ao uso de drogas injetáveis e em menor escala para o álcool. Infere-se que a estratégia de RD no uso do álcool é apresentada de maneira incipiente pela mídia, associada à restrição de publicações em matérias de jornais nacionais e internacionais. Ainda, existe uma relevância cultural ao consumo do álcool e o cuidado em saúde aos seus consumidores que foca principalmente na abstinência, acrescido ao fato da influência da indústria de bebidas limitar as possibilidades de atuação frente ao consumo problemático da substância.

Assim, esta tese tem as seguintes questões de pesquisa:

- Qual o panorama global da produção científica de RD no uso de drogas e como o álcool se apresenta nessa estratégia?

- Como a estratégia de RD no uso do álcool é apresentada pela mídia por meio de jornais nacionais e internacionais?
- Como a estratégia de redução de danos no uso do álcool está associada aos interesses da indústria de bebidas e à cultura do consumo da substância?
- Como a mídia mostra o cuidado baseado na abstinência e interfere na estratégia de RD na saúde pública?

## 1.1. OBJETIVOS

### 1.1.1. Objetivo Geral:

Analisar o panorama global das estratégias de Redução de Danos no uso de álcool e outras drogas sob a ótica da mídia e da comunidade científica.

### 1.1.2. Objetivos Específicos:

- Desenvolver uma análise bibliométrica da literatura nacional e internacional sobre RD no uso de drogas desde seu surgimento;
- Elaborar uma análise sistêmica na literatura nacional e internacional sobre redução de danos no uso do álcool;
- Analisar as práticas de redução de danos no uso de álcool na mídia nacional e internacional a partir da literatura nacional e internacional sobre RD e álcool;
- Identificar as possibilidades de atuação e desenvolvimento de pesquisas na problemática do uso do álcool baseado na Redução de Danos.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica dessa tese tem como objetivo contextualizar o tema do estudo para subsidiar e sistematizar as discussões que se fizerem presentes neste estudo. Dessa forma ela foi elaborada a partir de materiais pesquisados tais como livros, artigos, dissertações, teses, legislações, materiais da internet selecionados de acordo com o tema da pesquisa, servindo de apoio e compreensão do fenômeno investigado.

Assim, a fundamentação da pesquisa vai abordar as estratégias de enfrentamento ao uso de drogas, trazendo o surgimento da redução de danos e as legislações pertinentes ao tema. Na sequência, faz-se a discussão sobre o álcool e a problemática envolvida com seu consumo.

Para tratar especificamente do tema da redução de danos no uso de álcool foi desenvolvida uma revisão de literatura estruturada utilizando o método SYSMAP (*Scientometric and sYStematic yielding Mapping Process*), que tem por objetivo apresentar de uma forma estruturada os principais processos para realização de uma revisão de literatura de um tema que o pesquisador não tem conhecimento ou busca detalhes específicos, e consiste em cinco fases (VAZ e URIONA MALDONADO, 2017):

1. construção da coleção de artigos (Amostra I);
2. processo de filtragens;
3. análise cientométrica;
4. análise de conteúdo (Amostra II) e,
5. construção das lacunas/oportunidades de pesquisa.

Neste método, para o subitem 3.4 intitulado “Análise sistêmica: Redução de danos no uso de álcool e outras drogas”, inicialmente foi realizada a construção da coleção de artigos para identificação da bibliografia, com a busca das palavras-chave: *harm reduction, harm minimization, risk reduction, risk reduction behavior, drug users, psychotropic drug, street drugs and drug effect*. As bases de dados foram *Web of Science, Scopus, PubMed, PsycINFO, LILACS, BDNF e SciELO*, sendo a pesquisa realizada em 2017 sem período de tempo delimitado, com o intuito de identificar quando se iniciou a pesquisa da temática e qual período obteve-se um maior número de publicações, utilizando as seguintes combinações de palavras-chaves: (“harm\* reduction\*” OR “harm\* minimization\*” OR “risk reduction” OR “risk reduction behavior”) AND (“drug\* users” OR “psychotropic drug\*” OR “ street drugs” OR “ drug\* effect\*”).

Para a etapa da exclusão, foram retirados os artigos repetidos/ duplicados. Para a etapa de inclusão, alguns aspectos foram considerados para realização da filtragem dos artigos a serem estudados: alinhamento dos títulos dos artigos com o tema; (iii) reconhecimento científico dos artigos; e (iv) alinhamento dos resumos dos artigos com o tema. Desta forma, obteve-se 4.296 artigos brutos, os quais após a filtragem e identificação dos estudos alinhados com o tema por meio da leitura dos títulos e resumos, resumiram-se em uma amostra de 984 artigos.

Estes 984 artigos previamente selecionados para a análise bibliométrica passaram por novo processo de filtragem para a análise sistêmica, por meio da leitura de todos os resumos, que foi realizada para responder ao seguinte critério de investigação: *quais os trabalhos que abordam a redução de danos no uso do álcool?* Dessa forma foram encontrados 39 artigos, dos quais 16 correspondem a artigos originais que configuram parte dessa análise sistêmica e servirão como subsídio à discussão dos demais achados (apêndice 1), sendo os demais excluídos do estudo por se tratar de comentários, revisões e alguns não estarem disponíveis na íntegra.

Para a segunda parte desta análise, incluída no subitem 3.5 desta fundamentação em “Álcool e Redução de Danos”, partindo da necessidade de refinamento e atualização dos dados da pesquisa bibliográfica, foi realizada nova busca nas mesmas bases de dados consultadas anteriormente. Foram utilizadas para esse objetivo as seguintes palavras-chave: *harm reduction AND alcohol*, sendo o período de tempo delimitado em cinco anos, de 2014 a 2018, possibilitando identificar estudos mais recentes sobre a temática.

Obteve-se então 2.993 artigos brutos, os quais passaram pelas filtrações de trabalhos duplicados, alinhados com o tema (leitura dos títulos e resumos) e disponíveis, além das outras etapas de inclusão: o reconhecimento científico dos artigos; a presença dos termos de busca nas palavras-chave: *harm reduction/risk reduction AND alcohol* e derivações; a apresentação de estratégias claras de RD no uso do álcool apenas; e não se tratar de artigos sobre metodologia de pesquisa. Desta seleção resultou uma amostra de 40 artigos (apêndice 2), dentre os quais serão incluídos na análise aqueles que proporcionam mais subsídios para comparação e discussão dos achados da mídia e que fundamentem esta tese.

Além da análise de conteúdo, ou também denominada análise sistêmica, neste capítulo será realizada uma explanação sobre a mídia e a apresentação das reportagens encontradas na pesquisa realizada. Nesse sentido, para aprofundamento da discussão e considerando a tese de que a percepção social sobre a estratégia de RD no uso do álcool é incipiente influenciada pela mídia, esta pesquisa fez uma busca em quatro periódicos, sendo dois nacionais e dois

internacionais, durante um período também de cinco anos, que compreende 2014 a 2018. Os jornais foram escolhidos pela sua tiragem, influência e diferentes localidades, são eles: El País (EP), Folha de São Paulo (FSP), O Globo e The New York Times (TNYT).

Após extensa pesquisa nas mídias e leitura exaustiva do material encontrado conforme processo da análise textual discursiva, as matérias foram agrupadas em categorias criadas de acordo com conteúdos semelhantes identificados, conforme descrição do quantitativo por jornal no quadro abaixo, que serão discutidas em detalhes no subitem 3.5 “Mídia e Redução de Danos no Uso do Álcool”.

Quadro 1: Número de matérias encontradas por categoria e jornal

<b>Categoria / Jornal</b>	<b>El País</b>	<b>The New York Times</b>	<b>O Globo</b>	<b>Folha de São Paulo</b>	<b>Total</b>
Regulamentação venda	34	2	4	2	42
Medidas legais/ sanções	12	--	1	---	13
Restrição consumo	7	--	--	--	7
Estratégias específicas RD	17	2	1	5	25
<b>Total</b>	<b>70</b>	<b>4</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>87</b>

Fonte: autora (2019).

Dessa forma, a fundamentação teórica foi construída para oferecer subsídios ao tema desta tese.

## 2.1 ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO AO USO DE DROGAS: O SURGIMENTO DA REDUÇÃO DE DANOS

Os problemas decorrentes do consumo abusivo de drogas revelam prejuízos em múltiplas dimensões, sociais e individuais. Um exemplo são as interações decorrentes desses problemas

que, além de implicar um custo econômico para o sistema de saúde, também trazem um considerável sofrimento individual e para a família da pessoa internada. Outra dimensão que o uso de drogas tem importante impacto é o trabalho, pois o consumo descontrolado de tais substâncias reflete-se em faltas e atrasos, queda na produtividade e dificuldades de relacionamento com colegas e chefia (CRUZ, 2009).

Em uma análise da trajetória histórica sobre a política de enfrentamento às drogas no Brasil, Garcia, Leal e Abreu (2008) consideram que os investimentos na área historicamente foram destinados à repressão, conforme postura conservadora norte-americana de “guerra às drogas”. Rearranjos macropolíticos durante o processo de abertura política do país contribuíram para que práticas autoritárias estivessem presentes dentro do próprio Estado Democrático, como aconteceu com as políticas de drogas, que criaram impasses e restrições a uma efetiva atenção aos usuários de drogas por meio dos princípios básicos do Sistema Único de Saúde (PASSOS; SOUZA, 2011).

Já Moreira, Silveira e Andreoli (2006), referem que as duas posturas básicas diante da problemática são a “guerra às drogas”, ou a postura considerada tradicional, e a de “redução de danos” (RD). Na abordagem tradicional, quando se trata de redução da demanda, as informações são caracterizadas pelo apelo moral e amedrontamento, que se resumem na persuasão das pessoas para a abstinência.

A Inglaterra, com o histórico da primeira ação de redução de danos que ocorreu em Liverpool em 1926, por meio do relatório *Rolleston*, objetivava tratar e possibilitar ao usuário de opiáceos uma vida de interação com a sociedade, ao estabelecer a possibilidade do médico prescrever a droga em questão a dependentes da mesma, por considerar que seu uso estava intrinsecamente associado às características de vida dos usuários (VALÉRIO, 2010).

Na década de oitenta, os princípios da RD começaram a ser sistematizados em formas de programas, sendo o termo redução de danos somente introduzido em 1981. A participação dos dependentes químicos associados ao *Junkiebond* (espécie de sindicato para usuários de drogas pesadas) culminou com o primeiro programa de troca de seringas em Amsterdã em 1984, em resposta à epidemia de Hepatite B. Então, foi assim que os próprios usuários trouxeram a ideia que mudou a história da infecção por HIV nos usuários de drogas injetáveis: trocar as agulhas e seringas usadas por novas. A iniciativa baixou consideravelmente os índices de infecção dos usuários de drogas injetáveis por HIV na Holanda e, em seguida, na Inglaterra. Assim, o sistema holandês com um modelo predominantemente orientado à abstinência expandiu-se para múltiplas opções de abordagem, incluindo programas de baixa exigência a

programas de alta exigência (MARLATT, 1999; POLLO-ARAÚJO; MOREIRA, 2008; SODELLI, 2010).

A partir dessas experiências positivas expandiram-se os estudos sobre RD, de forma que podemos observar como esse processo é relativamente jovem. Dessa forma, no Brasil, a cidade de Santos foi protagonista na primeira tentativa de implantar um programa de RD em 1989. Contudo, os profissionais foram impedidos de fornecer seringas a UDI (usuários de drogas intravenosas) para evitar disseminação do vírus HIV na época e passaram a estimular a desinfecção de agulhas e seringas reutilizadas com hipoclorito de sódio. O primeiro projeto efetivo de trocas de seringas ocorreu então na Bahia, em 1995, seguido de vários estados brasileiros. Em 2003 surgiu a Política de Atenção Integral a Usuários de Álcool e outras Drogas, que incorporou a sistematização do conceito de RD, em consonância com os movimentos das Reformas Sanitárias e Psiquiátrica (VINADÉ, 2011; VINADÉ; CRUZ; BARBEITO, 2017).

A abordagem de redução de danos reconhece que o cidadão tem direito ao conhecimento científico atualizado, bem como prevê a capacidade de escolhas dos atores sociais, evitando julgamentos (SOUZA; MONTEIRO, 2011). Esta proposta aproxima-se, então, da promoção da saúde, na qual as ações podem ser analisadas de forma integral, valorizando os resultados parciais que surgem, com o objetivo de se ter uma vida cada vez mais saudável (MOREIRA; SILVEIRA; ANDREOLI, 2006).

Entre os especialistas, há um consenso cada vez maior de que as políticas de repressão do uso são historicamente ineficazes, de forma que disponibilizar informações precisas sobre as drogas e seus efeitos são as propostas mais adequadas (LABATE; FIORE; GOULART, 2008). No mesmo sentido, MacRae (2003) considera que a atenção para as possibilidades de prevenção e controle dos efeitos adversos das SPA (substâncias psicoativas) são muito mais eficazes que o mero proibicionismo, no qual a atenção é voltada simplesmente para o combate ao consumo. Essas são propostas exercidas em vários países do mundo e que já demonstraram sua ineficácia.

As estratégias de RD distanciam-se do enfoque de guerra às drogas, pois entendem que o relacionamento do homem com as mesmas não está sempre vinculado a um consumo problemático. Pressupõe ainda, que a procura dos indivíduos por substâncias que alterem seu estado mental permanecerá. Assim, esta abordagem trabalha na perspectiva da redução de riscos e danos relacionados a qualquer tipo de consumo que seja potencialmente prejudicial, ou seja, aceita qualquer avanço que venha a minimizar prejuízos decorrentes do consumo de drogas, não tendo como único objetivo a abstinência (SANTOS; SOARES; CAMPOS, 2010; SOARES; JACOBI, 2000).



No Brasil, a RD é fundamentada na perspectiva da existência de diferentes formas de relação do homem com as drogas, nem sempre vinculadas a um consumo problemático (SANTOS; SOARES; CAMPOS, 2010). Outras suposições da perspectiva da RD entendem que a decisão de usar drogas não é imoral, que certas drogas psicoativas não são completamente inseguras e que os usuários não são criminosos com má índole, mas sim indivíduos com má adaptação que necessitam de tratamento (MARLATT, 1999).

Marlatt aborda os cinco princípios básicos da RD, expostos a seguir (MARLATT, 1999, pg. 45 a 51):

1. A Redução de Danos é uma alternativa de saúde pública para os modelos moral/criminal e de doença do uso e da dependência de drogas: O modelo moral, de redução da oferta ou política de guerra às drogas prevê a punição e proibição do uso. Já o modelo de doença traz a abordagem de redução da demanda. Contudo, o objetivo final de ambas é reduzir e, ao final, eliminar a prevalência do uso de drogas concentrando-se principalmente no usuário. A RD possui suas raízes filosóficas no pragmatismo e problematiza as consequências ou efeitos do comportamento aditivo. Assim, os efeitos são avaliados não por serem errados ou certos, mas em termos de serem prejudiciais ou favoráveis ao usuário de drogas e a sociedade. Os defensores da RD entendem que uma sociedade livre de drogas não tem quase nenhuma chance de se tornar realidade.
2. A RD reconhece a abstinência como resultado ideal, mas aceita alternativas que reduzam os danos: Nos EU, a única meta aceitável dos programas de tratamento para alcoolismo e drogas é a abstinência absoluta, em conjunto com grupos de recuperação de 12 passos. Enfatiza-se que a RD não é contra a abstinência, porém a abordagem de redução gradual estimula os indivíduos com comportamento de risco a dar um passo de cada vez. Dessa forma, a abstinência entra como um ponto final ao longo de um continuum, que varia de consequências excessivamente prejudiciais a menos prejudiciais.
3. A RD faz parte de uma abordagem de baixo para cima, baseada na defesa do usuário, em vez de uma política de cima para baixo promovida pelos formuladores de políticas de drogas: Isto é corroborado pelo fato de que vários programas de RD surgiram de intervenções com base comunitária que apoiam usuários de substâncias na RD relacionados às drogas.

4. A RD promove acesso a serviços de baixa exigência como uma alternativa a abordagens tradicionais de alta exigência: Os redutores de danos estão dispostos a encontrar os indivíduos onde estiverem. Dentre as abordagens de baixa exigência ainda há a redução do estigma associado a problemas do uso e abuso de substâncias. Considera-se que o fator primordial que motiva as pessoas a procurar tratamento são as consequências problemáticas ou efeitos prejudiciais do uso de drogas, como problemas de saúde, pessoal, familiar, financeiros, entre outros. A RD define grande parte do uso de drogas e de outros comportamentos aditivos como mal adaptação a respostas no enfrentamento de problemas, ao invés de indicador de doença física ou imoralidade pessoal.
5. A RD baseia-se nos princípios do pragmatismo empático versus idealismo moralista: o pragmatismo preocupa-se com o manejo das questões cotidianas e das práticas reais. A meta do pragmatismo empático é: o que pode ser feito para reduzir o dano e o sofrimento tanto para o indivíduo quanto para a sociedade? Ele não pergunta se o comportamento em questão é certo ou errado, bom ou ruim e aceita que algumas pessoas sempre usaram drogas e continuarão a usar. Contudo, enfatiza que aceitar esses comportamentos prejudiciais como fatos da vida não significa ser conivente ou promover esses comportamentos. Os idealistas morais muitas vezes não aceitam o que a RD aceita como meio para esse fim. Como abordagem baseada na aceitação e na empatia, a RD adota uma abordagem humanitária para lidar com o sofrimento.

Para os idealistas morais, os programas de trocas de seringas, por exemplo, são considerados meios inaceitáveis, pois acreditam que esta abordagem é conivente ou mesmo promove o uso de drogas injetáveis e a dependência. Assim, os resultados práticos de alguns programas nesse sentido são desvalorizados por esses críticos ou totalmente rejeitados, como se os usuários de drogas “mercedessem” a punição pelas consequências do consumo das substâncias (IBIDEM).

Propositores da RD defendem que a maioria das pessoas que usam drogas não necessitam de tratamento, porém informações, serviços e outras intervenções que ajudem essas pessoas a se manter seguros e saudáveis devem ser oferecidos, minimizando os riscos de causar danos a eles próprios ou outros devido ao uso das substâncias. Considera-se que a maior parte das ações de RD são de custo baixo, de fácil implementação e com alto impacto na saúde do indivíduo e comunidade (INTERNATIONAL HARM REDUCTION ASSOCIATION- IHRA, 2010; BOSQUE-PROUS; BRUGAL, 2016).

Partindo de um forte compromisso com a saúde pública e os direitos humanos, considera-se como prioridade mais urgente da RD manter as pessoas vivas e protegidas de danos irreparáveis. A abstinência é entendida como uma desejada opção de redução de danos, mesmo sendo considerada difícil de atingir, podendo estar dentro a hierarquia de ações como mais possível de acontecer no final (IHRA, 2010).

## 2.2 LEGISLAÇÃO SOBRE REDUÇÃO DE DANOS NO USO DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS

A redução de danos surge enquanto movimento político na Holanda na década de 70, antes de tornar-se um conceito e uma estratégia, quando o país iniciou a construção de uma política de tolerância às drogas em 1972, com a publicação de um documento que contemplava intervenções pautadas na RD. Já em 1976, passou-se a diferenciar o tratamento dado às SPA com risco considerado inaceitável como heroína, cocaína, LSD (*Lysergsäurediethylamid*-palavra alemã para dietilamida do ácido lisérgico) e anfetaminas daquelas como maconha e haxixe, com risco mais baixo, por meio da revisão da Lei Holandesa do Opio. Ou seja, por meio de uma abordagem pragmática, o governo estabeleceu prioridades com base nos riscos das drogas, tendo a saúde pública como principal preocupação (DOLIN, 2001; VALÉRIO, 2010).

A Convenção Única das Nações Unidas sobre Drogas Narcóticas, assinada em 1961, já relatava o tratamento para dependência de drogas como um meio de reduzir seu abuso, apesar de não mencionar claramente tratamentos com substâncias de manutenção e substituição, como a metadona, em nenhuma das três Convenções da Organização das Nações Unidas (ONU). Contudo, um artigo da Convenção de 1961 (30.2.b.i) forneceu legitimidade para alguns praticantes fazerem uso do tratamento de substituição para viciados em heroína, ao permitir o fornecimento de drogas com receita médica (EMCDDA, 2019).

Nas décadas seguidas de 1970 e 1980, o tratamento de substituição na Europa seguiu desenvolvendo-se com legitimidade bastante ambígua. Após uma oposição geral de profissionais médicos e autoridades, que consideravam o tratamento de manutenção com metadona até mesmo uma negligência médica, gradualmente houve o aumento da conscientização sobre fatores de risco, como a infecção pelo HIV, que deram origem a diversos programas-piloto para sua redução e dos riscos relacionados ao uso de drogas. A partir do resultado desses projetos, aliado à melhoria das condições de saúde de uma maneira geral dos dependentes químicos, tornou-se possível a legalização formal dos tratamentos de manutenção com metadona ou outros agonistas de opiáceos (IBIDEM).

Atualmente, a Estratégia de Drogas do Reino Unido de 2017 visa a prevenção de doenças infecciosas, comorbidades, outras consequências para a saúde e mortes induzidas pelo uso de drogas, validando as ações de RD baseadas nos programas de troca de agulhas e seringas e o tratamento medicamentoso. Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte têm as suas próprias estratégias, as quais incluem vários objetivos relacionados com a redução de danos. Na Inglaterra, os serviços de RD são prestados por serviços especializados de tratamento e financiados pelas autoridades locais (EMCDDA, 2019).

No contexto brasileiro, a RD passou oficialmente a ser considerada como importante estratégia de saúde pública para a prevenção das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST/ AIDS- *Acquired Immunodeficiency Syndrome*) e hepatites em usuários de drogas injetáveis em 1994, por meio de uma cooperação com o UNDCP – Programa das Nações Unidas para o Controle Internacional de Drogas (BRASIL, 2003).

A seguir, com a Portaria GM / 336 de 19 de fevereiro de 2002, passam a ser definidas as normas e diretrizes para a organização dos serviços de assistência em saúde mental, os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), entre os quais se inclui o CAPSad, destinado ao atendimento de pacientes com transtornos decorrentes do uso e dependência de substâncias psicoativas para municípios com população superior a 70.000 habitantes. Este deve ser um serviço ambulatorial de referência para uma área de abrangência populacional definida pela gestão e deve responsabilizar-se pela organização da demanda e da rede de atenção a usuários de álcool e outras drogas no seu território.

O CAPSad ainda deve incluir as seguintes atividades: atendimento individual, em grupos, atendimento em oficinas terapêuticas, visitas domiciliares, atendimento à família, atividades comunitárias com foco na reintegração na sua família e comunidade e atendimento de desintoxicação (BRASIL, 2002a).

Contudo, o conceito de Redução de Danos passou a ser oficialmente divulgado no Brasil a partir da Política de Atenção Integral a Usuários de Álcool e Outras Drogas, publicada em 2003 pelo Ministério da Saúde, a qual considera que o tema vinha sendo tratado somente de modo pontual, com esforços apenas de grupos preocupados com aumento no uso abusivo de álcool e outras drogas. A Política defende uma ruptura da lógica binarizante que se baseia na associação entre drogas e comportamento antissocial, no caso do álcool, ou criminoso para as drogas ilícitas, tendo como único objetivo a abstinência (BRASIL, 2003).

Aqui a abordagem da redução de danos nos oferece um caminho promissor. E por que? Porque reconhece cada usuário em suas singularidades, traça com ele estratégias que estão voltadas não para a abstinência como objetivo a ser alcançado, mas para a

defesa de sua vida. Vemos aqui que a redução de danos ofereceu-se como um método e, portanto, não excludente de outros (BRASIL, 2003, pg. 10).

A intersetorialidade então, constitui-se como uma das diretrizes da Política, ao considerar o tema do uso de álcool e outras drogas transversal a outras áreas como saúde, educação, justiça, desenvolvimento e social, prevendo que articulações com movimentos sindicais, associações, organizações comunitárias, sociedade civil e universidades são de fundamental relevância para a elaboração de planos que promovam a cobertura das ações dirigidas a populações de difícil acesso. Em relação à atenção integral, é prevista a maximização da saúde nos três níveis de atenção, com contínuo desenvolvimento de fatores de proteção individuais e coletivos, potencializando a promoção da saúde, prevenção e proteção de consumidores de álcool e outras drogas (IBIDEM).

A Política reforça ainda alguns objetivos a serem estabelecidos pelos CAPS ad, que devem oferecer atendimento a uma população de uma área de abrangência definida, oferecendo atividades terapêuticas e preventivas à comunidade, entre as quais (IBIDEM):

1. Prestar atendimento diário aos usuários dos serviços, dentro da lógica de redução de danos;
2. Gerenciar os casos, oferecendo cuidados personalizados;
3. Oferecer atendimento nas modalidades intensiva, semi-intensiva e não-intensiva, garantindo que os usuários de álcool e outras drogas recebam atenção e acolhimento;
4. Oferecer condições para o repouso e desintoxicação ambulatorial de usuários que necessitem de tais cuidados;
5. Oferecer cuidados aos familiares dos usuários dos serviços;
6. Promover, mediante diversas ações (que envolvam trabalho, cultura, lazer, esclarecimento e educação da população), a reinserção social dos usuários, utilizando para tal recursos Inter setoriais, ou seja, de setores como educação, esporte, cultura e lazer, montando estratégias conjuntas para o enfrentamento dos problemas;
7. Trabalhar, junto a usuários e familiares, os fatores de proteção para o uso e dependência de substâncias psicoativas, buscando ao mesmo tempo minimizar a influência dos fatores de risco para tal consumo;
8. Trabalhar a diminuição do estigma e preconceito relativos ao uso de substâncias psicoativas, mediante atividades de cunho preventivo / educativo.

O consumo de álcool foi abordado também na criação do Estatuto do Torcedor em 2003 (lei nº 10.671) que, mesmo não tratando diretamente de bebidas alcoólicas, detalha em seu artigo 13 as condições para acesso e permanência do torcedor no recinto, que são: não portar objetos, bebidas ou substâncias ilícitas ou suscetíveis de gerar atos de violência. A proibição expressa nos estádios brasileiros da venda, porte e consumo de álcool ocorreu devido a um acordo de intenções firmado entre a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados (CENTRO DE INFORMAÇÕES SOBRE SAÚDE E ÁLCOOL- CISA, 2019).

No que tange à redução da demanda de drogas, em 2005 ocorre o realinhamento da Política de Drogas vigente desde 2001 pela Secretaria Nacional Antidrogas (SENAD). A então chamada Política Nacional Antidrogas teve o prefixo “anti” substituído pelo termo “sobre” devido as tendências internacionais, o posicionamento popular e do governo. Assim, a Política Nacional sobre Drogas “estabelece os fundamentos, os objetivos, as diretrizes e as estratégias indispensáveis para que os esforços, voltados para a redução da demanda e da oferta de drogas, possam ser conduzidos de forma planejada e articulada” (DUARTE; DALBOSCO, 2017, pg. 115).

O documento está dividido em cinco capítulos: prevenção; tratamento, recuperação e reinserção social; redução de danos sociais e à saúde; redução da oferta; estudos, pesquisas e avaliações. A Política apresenta entre seus pressupostos o de não confundir as estratégias de RD como incentivo ao uso de drogas, considerando tratar-se de uma estratégia de prevenção. Seguindo com as diretrizes no capítulo de tratamento, destacam-se (BRASIL, 2011a):

- Reconhecer a estratégia de redução de danos, amparada pelo artigo 196 da Constituição Federal, como medida de intervenção preventiva, assistencial, de promoção da saúde e dos direitos humanos;

- Garantir o apoio à implementação, divulgação e acompanhamento das iniciativas e estratégias de redução de danos desenvolvidas por organizações governamentais e não-governamentais, assegurando os recursos técnicos, políticos e financeiros necessários;

- Orientar e estabelecer, com embasamento científico, intervenções e ações de redução de danos, considerando a qualidade de vida, o bem-estar individual e comunitário, as características locais, o contexto de vulnerabilidade e o risco social;

- Promover estratégias de divulgação, elaboração de material educativo, sensibilização e discussão com a sociedade sobre redução de danos por meio do trabalho com as diferentes mídias;

- Apoiar e divulgar as pesquisas científicas submetidas e aprovadas por comitê de ética, realizadas na área de redução de danos para o aprimoramento e a adequação da política e de suas estratégias.

Em maio de 2007, por meio do Decreto n. 6.117 (22 de maio de 2007), foi aprovada a Política Nacional sobre o Álcool, que prevê a implantação das medidas para redução do uso abusivo da substância e as situações de violência e criminalidade associadas. Até este momento o álcool estava incluído nas políticas sobre drogas, mas fazia-se necessário uma política específica desvinculada das demais por ser uma substância lícita e com regulamentação de comércio. As diretrizes da Política tratam da utilização da lógica ampliada do conceito de redução de danos, considerado o conjunto de medidas de saúde pública para minimizar os riscos à saúde e a vida decorrentes do consumo da substância, com foco em um conjunto de ações educativas, políticas, terapêuticas e preventivas relativas ao uso de álcool (BRASIL, 2011b; CISA, 2019).

A Política Nacional sobre o Álcool apresenta também uma série de medidas, entre elas (BRASIL, 2011b):

- propaganda de bebidas alcoólicas: por meio do incentivo à regulamentação, ao monitoramento e a fiscalização da propaganda e publicidade de bebidas alcoólicas para proteção dos segmentos populacionais vulneráveis à estimulação para o consumo de álcool;
- tratamento e à reinserção social de usuários e dependentes de álcool;
- realização de campanhas de informação, sensibilização e mobilização da opinião pública quanto às consequências do uso indevido e do abuso de bebidas alcoólicas;
- redução da demanda de álcool por populações vulneráveis;
- referentes à segurança pública;
- associação entre álcool e trânsito;
- capacitação de profissionais e agentes multiplicadores de informações sobre temas relacionados à saúde, educação, trabalho e segurança pública.

Posteriormente, em razão do alto índice de morbidade e mortalidade relacionados à associação entre beber e dirigir, foi criada a Lei Seca em 2008 (Lei nº 11.705), com a imposição de penalidades mais rígidas para o condutor que dirigir sob a influência do álcool, sendo que qualquer quantidade de álcool detectável sujeita o motorista às penalizações como multa, apreensão do veículo e suspensão do direito de dirigir por 12 meses. Também foi proibida a venda e oferecimento de bebidas alcoólicas para consumo em rodovias federais e terrenos

contíguos com acesso a rodovias. Em 2012 a lei tornou-se mais rigorosa com mais possibilidades de provas da infração de dirigir sob a influência de álcool (CISA, 2019).

Em 2019, a Política Nacional sobre Drogas foi aprovada com novo texto, revogando a anterior. A nova política extingue a redução de danos enquanto estratégia de abordagem e defende que as ações, programas, cuidado, assistência, pesquisa, entre outros aspectos foquem na abstenção das pessoas em relação ao uso de drogas (BRASIL, 2019).

Entre os objetivos da Política sobre Drogas, consta a busca do equilíbrio entre as diversas diretrizes da Política Nacional sobre Drogas e da Política Nacional sobre o Álcool nas ações de redução da demanda (aqui incluídas as ações de prevenção, promoção à saúde, cuidado, tratamento, reinserção social); ações de estudo, pesquisa, avaliação, formação; e ações de redução da oferta. Além disso, a política atual prevê o reforço das Comunidades Terapêuticas, reconhecendo-as como forma de cuidado, acolhimento e tratamento do dependente químico (IBIDEM).

Apesar dos diversos esforços já realizados anteriormente para a formulação de uma política baseada nos preceitos da RD, reconhecidos internacionalmente e base na formulação de políticas de drogas de diversos países, o Brasil encontra-se atualmente na contramão dessa estratégia. A RD já apresentava suas dificuldades de implementação no país em virtude da dicotomia existente entre a mesma e o enfoque da abstinência permeando as discussões sociais.

Nos Estados Unidos, a principal lei federal que rege a política do álcool é a 21ª Emenda, que revogou a proibição nacional. A Emenda fornece aos Estados individuais o controle sobre a permissão da venda de álcool no Estado, permissão da importação para o Estado, a distribuição de bebidas no território e posse de álcool. Apesar da flexibilidade para os Estados, o Congresso detém o poder de utilizar recursos para promoção de determinadas políticas, como a idade mínima para beber. Esta lei federal de 1984 estabelece a idade mínima legal para beber para 21 anos que, embora seja cumprida por cada Estado, a lei estadual pode variar sobre posse e exceções, como a permissão para menores de 21 anos beber acompanhados dos pais (NATIONAL INSTITUTE ON ALCOHOL ABUSE AND ALCOHOLISM -NIAAA, 2020).

## 2.3 O ÁLCOOL ENQUANTO PROBLEMA DE SAÚDE PÚBLICA

O consumo do álcool é amplamente reconhecido por sua utilização durante séculos em muitas culturas. No início da colonização brasileira, por exemplo, os portugueses depararam-se com o costume indígena relacionado à produção e consumo de uma bebida fermentada a partir da mandioca, o cauim, utilizado em rituais e festas. Já os colonizadores conheciam a



cerveja e o vinho e, em seguida, aprenderam a fazer a cachaça a partir da fermentação da cana-de-açúcar (ANDRADE; ESPINHEIRA, 2017).

Os autores supracitados referem o ato de beber como parte da nossa maneira de ser social. No entanto, quando o álcool passa a não ser mais utilizado para aumentar a espirtualidade, mas com o intuito de encorajar e consolar a amargura, torna-se um fator de desorganização do indivíduo, que se expande para suas relações com os outros e com a cerimônia vivenciada. Ou seja, a embriaguez, e com a frequência do uso o alcoolismo, acaba transformando a magia da bebida para a perversidade da maneira em que é consumida.

No que se refere ao consumo global, dados de 2016 do Relatório Global sobre Álcool e Saúde (2018) estimam que 43% da população mundial é composta de bebedores atuais, ou seja, que consumiram álcool nos últimos 12 meses. No Brasil, este índice é de 40%, sendo que 21,4% da população nunca ingeriu bebidas alcoólicas. A diferença de gêneros é de extrema relevância, considerando que entre os brasileiros que beberam nesse período 54% eram homens.

Sobre o tipo de bebida, dados do mesmo ano indicam que as mais consumidas no mundo são as bebidas destiladas (44,8%), seguidas da cerveja com 34,3% e do vinho, 11,7%. Nas Américas a cerveja é a bebida mais consumida (53,8%), seguida dos destilados (31,7%) e do vinho (13,5%). Trazendo para o contexto brasileiro, as proporções são diferentes, a saber: 62% cerveja, 34% destilados e 3% vinho (WHO, 2018).

O uso nocivo do álcool tem um grande peso social, na carga de doenças a econômica, sendo considerado um dos fatores de risco de maior impacto para a morbidade, mortalidade e incapacidade em todo o mundo. Com relação aos danos à saúde, o uso prejudicial do álcool está associado ao risco de desenvolvimento de problemas, tais como dependência da substância; doenças não transmissíveis, entre elas a cirrose hepática, alguns tipos de câncer e doenças cardiovasculares; e lesões resultantes de violência e acidentes de trânsito, sendo que lesões fatais são associadas a grupos etários mais jovens (WHO, 2018; OPAS, 2019).

Na faixa etária de 20 a 39 anos, cerca de 13,5% do total dos óbitos são atribuíveis ao álcool. Estima-se ainda, que 3 milhões de mortes em todo o mundo em 2016 foram decorrentes desse uso nocivo, o que representa um percentual de 5,3% de todas as mortes. No entanto, são atribuídas diferenças significativas de gênero relacionadas a essa mortalidade, considerando que a porcentagem de mortes entre os homens é de 7,7% em comparação com 2,6% de todas as mortes entre mulheres atribuídas ao álcool (IBIDEM).

Torna-se importante considerar que os problemas com o álcool existem em uma escala contínua, tendem a ser mais intermitentes ou descontínuos, ao invés de progressivos e fatais, para que os serviços de tratamento especializados, caros e orientados à abstinência sejam

direcionados para alternativas mais abrangentes de tratamento e prevenção, que incluam tanto a moderação quanto a abstinência como metas alternativas. Isso pode fazer com muito mais indivíduos não tratados procurem ajuda (MARLATT, 1999).

As políticas públicas podem atuar na RD relacionadas ao uso do álcool, além de intervenções clínicas e farmacológicas possíveis. Ou seja, por meio da redução do consumo perigoso, as medidas políticas tendem a se concentrar na restrição de acesso ao álcool como, por exemplo: idade mínima para consumo, aumentos de preço pela tributação, controle nos locais e horários de funcionamento de estabelecimentos que vendem bebidas alcoólicas; ou na punição legal de comportamentos prejudiciais específicos, como legislação contra dirigir embriagado e leis de responsabilização dos servidores (IBID.).

Infere-se que políticas, estratégias e intervenções de saúde pública devem levar em consideração a frequente associação entre álcool e outras substâncias psicoativas, com destaque para os benzodiazepínicos e opioides, para prevenir mortes por overdose, e a cannabis, devido à segurança no trânsito (WHO, 2018).

As bebidas atualmente são produzidas por grandes empresas e anunciadas vivamente por meios de comunicação. Tem-se como um importante exemplo as cervejarias, que gostam de explorar a imagem da mulher, fazendo uso do apelo sexual. Assim, pela via das propagandas comerciais somos convidados a todo momento a beber, e as mesmas nos dizem que seremos melhores, ficaremos mais fortes e alegres. Ou seja, a mídia, ao mesmo tempo que informa, ultrapassa sua responsabilidade social diversas vezes devido ao seu comprometimento com o mercado de anunciantes. As propagandas podem forçar a introdução de novos valores à medida que ampliam o mercado entre diferentes segmentos populacionais (ANDRADE; ESPINHEIRA, 2017).

Nesse quesito, a Política do Ministério da Saúde para Atenção Integral a Usuários de Álcool e outras Drogas (2003) já havia mencionado como política de RD relacionada ao consumo de álcool e à mídia a modificação na legislação para a proibição da propaganda de bebidas alcoólicas nos meios de comunicação de massa, devendo esta divulgação estar restrita aos locais de venda, como já vinha sendo feito para o tabaco no Brasil.

Esta Política ainda reforça a redução de danos como eixo norteador das campanhas que visam a redução dos problemas decorrentes do uso do álcool, sugerindo a crítica aos estereótipos incentivados pelas propagandas, como a associação da bebida com sensualidade, diversão, virilidade, etc, além da implicação de produtores, distribuidores e estabelecimentos que vendem bebidas nas campanhas de prevenção (BRASIL, 2003). Passados muitos anos,

ainda se identifica um impasse nessa situação, em que o país mantém o quadro de ausência de mudanças referentes as estratégias descritas acima.

Partindo do entendimento de que o consumo de álcool irá continuar, assim como seu abuso, os princípios de RD são lógicos e comprovadamente eficientes. As características da RD devem permear as estratégias políticas e de intervenções em saúde pública, e incluem: a estratégia de RD é complementar ao controle da demanda e da oferta de álcool e outras drogas; o não julgamento do consumo de álcool e o foco na redução dos problemas advindos dele; trata-se de uma estratégia pragmática e que reconhece os direitos humanos individuais (STRONACH, 2004).

Dessa forma, o autor supracitado apresenta algumas possibilidades práticas de intervenções para a redução dos danos associados ao álcool:

- A produção e disponibilidade de produtos com baixo teor alcoólico;
- Ações relacionadas ao ambiente, aos que optarem por consumir a bebida, de forma que possam fazê-lo com relativa segurança, entendendo que estabelecimentos que permitem a embriaguez e os funcionários servir pessoas que já estão alcoolizadas são propícios para problemas, além da associação entre bebidas servidas em copos de vidro e a margem para violência;
- Planejar o ato de beber, pois a maioria das pessoas sabe quando vai acontecer. Incluem-se aqui o estabelecimento de limites, não beber sozinho, não dirigir e garantir carona com alguém que não tenha bebido, saber o que está sendo servido, entre outras medidas;
- O conhecimento sobre como manejar o próprio consumo de álcool e de amigos é uma ação importante, pois muitos jovens são inexperientes e estão sujeitos à pressão do grupo para assumir os riscos considerados da adolescência.

No que se refere ao nível global, a OMS definiu uma estratégia para reduzir o uso nocivo do álcool, por meio de políticas e intervenções baseadas em evidências, que conta com um conjunto de princípios para orientar seu desenvolvimento e define áreas prioritárias para serem implementadas nas nações, que são (OPAS, 2019):

- Liderança, conscientização e compromisso;
- Ação comunitária;
- Resposta dos serviços de saúde;
- Políticas sobre dirigir sob efeito de bebidas alcoólicas e contramedidas;
- Disponibilidade do álcool;
- Marketing de bebidas alcoólicas;

- Políticas de preços;
- Reduzir o impacto na saúde pública do álcool ilícito e do álcool produzido informalmente;
- Reduzir as consequências negativas do consumo e da intoxicação;
- Monitoramento e vigilância.

## 2.4 ANÁLISE SISTÊMICA: REDUÇÃO DE DANOS NO USO DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS

O primeiro artigo que surgiu da pesquisa de redução de danos no uso do álcool data de 1991, publicado no periódico americano *Journal of Substance Abuse Treatment*, considerando que não foi delimitado período de tempo para a busca dos artigos, com o intuito de analisar o contexto histórico e evolução das políticas e ações implementadas na área. O artigo intitulado “Conhecimento sobre preservativos, histórico de uso e atitudes entre populações quimicamente dependentes” teve como objetivo investigar o conhecimento e história do uso de preservativos entre dependentes químicos e realizar uma comparação com um grupo controle semelhante, o foco estava no uso do preservativo como meio de redução de risco da doença ou controle de natalidade. Mais da metade dos indivíduos eram homens e estavam divididos em: UDI (25%); uso de crack ou cheirar cocaína (25%); e abuso primário de álcool (17,4%), apesar de grande parte destes também cheirarem cocaína. O grupo controle não apresentou história de abuso de drogas ou álcool ou história de tratamento para dependência química (KRAMER et al, 1991).

A pesquisa em questão indicou que não houve diferença significativa entre os grupos dos tipos de drogas e o grupo controle em relação ao conhecimento, história ou atitudes no uso do preservativo, ou seja, medidas de RD relacionadas ao advento do conhecimento sobre a AIDS, que promoveu um aumento no uso de preservativos nas relações sexuais, porém não indicou comprometimento total com essa medida pelos participantes do estudo. Sobre os itens abordados com os participantes, o que apresentou uma diferença significativa entre os grupos de usuários de drogas diferentes foi a perda do desejo sexual durante a colocação do preservativo, relatada por 12,9% dos participantes, sendo que destes 47,8% eram usuários abusivos de álcool, associada ao fato dos dependentes do álcool serem pessoas mais velhas (IBIDEM).

Assim, as informações desta pesquisa inicial corroboram os achados relacionados ao surgimento das medidas de RD e o HIV/AIDS, em geral associadas ao uso de drogas injetáveis, que aqui ganharam espaço no contexto do uso do álcool e outros tipos de drogas também.

Infere-se ainda que o termo redução de danos, ou *harm reduction*, ainda não havia sido utilizado no contexto deste estudo.

Wodak (1995) discutiu sobre o termo redução de danos, discorrendo sobre o fato de que a política de drogas oficial da Austrália desde 1985 era a minimização da danos, chamada assim na época que iniciou. Os formuladores da política costumavam se referir à política nacional de drogas como a "Abordagem Equilibrada", na ocasião da publicação do artigo. Os exemplos mais citados estavam relacionados a programas de disponibilidade de agulhas e seringas estéreis e tratamento com metadona, de forma que os programas de agulhas foram aceitos oficialmente e implementados em quase todos os países em desenvolvimento como uma estratégia bem-sucedida de RD. Contudo, o autor pondera que, apesar do foco nas drogas ilícitas, o alcoolismo já era o responsável por muito mais mortes, no geral e na faixa etária mais jovem.

Entre 1981 e 1992 houve uma queda de 20% nas mortes relacionadas ao álcool na Austrália, porém o estudo considera que isso se deva a redução no consumo e a algumas intervenções para redução nas mortes por acidentes de trânsito, como o teste respiratório, sem estar vinculada diretamente a uma política governamental de RD. Contudo, a aplicação da lei da violência relacionada ao álcool estava associada a um compromisso de redução de danos e o estudo considera que poderá trazer importantes benefícios no futuro, na medida em que a violência relacionada ao consumo do álcool era a mais comum na Austrália entre as drogas que causam dependência (WODAK, 1995).

Grande parte dos demais artigos encontrados associam a RD com outras drogas, entre elas o álcool, que dificilmente encontra uma abordagem exclusiva na pesquisa realizada. Nesse sentido, artigo realiza análises com usuários de drogas injetáveis que fazem uso pesado de bebida alcoólica para testar a hipótese de que o apoio positivo da família e amigos está associado a uma menor probabilidade de compartilhamento de equipamentos de risco para uso de drogas. Para isso, se compararam características sociodemográficas, de uso de drogas e de apoio social de usuários de drogas injetáveis (UDI) ativos com AUDIT (*Alcohol Use Disorders Identification Test*)\*<sup>1</sup> positivo (>8) que relataram estar há pelo menos 6 meses sem compartilhar agulhas ou outros equipamentos, com aqueles que relataram compartilhamento recente (STEIN; CHARUVASTRA; ANDERSON, 2002).

---

<sup>1</sup> AUDIT- *Alcohol Use Disorders Identification Test*- instrumento de avaliação do padrão do uso de álcool.

Os resultados da pesquisa de Stein, Charuvastra e Anderson (2002) apontam uma dificuldade em alcançar um estado de compartilhamento zero para UDI e a eliminação do risco relacionado às drogas por pelo menos 6 meses não representou a norma para aqueles que bebem de forma pesada, a considerar que dois terços dos inscritos neste estudo denominado Intervenção Breve com Álcool para Compartilhadores de Agulhas (sigla em inglês- *BRAINE*) compartilharam equipamentos de injeção nos seis meses anteriores da pesquisa. O apoio dos amigos foi associado ao compartilhamento zero e pode ter reforçado a mensagem de redução de danos. Contudo, os autores deduzem que permanece incerto se os fatores de proteção do compartilhamento estão associados aos UDI que não participam do programa de troca de agulhas, aos que não bebem muito ou aos UDI de outras regiões.

Estudo que avalia comportamentos de risco de usuários de drogas injetáveis compara o efeito de duas intervenções com essa população associadas ao uso do álcool, uso de uma nova seringa na última injeção e preservativo no último encontro sexual, ou seja, avalia intervenções comportamentais (educacional e motivacional) de RD em UDI fora de tratamento. Os participantes da intervenção motivacional foram associados a uma probabilidade significativamente menor de beber do que os participantes da intervenção educacional, sendo aquela estratégia encorajada pelos pesquisadores considerando o baixo custo e brevidade do tempo, acrescido ao fato de que o uso do álcool exacerba práticas arriscadas de injeção e sexuais e promove a progressão do HCV (vírus da hepatite C) e da doença hepática entre os infectados (ZULE *et al*, 2009).

Saindo do contexto da associação do uso do álcool a medidas de RD que estavam vinculadas à proteção de usuários de drogas injetáveis, o estudo de Chinet *et al* (2007), investigou padrões de uso de substâncias e as atitudes dos participantes de festas noturnas em relação a medidas de RD. Assim, o álcool consta como a substância com maior taxa de utilização, seguido da cannabis, ecstasy e cocaína. Foram separados grupos conforme padrões de uso de substâncias, e os resultados mostraram que usuários diários de poli drogas consideravam mais importante a disponibilidade de água fresca nos eventos de música em relação aos usuários de álcool-THC (tetrahydrocannabinol/ cannabis) e poli ocasionais leves (que faziam uso de três drogas de festa no máximo uma vez por semana). Além disso, os usuários diários de poli drogas e poli ocasionais pesados consideravam mais importante do que os consumidores de álcool-THC ter a oportunidade de conversar com alguém em um posto de prevenção nas festas (CHINET *et al*, 2007).

Reitera-se que essas foram as únicas associações de ações de RD associado ao álcool na pesquisa realizada por Chinet *et al* (2007) que, apesar de detectar o alto índice de consumo da

substância, revelou a maior parte dos dados relacionados aos usuários de diversas drogas. Booth *et al* (2015) realizaram outra pesquisa com o intuito de avaliar a trajetória do uso e gravidade do uso de substâncias entre usuários de cocaína afro-americanos que fazem parte de estudo de redução do risco sexual e encontraram resultados inesperados positivos em termos de uso reduzido de substâncias, entre as quais crack, cocaína e álcool. Apesar de ser uma intervenção comportamental não focada na redução do uso dessas drogas, avalia-se que muitos participantes identificaram maior conscientização sobre seu uso e que precisavam controlá-lo.

Pesquisa desenvolvida por Crabtree *et al* (2016), direcionada a pessoas que usam drogas ilícitas, a partir da avaliação participativa das necessidades dessas pessoas em oficinas facilitadas pelos próprios usuários dessas substâncias, teve resultados surpreendentes ao envolver nas oficinas bebedores considerados “ilícitos”, ou seja, que bebem álcool sem ser a bebida (álcool, enxaguatório bucal, etc) e aos que fazem consumo público, como pessoas sem-teto. Os líderes das oficinas possuíam conhecimento sobre estratégias de redução de danos, exceto para o álcool, ainda menos para o álcool enquanto não- bebida. Assim, o estudo prevê a oportunidade de envolver essas pessoas marginalizadas dependentes do consumo de álcool em ativismo e redução de danos.

Proposta também baseada na comunidade, envolvendo treinamento dos que participam dela, trata-se do projeto que desenvolveu materiais com o objetivo de reduzir riscos associados ao consumo de álcool e outras drogas. Estes materiais foram projetados para distribuição em bares e discotecas em uma região transfronteiriça da Espanha, composto por suportes para copos de cerveja com diferentes mensagens, entre as quais: dirigir sob influência do álcool, mistura de substâncias, uso do álcool e outras drogas em resposta ao estresse, atividades sexuais sob efeito das substâncias, consequências legais, vulnerabilidade genética à dependência, responsabilidade dos amigos, entre outras. As ações não puderam ser avaliadas na ocasião da publicação do estudo (CERRETANI; ROZAS, 2014).

Outro projeto realizado demonstrou êxito ao aumentar o conhecimento de estudantes de 13 anos sobre álcool e maconha e promover reduções no consumo médio das substâncias por meio de um programa de prevenção facilitado pela internet. Ou seja, o estudo em questão associa a aquisição de conhecimento dos adolescentes a uma redução no consumo das substâncias ou redução de danos (NEWTON *et al*, 2009).

McNeil *et al* (2012) vão além da discussão sobre redução de danos no uso de drogas e associam positivamente o papel desses serviços na prestação de assistência a pessoas sem teto e com moradias marginalizadas, usuárias de álcool e drogas ilícitas, no final de suas vidas. Os participantes (profissionais de serviços sociais e de saúde que prestam assistência no final da

vida e apoio a populações de rua), reconheceram os serviços como importante porta de entrada e fonte de cuidados e suporte nessa ocasião, auxiliando esses indivíduos a atender suas necessidades mais básicas, como abrigo e comida, e fornecendo assistência e apoio quando os mesmos não estavam dispostos ou não puderam acessar serviços de assistência para o final da vida, o que promoveu melhora na sua qualidade de vida e autodeterminação em relação à morte.

Uma abordagem inusitada para tratar o uso problemático de substâncias consiste na avaliação do impacto da terapia de grupo assistida pela ayahuasca em medidas de saúde mental e comportamental associadas a dependência realizada por Thomas *et al* (2013). A participação no retiro denominado “Trabalhando com dependência e estresse” que combinou aconselhamento em grupo e cerimônias de ayahuasca em uma população aborígene rural esteve correlacionada com melhorias em estados cognitivos e comportamentais, como atenção aprimorada, empoderamento pessoal e esperança. Os resultados também indicam que o consumo auto referido de álcool, tabaco e cocaína diminuiu, e que esta substância e o álcool foram as drogas de maior preocupação da maioria dos participantes.

Poucos usuários marginalizados de álcool e outras drogas acessam tratamento por uso de substâncias, apesar dos danos relacionados. Assim, Grazioli *et al* (2017) documentaram uma abordagem também alternativa a essa população, identificando o uso das substâncias e a qualidade de vida relacionada à saúde após exposição a um centro de RD que permite o consumo de álcool no local. Os resultados indicam reduções significativas no uso de álcool e problemas relacionados, além da melhoria na qualidade de vida estar associada à maior frequência de atendimento no centro de redução de danos, que se apresentam promissores para o tratamento do público alvo.

Dobler-Mikola *et al* (2005) estudaram o tratamento de manutenção com metadona para usuários que abusavam de heroína, sendo que destes, 63% também faziam uso da cocaína e 69% do álcool no início do estudo. O programa de tratamento foi planejado individualmente pela instituição, com o objetivo da redução de danos, incluindo a prevenção da prostituição, de comportamento criminoso, desnutrição, problemas somáticos e desmoralização. Além da substituição com metadona, os pacientes obtinham apoio social, assistência médica e psicoterapia, se desejado, e o uso adicional de drogas, incluindo o álcool, era regularmente abordado e discutido de forma factual e não crítica.

Dois anos após o início do acompanhamento, 62% dos participantes ainda utilizavam heroína, 37% cocaína e 60% dos indivíduos mantinham abuso do álcool, apesar da ingestão regular de metadona. A abstinência total foi encontrada para apenas 4% da amostra. Assim, considerando que no final da pesquisa o álcool permaneceu como a substância mais



frequentemente abusada, os autores fizeram uma breve análise sobre a situação do seu consumo na população em tratamento com metadona, que merece mais atenção pois permanece escondida muitas vezes por um problema mais proeminente como o uso de drogas ilícitas (DOBLER-MIKOLA *et al*, 2005).

Em relação ao tratamento medicamentoso para os problemas associados ao uso do álcool, especificamente, Nubukpo (2014) discorre sobre a instabilidade do papel do sistema opioide endógeno, associado à modulação da atividade dos neurônios dopaminérgicos do circuito de recompensa e motivação, na dependência do álcool. O autor defende que a naltrexona é utilizada na manutenção da abstinência, porém que o nalmefeno, devido as suas propriedades, é a primeira substância que deve melhorar o tratamento de pacientes com o intuito de reduzir o consumo de álcool.

Sob outro ponto de vista, um estudo preliminar pretende testar a hipótese de que o aconselhamento sobre RD e a naltrexona de liberação prolongada (XR-NTX) podem apoiar a redução dos danos causados pelo álcool e a melhoria da qualidade de vida. A pesquisa parte do pressuposto de que intervenções que exigem abstinência não demonstram ser eficazes e de primeira escolha para indivíduos com dependência do álcool. Infere-se que a XR-NTX é uma formulação injetável mensal de um antagonista do receptor opioide, que reduz o desejo e pode apoiar o alcance de metas de redução de danos. Os participantes do estudo são ex-sem-teto e dependentes de álcool, ou seja, uma população com limiar inferior e alta utilização da substância em questão. O estudo clínico randomizado controlado no momento da publicação do artigo estava em andamento, com o protocolo delimitado e, dessa forma, sem resultados concretos, apenas pressupostos relevantes baseados em poucos estudos prévios (COLLINS *et al*, 2014).

Assim, as intervenções de RD descritas por Collins *et al* (2014) incluem o feedback sobre os efeitos do álcool na saúde dos participantes e o fornecimento de opções mais seguras que podem ajudá-los a amenizar os efeitos do álcool no organismo, tais como: manter a hidratação, tomar vitaminas do complexo B, comer antes / durante a bebida; alterar a maneira como bebem, como contar o que foi consumido e beber em um lugar mais seguro; e alterar com atividades realizadas em períodos de sobriedade ao longo do dia. Além disso, o estudo referiu estar testando potenciais mediadores, ou então o desejo de álcool e a motivação para o engajamento nas ações de RD.

O último estudo dessa análise incluindo uso de medicamentos, discute sobre a naltrexona em uma população de homens que fazem sexo com homens (HSM), os quais usam metanfetamina e bebem compulsivamente, sendo associada a reduções significativas no risco

sexual e, para alguns indivíduos, foi também associada a reduções no consumo de metanfetamina e dias de consumo excessivo de álcool (SANTOS *et al.*, 2016).

Essa análise sistêmica realizada a partir da primeira pesquisa bibliográfica, que subsidiou a fundamentação teórica sobre redução de danos e drogas em um contexto geral permite inferir, inicialmente, sobre a ínfima associação e inclusão do álcool enquanto droga, identificado pelo número reduzido de artigos selecionados para discussão que incluíram a substância álcool (16), em comparação com o total que surgiu sobre RD no uso de drogas (984). A partir daí, foi possível observar a aproximação das substâncias ilícitas com o álcool, que por vezes tem grandes chances de aumentar o risco de danos aos usuários, e a necessidade de mais estudos abordando essa população que faz o poli consumo de substâncias, com o intuito de reduzir os danos associados.

As diversas estratégias de redução de danos indicadas apresentam, de maneira geral, resultados positivos na minimização dos danos relacionados ao consumo de álcool e de outras substâncias, quando associadas. Percebe-se, pelos artigos encontrados, que a estratégia de RD está fortemente vinculada ao uso de substâncias ilícitas, com destaque para as drogas injetáveis nas primeiras publicações.

## 2.5 ÁLCOOL E REDUÇÃO DE DANOS

Em pesquisa específica de RD e álcool, infere-se que os distúrbios associados ao uso do mesmo permanecem como uma condição subdiagnosticada e subtratada. Os indivíduos que ainda não são severamente dependentes dele, mas com risco de danos associados a esse consumo, encontram-se muitas vezes com a intenção de não parar imediatamente de beber, mas percebem que é desejável uma redução no seu consumo. Em termos de cuidado em saúde, a busca pelo melhor absoluto se torna uma busca empírica pelo melhor relativo, ou seja, da abstenção total à redução de danos (MAREMMANI *et al.*, 2015).

No que tange o tema, foram identificados materiais relevantes para esta tese referentes à associação do álcool, mídia e RD. Assim, devido ao elevado investimento da indústria em marketing de álcool, as decisões sobre bebidas apoiam-se em um contexto que enfatiza os benefícios do consumo do álcool e apresenta o mínimo de informações sobre possíveis danos. Os anúncios de redução de danos ao álcool provenientes de campanhas centram-se nos danos a curto prazo, com mínima porcentagem defendendo mudança de política e agregando poucas diretrizes de consumo de baixo risco (DUNSTONE *et al.*, 2017).

Jones, Hall e Kypri (2017) exploraram a maneira como as campanhas de consumo responsável desenvolvidas pela indústria são percebidas e interpretadas pelo público em geral, e os resultados revelaram diversidade na interpretação principalmente nas frases de efeito, consideradas ambíguas. Assim, alguns anúncios sugerem que há um ato de equilíbrio entre promover uma mensagem considerada responsável e a transmissão da ideia de um bônus a ser ganho com a bebida, mesmo que seja bebendo muito, contanto de maneira adequada. Ainda sobre as campanhas de redução de danos no álcool, outro estudo demonstra que os anúncios contendo a ideia de que a mudança era aconselhável ou necessária foram mais motivadores do que aqueles que indicavam como alcançar essa mudança. As mensagens que oferecem maior potencial em aumentar a motivação para reduzir o consumo de álcool transmitem diretamente os danos a longo prazo do álcool à população adulta em geral, juntamente com as diretrizes para consumo (WAKEFIELD *et al*, 2017).

Estudo publicado em 2014 revela a subnotificação na mídia impressa do papel do álcool nas mortes acidentais na Irlanda, o que os autores consideram como uma oportunidade perdida do público adquirir mais informações que permitiriam tomar decisões sobre seu próprio comportamento, além da restrição no apoio público para as abordagens recomendadas de estratégias de redução de danos no uso do álcool. A subnotificação do álcool relaciona-se a mortes traumáticas e por intoxicação, de forma que onde as mortes eram relatadas, o papel desempenhado pelo álcool era geralmente ignorado (FAGAN; LYONS; SMYTH, 2014).

Outro estudo sobre a mídia e publicidade apresenta evidências de que adiar o início do consumo de álcool nos jovens é um imperativo para que os adolescentes sejam protegidos contra o álcool. Contudo, a adolescência acaba sendo cada vez mais usada pela indústria do álcool para promover estilos de vida pró-álcool. A autora analisou a resposta política da Europa e revelou que adolescentes menores de 18 anos em um terço dos países podiam comprar livremente álcool, ou seja, as medidas consideradas efetivas para reduzir a pressão sobre os jovens para beber, como limitar a comercialização do álcool e impedir seu acesso fácil apresentaram um progresso limitado (HOPE, 2014).

Pesquisa que examinou os comunicados da mídia da organização australiana denominada DrinkWise, organização de relações públicas de aspectos sociais, financiada pela indústria do álcool, encontrou evidências textuais sugerindo que a organização facilita os interesses econômicos desta indústria. O quadro de mídia da DrinkWise responsabiliza a cultura australiana de beber e coloca o ônus da responsabilidade nas famílias, retirando de cena o papel central que a indústria tem na incorporação do álcool nessa cultura por meio da publicidade. Assim, a relação da organização com a mídia favorece o setor em oposição à saúde pública, o

que pode inibir os impactos na melhoria dos danos relacionados ao uso do álcool (PIETRACATELLA; BRADY, 2016).

Partindo para outro ponto de análise, a pesquisa de Pliakas *et al* (2018), avalia o impacto da introdução de uma nova política de licenciamento do álcool, visando a promoção de instalações de varejo seguras e bem gerenciadas, reduzindo vendas fora da licença e o horário das vendas de álcool. Os resultados revelam que tais políticas mais intensivas podem influenciar o consumo e reduzir danos com o uso do álcool em uma área considerada importante destino para os consumidores, além de diminuir situações como o crime, relacionados ao uso de álcool. Enfim, considera-se que as políticas de álcool devem ser multissetoriais para garantir a redução dos danos associados ao seu consumo por meio de licenciamento e tributação do mesmo.

Na Austrália Ocidental as leis estaduais de licenciamento restringem a venda e o fornecimento de álcool em todo o território na Sexta-feira Santa e no Natal há pelo menos 30 anos. Estudo de Liang; Gilmore; Chikritzhs (2016) investigou que o efeito dessas restrições sobre o risco de lesões relacionadas ao álcool atendidas nos Departamentos de Emergência, no período de 2002 a 2015, indicaram claramente um risco reduzido de lesões nessas datas devido ao efeito direto no suprimento de bebida alcoólica.

Em relação ao aumento no preço da bebida, estudo de Sornpaisarn *et al.* (2015) avalia a relação entre as mudanças na tributação do álcool e iniciação ao consumo na Tailândia e conclui que o aumento nos encargos pode impedir a iniciação ao consumo entre jovens e reduzir os danos causados pelo álcool. Na mesma localidade, outra pesquisa constata que os aumentos da taxa de tributação de álcool foram associados a reduções imediatas e sustentadas no consumo de álcool e nas taxas de acidentes fatais, e os pesquisadores apontam que o aumento da tributação, conforme indicado pela OMS, é compreendido como um caminho eficaz para redução no consumo de álcool e os danos relacionados em países de baixa e média renda, como a Tailândia (SORNPAISARN *et al.*, 2016).

Na contramão desses estudos estão os resultados de pesquisa que examinam as diferenças no emprego de estratégias comportamentais de proteção e no consumo de álcool entre alunos que estão em transição para a faculdade, por meio de mensagens dos pais com focos na abstinência e RD. Os resultados sugerem que mensagens com foco na abstinência e desaprovação podem ser eficazes para a população do estudo, mesmo para os pais que têm conhecimento sobre experiências anteriores dos filhos com álcool. Contudo, os autores ponderam como limitações do estudo que as análises foram focadas no que os participantes relataram sobre o tipo de mensagem que os pais usavam com mais frequência, além do fato de

que a escala que avalia as frequências das mensagens sobre abstinência ou RD no uso álcool não ter sido validada em estudo prévio (LABRIE; BOYLE; NAPPER, 2015).

A baixa aceitação para a implementação de estratégias de consumo de risco reduzido como objetivo terapêutico em relação ao álcool é identificada nos profissionais da Polônia, que fazem parte de um sistema de tratamento orientado à abstinência. Essas estratégias de risco reduzido foram mais aceitas como objetivo intermediário de tratamento e entre profissionais mais jovens, principalmente entre os terapeutas que trabalham conforme os princípios da entrevista motivacional e terapia breve focada em solução (KLINGEMANN, 2016).

Na análise de conteúdo em questão surgiram alguns estudos abordando sobre o uso de medicamentos enquanto estratégia de RD no álcool. Estudo de Aubin *et al* (2015) avalia que o nalmefene trata-se do único medicamento com o objetivo de reduzir a ingestão de bebidas alcoólicas e a pesquisa conclui que ele pode auxiliar na redução da carga relacionada ao álcool e envolver um maior número de indivíduos dependentes da substância que não se adaptam aos tratamentos focados na abstinência. Já pesquisa de 2017 associa a naltrexona de liberação prolongada à redução do consumo de álcool e a não ocorrência de evento adverso sério entre pessoas que vivem com HIV no sistema de justiça criminal com transtornos por uso de álcool, após 6 meses de seu encarceramento e retorno para a comunidade (SPRINGER *et al.*, 2017).

Apesar da abstinência ser considerada a meta predominante do tratamento, ensaios de psicoterapia demonstram que os objetivos dos usuários geralmente se relacionam com a gravidade do distúrbio e com o tipo de resultado a ser alcançado, incluindo a moderação. Evidências sustentam que abordagens de redução no consumo podem ser uma extensão importante do tratamento da dependência do álcool, agregando mais indivíduos que não procurariam tratamento porque não desejam se abster completamente (MANN; AUBIN; WITKIEWITZ, 2017).

Os programas gerenciados do álcool (*Managed alcohol programs* -MAPs) consistem em uma estratégia de redução de danos para pessoas com dependência grave de álcool e moradias precárias. Pesquisa foi realizada com o intuito de compreender sobre os resultados e as experiências de moradia e qualidade de vida dos participantes e funcionários do MAP. Assim, conforme descrito pelos usuários do programa, o mesmo foi considerado um ambiente mais seguro, permeado por carinho, respeito, confiança e uma abordagem sem julgamentos, caracterizado como um lar. Em comparação ao grupo controle, os participantes do MAP foram mais propensos a ter melhor qualidade de vida e segurança (PAULY *et al*, 2016).

Outros estudos de Clifaseli *et al* (2016) e Collins *et al* (2016) relacionam o consumo problemático de álcool com elevada prevalência entre moradores de rua, considerando que os

participantes de estudo (sem-teto) com transtornos por uso do álcool preferiram caminhos alternativos ao tratamento da sua dependência, que incluem atendimento das necessidades básicas, diminuição no consumo da bebida, participação em atividades significativas e estabelecimento de conexões sociais positivas.

Por fim, considera-se necessário ter a mente aberta para avaliar o que realmente funciona nas políticas sobre álcool, tratando-se ainda do dano causado pela substância a outras pessoas, indo além da dimensão moralista e de uma abordagem individual, voltada principalmente ao tratamento de pessoas com problemas decorrentes do consumo do álcool. É relevante a adoção de uma postura pragmática e abrangente quando se trata de pesquisas e intervenções em saúde pública, considerando a atenção a estratégias de implementação que reduzam o estigma (KARRIKER-JAFFE *et al*, 2018).

## 2.6 A MÍDIA E SUA INFLUÊNCIA NO CONSUMO DE ÁLCOOL

A abordagem da formação discursiva da mídia e a transmissão de informações sobre RD no uso do álcool é discutida neste item a partir da contribuição de Jonh Thompson, sendo acrescidos outros estudos relevantes para compreensão do fenômeno.

Thompson (2002) situa a mídia como instrumento de profunda influência na formação do pensamento político e social e conceitua as formas de poder. De modo geral, o autor refere que poder é a capacidade de agir e intervir no curso dos acontecimentos e suas consequências, com o intuito de alcançar os próprios objetivos ou interesses. Assim, indivíduos com posições dominantes podem dispor de recursos para a conquista de objetivos com consequências a longo alcance.

O poder econômico dispõe de recursos materiais e financeiros e está centrado nas instituições, como empresas comerciais. Outras formas de poder conceituadas pelo autor são: o poder político, que deriva da atividade de coordenação dos indivíduos e de sua interação; poder coercitivo, que se utiliza de força física e armada; e o poder cultural ou simbólico, que por meio da produção e transmissão de formas simbólicas, utilizando como recursos os meios de informação e comunicação, tem a capacidade de intervir no curso dos acontecimentos e influenciar as ações de outras pessoas (Ibid.).

Entende-se que neste contexto de pesquisa, o qual caracteriza a veiculação de informações sobre redução de danos associado ao uso do álcool pela mídia, associa-se uma forma de poder simbólico, em que a problemática do álcool pode estar associada a uma imagem carregada de estigmas e, por outro lado, ao poder econômico das indústrias de bebida, que

fazem uso do poder simbólico ou cultural sobre o ato de beber, enfatizando-o, associado a comportamentos de socialização, beleza e bem-estar.

Assim, os indivíduos recebem e interpretam os produtos da mídia de maneiras complexas, ou seja: “a recepção dos produtos da mídia é fundamentalmente um processo hermenêutico. Os indivíduos que recebem os produtos são geralmente envolvidos num processo de interpretação por meio do qual esses produtos adquirem sentido.” (THOMPSON, 2002, pg. 44).

As tecnologias de informação e comunicação (TICs) estruturam configurações que permitiram um fluxo informacional jamais imaginado. Junior (2009), afirma que nos últimos 60 anos de desenvolvimento contínuo das telecomunicações, ciências da computação e dispositivos para saída das informações processadas, os convergentes dispositivos tornaram-se onipresentes e difusos por toda parte. Assim, a mídia social conectada trata-se de um formato de comunicação mediada por computador que permite da criação ao compartilhamento de conteúdos digitais de relevância social de maneira descentralizada e autônoma tecnologicamente, tendo a participação ativa da comunidade de usuários na integração de informações sua principal característica.

Apesar da existência do mito da objetividade jornalística, na qual a imprensa deveria ser neutra, o objeto apresentado pela mídia, ao qual caberia interpretação livre pelo leitor, não é a realidade ontológica, mas o relato de acontecimentos, o discurso. Assim, a essência do material que chega aos leitores trata-se de um conteúdo produzido de acordo com padrões que dão forma e corpo aos fatos, ganhando novos sentidos e relevâncias, acrescentando-se a esta produção o valor da credibilidade (RONZANI et al, 2009).

Trazendo o álcool para este contexto, especificamente a cerveja conta cada vez mais com a permissividade social, legitimada e fortalecida por um amplo espaço de divulgação midiática tendo destaque as propagandas televisionadas que são direcionadas a um público cada vez mais jovem, em sua grande maioria. Por meio destas, são propagados símbolos de masculinidade, liberdade, energia, sucesso, merecimento, dentre outros, com o intuito de afirmação do jovem (OLIVEIRA; ROMERA; MARCELLINO, 2011).

Em pesquisa realizada cujo intuito foi analisar o discurso veiculado na televisão por meio das propagandas de cerveja e sua relação com o lazer e a juventude, Oliveira, Romera e Marcellino (2011) concluíram que, nessas propagandas cria-se um imaginário de que a bebida pode levar a um estágio de felicidade e aceitação pelos amigos que também bebem, além de permitir conquistas afetivas do sexo oposto e outras questões. O estudo ainda enfatiza que as propagandas não divulgam os malefícios da ingestão de bebidas, principalmente nos locais e

situações indicados como ideais para beber, apesar de sempre colocarem no fim a mensagem de que não é aconselhável dirigir depois de beber.

Ronzani et al (2009), em seu estudo que analisou os conteúdos sobre substâncias psicotrópicas veiculados por uma grande revista de circulação nacional no período de 1999 a 2003, indica uma posição relativamente ambígua da mídia quanto à relação do álcool com saúde, pois o mesmo número de matérias que se enquadram na subcategoria malefícios do uso apresentam-se na subcategoria benefícios do uso. Ainda, revela-se uma incompatibilidade entre o enfoque dado pela mídia e o perfil de consumo de drogas no Brasil, o que pode influenciar não somente as crenças que as pessoas tem sobre as substâncias, mas as políticas públicas sobre drogas no país, considerando a relevância da mídia enquanto ferramenta para estratégias de prevenção ou promoção da saúde da população

No âmbito dos modelos que socializam os adolescentes ao álcool, estudo enfatiza a importância da mídia na percepção de risco desenvolvida pelos mais jovens, apresentando modelos comportamentais de consumo abusivo sem referência às possíveis consequências negativas e vinculando seu uso a resultados positivos. Assim, Suárez-Relinque et al (2017) destacam que a mídia determina a maneira dos adolescentes entenderem o consumo do álcool, oferecendo um arcabouço cognitivo e interpretativo deste consumo, de forma que os jovens podem conceituar a bebida de maneira semelhante a sua representação nos meios de comunicação, independente das suas próprias experiências.

Estudo semelhante de Mendonça, Jesus e Lima (2018), que investigou o padrão de consumo alcoólico em estudantes de diferentes cursos da área da saúde, identificando alta prevalência desse uso na vida dos universitários, revelou que pouco mais da metade da amostra referiu considerar atrativas as propagandas de bebidas alcoólicas, apesar da grande maioria relatar não sentir vontade de beber após assistir as mesmas. Contudo, a pesquisa revela um consumo de risco 2,35 vezes maior entre os estudantes que manifestavam desejo de consumir álcool após assistir a anúncios comerciais de bebidas em relação aos que negaram o fato.

Os pesquisadores supracitados ainda ponderam que a aceitação e veiculação do álcool por meio das propagandas que associam seus produtos a situações de alegria e diversão é facilitado pela rara associação entre álcool e a palavra droga. Acredita-se, então, que restrições e imposição de limites a esse tipo de mídia possa favorecer a redução do consumo inadequado de álcool pelos indivíduos, principalmente àqueles com idade de formação da personalidade (IBIDEM)

Na sequência desta fundamentação teórica serão apresentados os itens estabelecidos por meio da semelhança de conteúdo das reportagens pesquisadas (mídia), que estão numeradas



de acordo com o quadro no apêndice 3 desta tese. As escritas contendo citação direta das reportagens nesse item estão em destaque no formato itálico.

### **2.6.1 Regulamentação da venda**

As reportagens mais encontradas referem-se à regulamentação na venda de bebidas alcoólicas como estratégia de redução de danos, incluindo materiais referentes à regulamentação da publicidade de bebidas alcoólicas.

Uma das primeiras matérias encontradas dentro da pesquisa sobre redução de danos e álcool no periódico *El País* em 2014 refere-se à regulamentação da publicidade, ao publicar que Bruxelas passa a incluir avisos de danos à saúde nos rótulos de bebidas alcoólicas (1).

Na mesma data em março de 2014, matéria expõe que Honduras é submetida e toque de recolher do comércio de bebidas alcoólicas do final de tarde de domingo até segunda de manhã, de forma que as prisões domésticas foram reduzidas assim como a violência e discussão entre os rivais no futebol. Antes dessa lei seca a reportagem afirma que o número de mortes no horário do toque de recolher era maior (2). A associação do álcool com violência, notoriamente em festas com denúncias de abusos sexuais e agressões homofóbicas, também se faz presente em matérias veiculadas pelo jornal *FSP* (8) e *O Globo* (9) no mesmo ano, em que o Conselho Gestor da Cidade Universitária da Universidade de São Paulo (USP) aprovou restrições às festas e a proibição à venda de bebidas alcoólicas dentro da instituição após as referidas denúncias (9).

Neste mesmo sentido, reportagem do *The New York Times* de janeiro de 2015 discute sobre a permissão do consumo de álcool nas casas dos estudantes dentro dos campus universitários com o intuito de diminuir a violência sexual que ocorre em grande parte nas festas da fraternidade (casas dos estudantes do sexo masculino). Na Universidade da Virgínia as fraternidades concordaram em novos limites à forma como servem álcool, incluindo servir cerveja apenas em latas e não em barris, exigindo pelo menos um membro da fraternidade ser sóbrio durante as festas e não permitindo brigas (12).

A associação entre bebida alcoólica, futebol e violência também é retratada em reportagens que discutem a regulamentação na venda de álcool nessas ocasiões, todas publicadas pelo *El País* conforme apresentadas a seguir. Em 2016, matéria intitulada “*Francia prohibirá la venta de alcohol en los perímetros sensibles de las ciudades de la Eurocopa*” (17) registra que, após conflitos em várias cidades, o ministro do Interior solicitou aos prefeitos que impedissem a venda, transporte e consumo de bebidas alcoólicas em áreas próximas aos

estádios na França. No mesmo ano, foi publicado que as autoridades dos Emirados Árabes querem manter proibição do consumo de álcool em lugares públicos durante a Copa do Mundo, principalmente após problemas de violência no futebol durante o Campeonato Europeu. No Catar, as bebidas alcoólicas já não podem ser consumidas em locais públicos e sua venda é restrita a não muçulmanos (19). Reportagem mais recente de 2018 também noticia que o clássico de futebol entre os times América e Pumas venderá cerveja sem álcool para evitar a violência no México, sendo o ato já replicado em vários estados do país (32).

Outra ação com possível impacto nas vendas das bebidas alcoólicas refere-se ao aumento de impostos das mesmas, ilustrados por inúmeras reportagens. Entre essas, matéria intitulada “*Más impuestos al alcohol y el tabaco de liar, gravado como los cigarrillos*”, apresenta proposta de reforma tributária do governo espanhol que sugere aumentos de impostos sobre as bebidas alcoólicas e o tabaco, com a justificativa de gerar tributos, além da redução dos danos causados pelo consumo das substâncias (3).

Duas matérias do EP (6 e 7) fazem referência às barreiras à venda e consumo do álcool no Marrocos: *A decisão de parar com as vendas de bebidas alcoólicas no Marrocos foi da maior rede de hipermercados do país, não se admite que seja por motivos religiosos e a ascensão do Islã, porém não se esconde*. A queda nas vendas teve relação com o governo islâmico que aumentou consideravelmente os impostos e foi descrita como histórica, porém a medida começou a levar ao mercado ilegal que já estava concentrando 15% dos negócios.

Na Escócia, para minimizar o consumo do álcool, o governo fixa um preço mínimo de 50 pence (aprox. 55 centavos de euro) por unidade de álcool, levando em conta a quantidade e o volume do produto, conforme matéria veiculada pelo El País em maio de 2018 (38).

A restrição da venda de bebidas alcoólicas que acontece em algumas situações específicas é mostrada nas eleições do México em 2015, quando o governo restringe a venda somente a restaurantes e hotéis, desde que seja acompanhada de uma refeição (15). Em outra matéria também do EP em 2017 (30), empresa americana Salesforce decidiu eliminar as bebidas alcoólicas dos refrigeradores nos quartos do hotel em que sediava uma Conferência. O chefe executivo da empresa menciona que o consumo do álcool não dá um bom exemplo e prejudica a saúde.

Na Europa, companhia aérea irlandesa lança campanha para evitar consumo excessivo de álcool a bordo de seus aviões, conforme veiculado em agosto de 2017 em matéria do El País. A companhia Ryanair solicitou ainda medidas urgentes às autoridades britânicas frente ao comportamento perturbador dos passageiros que viajam em seus aeroportos, entre as medidas instadas estão: proibição de venda de álcool em todos os bares e restaurantes dos aeroportos

antes das dez da manhã e o uso obrigatório de cartões de embarque na compra de bebidas alcoólicas, limitando o número a no máximo duas por passageiro (28).

Essas situações descritas reforçam a associação negativa existente entre o consumo do álcool e trabalho, eleições, futebol, festas, sendo necessárias por vezes algumas imposições dos governantes e autoridades quanto a proibição das vendas e consumo durante certas ocasiões, noticiadas no Brasil na única ocasião das festas do curso de medicina da USP. A medida no Brasil ainda foi considerada após o relato de abusos constantes associados ao consumo do álcool.

Três reportagens do El País de abril de 2018 discutem sobre o Relatório de base para a lei contra o álcool na Espanha, desde sua proposta até aprovação (35, 36, 37). O objetivo mais importante explicitado é retardar a idade em que os jovens começam a beber até os 18 anos e aumentar a consciência social sobre os riscos do consumo. A venda e consumo de bebidas alcoólicas em vias públicas deve ser proibido, conhecido como *botellón*<sup>2</sup>, assim como o *happy hour*, que oferece bebida em dobro aos clientes, além da proibição da venda de bebidas alcoólicas em postos de gasolina e da publicidade relacionada ao consumo de álcool em horários que crianças assistem TV. O relatório ainda restringe o patrocínio e outras formas de financiamento para atividades esportivas, culturais, educacionais e de lazer e propõe e obrigação das instalações fornecerem água gratuitamente aos clientes, além da redução no preço da água engarrafada.

O mesmo relatório propõe ainda a revisão dos impostos e definição de acordo com a quantidade de álcool puro que as bebidas contêm, ainda traz em seu conteúdo:

- *Medidas contra locais e empresas que vendem ou fornecem álcool repetidamente a menores e que podem levar ao fechamento desses estabelecimentos;*

- *Incluir imagens dissuasivas na rotulagem de bebidas, como as que já existem no tabaco;*

- *Estabelecer um perímetro em torno dos locais onde há menores regularmente para limitar a publicidade, promoção e patrocínio de bebidas alcoólicas; e dá como exemplo um limite de 100 metros lineares do perímetro das escolas;*

- *Incentivar outras formas de celebrar feriados culturais e patronais (valorizando a possibilidade de baixar os preços de outras ofertas de lazer).*

Assim, entende-se que o relatório aprovado por todas as partes, com alguns votos específicos e abstenção, contempla uma serie de medidas de redução de danos e propõe medidas

---

<sup>2</sup> Fênomeno social em que jovens espanhóis entre 14 e 30 anos reúnem-se em áreas muito localizadas da cidade à noite para encontrar seus amigos e beber (em muitos casos em excesso) (BAIGORRI; CHAVES, 2006).

educacionais, sociais e de saúde para acabar com o "botellón" e as suas consequências sobre os menores. A deputada Tania Sanchez ainda faz menção para que toda a carga punitiva não recaia sobre os pais, porque o que deve ser encorajado são medidas de reconciliação familiar para resolução dos problemas, o que também caracteriza redução de danos ao contrapor medidas simplesmente arbitrárias.

Reportagem mais recente de setembro de 2018 faz considerações sobre os danos do consumo do álcool de um novo relatório da OMS que também analisa o impacto mundial desse consumo e faz algumas observações sobre estratégias de RD: *"Gostaríamos de ver os Estados Membros implementarem soluções criativas que salvariam vidas, como aumentar os impostos sobre bebidas alcoólicas e restringir sua publicidade. Precisamos fazer mais para reduzir a demanda e atingir a meta estabelecida pelos governos de reduzir em 10% o consumo global de álcool entre 2010 e 2025 "*, disse Adhanom Ghebreyesus (diretor da OMS) (42).

No que tange a publicidade, somente quatro matérias nacionais foram encontradas no período estudado. A primeira foi veiculada pelo jornal O Globo em 2014 e debate sobre o fato do Tribunal Regional Federal (TRF) com sede em Porto Alegre ter acolhido a ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal (MPF) e vetado a propaganda de bebidas com mais de 0,5º GL das 06 h às 21 h, no rádio e na TV. Assim, entre as 21 h e 23 h, a propaganda só poderia ser veiculada em programas recomendados para maiores de 18 anos. Na ocasião, a decisão também vetou *a associação de bebidas a esportes olímpicos ou de competição, além de associações subliminares com desempenho sexual ou sucesso profissional*. A decisão do TRF também indicava que os rótulos das bebidas deveriam trazer a inscrição "evite o consumo excessivo do álcool", além dos estabelecimentos comerciais afixarem advertência escrita de forma ostensiva ressaltando que dirigir sob efeito de bebida alcoólica é crime punível com detenção. As restrições também estavam valendo para propagandas estáticas em estádios de futebol e outros locais de competição, além de aeroportos e rodoviárias. A multa estava prevista em R\$ 50 mil/dia em caso de descumprimento pelo governo federal e ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) (11).

A reportagem ainda traz que, na petição inicial, alguns dos autores da ação civil pública anexaram reportagens de jornais que revelavam doações milionárias de cervejarias a campanhas eleitorais de deputados federais. Porém, o diretor jurídico da Associação Brasileira de Agências de Publicidade (Abap) reforça na ocasião que a decisão deverá ser reformada, já que infringe uma lei federal que considera bebida alcoólica apenas quando o teor for superior a 13º GL, o que não é o caso de vinhos e cervejas.

Contudo, a cerveja não é considerada bebida alcoólica no Brasil quando o assunto é publicidade, pois boa parte das cervejas disponíveis no mercado sequer chega aos 5% de graduação alcoólica. De acordo com pesquisas, a cerveja é a bebida alcoólica consumida por 60% dos brasileiros que ingerem álcool, o que faz com que seu estado de exceção receba as maiores críticas dos especialistas em políticas públicas de saúde. A assessora regional da OMS, Maristela Monteiro, enfatiza que a principal bebida consumida pelos brasileiros não sofre restrições publicitárias devido ao lobby da indústria e falta de vontade política, acrescentando que não há possibilidades de discussões e iniciativas sobre um consumo moderado de álcool no Brasil deixando de lado a questão publicitária e uma maior taxaço de produtos com controle da oferta (DUARTE, 2017).

Dados da Associação Brasileira da Indústria Cervejeira revelam que a cadeia produtiva do setor movimenta algo em torno de R\$ 74 bilhões por ano no Brasil. Além disso, a Ambev, uma das principais fabricantes no país, está entre as empresas que mais investem em publicidade em comparação com empresas de todos os setores (Ibidem).

Outra matéria publicada pelo O Globo em 27 de agosto de 2016, intitulada *Hábitos de adolescente*, apresenta dados alarmantes da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE) sobre os hábitos dos adolescentes brasileiros e análise da consultora técnica do Ministério da Saúde Cheila Marina, que também enfatiza a regulamentação da propaganda de bebidas alcoólicas como um dos grandes desafios do país (18).

Na sequência das reportagens nacionais dentro da categoria, a Folha de São Paulo publica em agosto de 2017, como parte do Seminários Folha, matéria que se intitula: *Propaganda de bebida alcoólica faz mal, dizem profissionais da saúde* (29). O objetivo é mostrar a importância de estratégias de redução de danos com o álcool e um dos coordenadores do programa sobre álcool da Fiocruz, o psicólogo Francisco Netto, afirma que a propaganda é o principal problema, sendo autorregulada pelo setor e enfatiza, ao lado de outros profissionais da área, que a legislação brasileira é muito permissiva, sendo necessário maior controle do horário dos anúncios e a não permissão de patrocínio a shows e eventos esportivos.

A última matéria relacionada em periódico nacional, publicada pelo O Globo em maio de 2018, reforça que o álcool tem a maior prevalência de uso e abuso no planeta de acordo com dados levantados. Apresenta também opinião de Robert West, professor do University College London, o qual indica que a solução para o problema não está na simples proibição, mas na mudança de atitude do governo e da cultura da população, novamente indicando que o uso da bebida é muito sensível a questões de preço, disponibilidade e propaganda, porém que a

*indústria do álcool está tão próxima política e pessoalmente dos governantes que é muito difícil eles tomarem uma atitude (39).*

Medida solicitada em 2015 pelo Parlamento Europeu ao Executivo da comunidade inclui estratégia de redução de consumo entre menores e informações sobre consumo ao dirigir ao propor a alteração nos rótulos das bebidas alcoólicas a venda na União Europeia. Além disso, o Parlamento solicitou o monitoramento dos efeitos da publicidade do álcool e a limitação da exposição dos jovens a ela (13).

Também com ênfase na publicidade, em maio de 2017 na Espanha a Comissão Nacional de Mercados e Concorrência (CNMC) estabeleceu que plataformas como YouTube, Netflix, HBO ou aplicativos móveis e de computadores que permitem a reprodução de conteúdo audiovisual não podem incluir anúncios de bebidas alcoólicas com graduação superior a 20 graus. Assim, novamente a proibição isenta bebidas como a cerveja (26).

O The New York Times publicou reportagem em 06/01/2018 apresentando projeto de pesquisa financiado pelo governo canadense que colou rótulos nas garrafas de bebidas com alerta para os riscos à saúde do consumo de álcool. A ideia era usá-los durante oito meses e depois verificar dados de vendas e entrevistas de acompanhamento para avaliar seu efeito no consumo de álcool. Contudo, dentro de um mês o experimento foi interrompido devido a vários grupos de lobby da indústria do álcool que questionaram desafiaram tanto o estudo quanto a legalidade da participação do governo. No Canadá, a venda de álcool é controlada por governos provinciais e territoriais e é vendida em grande parte através de lojas de propriedade do governo (31).

Este fato reforça o que outras matérias semelhantes publicaram: a força e influência das indústrias de bebida no que concerne às propagandas e regulação do setor, fato que, por sua vez, prejudica o desenvolvimento de políticas públicas que visem reduzir os danos do uso do álcool.

Outra matéria da categoria inclui a publicação pelo periódico El País em 19/03/2017, que se intitula *Uruguay prepara una ley para reforzar el control sobre el consumo de alcohol* (25), apresentando projeto para o país com as seguintes intenções: proibir a venda de bebidas em determinado horário, happy hours (bebida em dobro) e publicidade em eventos esportivos; aumento de impostos sobre bebidas alcoólicas; proibição da venda de álcool a pessoas aparentando embriaguez ou alteração psíquica e hospitalização a menores que forem pegos consumindo álcool em excesso.

## 2.6.2 Medidas legais/ Sanções

Neste item enquadram-se em algumas ações de redução de danos no uso do álcool que estão distantes do enfoque de guerra às drogas, mas que preveem reduzir o dano e o sofrimento tanto para o indivíduo quanto para a sociedade. As medidas a seguir apresentadas partem da premissa que de aceitar os comportamentos prejudiciais como fatos da vida não significa ser conivente ou promover esses comportamentos (MARLATT, 1999)

Nesse contexto, as diretrizes da Política Nacional sobre o Álcool tratam da utilização da lógica ampliada do conceito de redução de danos, apresentando medidas referentes à segurança pública, à associação entre álcool e trânsito, entre outras (BRASIL, 2011b). Assim, as principais reportagens tratam da fiscalização do consumo de álcool no trânsito, conhecida como Lei Seca.

A primeira matéria desta categoria publicada pelo EP apresenta ações de fiscalização do *botellón*, publicada em março de 2014 e refere que a Câmara Municipal de Madri deve fornecer à polícia municipal um sistema que identifique as bebidas alcoólicas consumidas na rua, após receber inúmeras reclamações devido a multas aplicadas pela prefeitura sobre o consumo das bebidas nos locais específicos. De acordo com o provedor de justiça, deve ser habilitado um sistema válido para identificar o teor alcoólico das bebidas, e não a simples percepção do agente (43).

Na matéria seguinte publicada no mesmo ano também pelo EP, presidente da associação *Stop Accidents* lamenta que as sentenças a condutores que dirigem sob efeito de álcool ou drogas são baixas e ineficazes na Espanha, pois até julho de 2014 havia 990 presos por terem cometido algum crime contra a segurança viária, sendo a maioria presa por dirigir sem permissão, seguido daqueles sob excesso de álcool, em um total de 251 (44).

Reportagem de 20/09/2015 publicada pelo jornal O Globo traz reflexões sobre a implantação da Lei Seca no Brasil, criada em 2008. Na ocasião, a matéria indica que houve 32% menos mortes no trânsito desde a instauração da lei, mas que os índices voltaram a crescer desde 2010. Em relatório apresentado pela OPAS, apenas cinco dos 14 países que fixaram limites de concentração de álcool no sangue tem nota considerada boa para aplicação da lei, que seria 8 ou mais, ficando o Brasil com nota seis. Ricardo Cruz, coordenador do Centro de Cirurgia Crânio-Maxilofacial do Instituto de Traumatologia e Ortopedia (Into), ainda pondera: “*A existência de leis firmes ajuda a determinar o comportamento humano, mas mesmo elas não são garantia. O comportamento é um dos aspectos mais difíceis de entender e explicar*”, considerando que precisamos basicamente de uma atitude comportamental para evitar acidentes

de trânsito. Assim, o artigo intitulado *Receta médica contra mortes no trânsito* provoca uma reflexão subliminar no leitor a respeito de que tipo de sociedade em que vivemos e queremos e qual nosso papel nesse contexto (47).

Outra publicação relacionada com redução de danos no contexto das medidas legais trata das alterações nas sanções pela prática do *botellón* em Madri, pois a Câmara Municipal considera que elas não são dissuasivas e também solicita que sejam substituídas por trabalho social ou mesmo algum tipo alternativo de lazer, que consiste em demonstrar que a pessoa administra seu tempo de outras formas que não bebendo ou que possa gastar com atividades culturais, esportes, etc. A matéria em questão com data de maio de 2016 aponta para outras alternativas além da repressão, por meio de medidas possíveis de reduzir os danos associados ao consumo por ser mais acolhedora e oferecer diferentes opções para a população, além do lazer associado ao consumo do álcool (48).

Algumas reportagens na sequência, todas do EP, mencionam a intensificação dos controles viários de álcool e drogas entre os motoristas na ocasião de algumas datas comemorativas, como final de ano (50), festival de vinhos (52) e semana santa (55). Outras duas matérias tratam da fiscalização e intervenção de festas ilegais que serviam álcool a menores na Espanha e onde havia consumo da bebida em diferentes focos de *botellón*, nas vias públicas da cidade (51, 53).

Foram encontradas na pesquisa realizada 13 matérias, ou seja, quase 15% das reportagens de RD no uso do álcool associadas com medidas legais. Ressalta-se nesse contexto que, apesar do período de cinco anos pesquisado, diferentes realidades poderiam ter sido encontradas e apenas duas matérias tratam do assunto de festas ilegais, o que certamente não reflete a realidade, especialmente no Brasil. Assim, cabe a indagação do quanto a fiscalização e aplicação das leis se faz presente, bem como da praticamente nula divulgação pelas mídias jornalísticas sobre elas, o que reflete no interesse e sensibilização da sociedade sobre a temática do alcoolismo e no apoio escasso à elaboração e cumprimento das políticas públicas.

### **2.6.3 Restrição do consumo**

Outro item elencado no processo de análise do material é referente a medidas de restrição do consumo de álcool enquanto estratégia de redução de danos. As sete matérias inseridas neste contexto foram publicadas pelo periódico *El País*. A primeira com data em janeiro de 2014 debate sobre a dificuldade em erradicar o consumo de álcool nas ruas de



Valência (Espanha): “*nõa ha solução mágica contra o botellón*”, diz Miguel Domínguez, conselheiro para segurança da cidade de Valência, acrescentando: “*É um problema de conscientização*” (56).

Em abril de 2014 o EP apresenta um relatório da Comissão Mista para o estudo do problema das drogas no qual especialistas aprovaram a proposta de unificar em toda a Espanha em 18 anos como a idade mínima para consumo do álcool. O porta-voz do partido (PP) nessa comissão, Joaquín Villanova, levantou ainda um novo debate sobre a idade mínima ser de 21 anos, pois “*os cientistas dizem que o cérebro de uma pessoa não amadurece até essa idade*”, disse Villanova. Porém o assunto não foi pauta de discussão (57).

No mesmo período, reportagem intitulada “*Servicio Secreto de Obama endurece normas sobre el alcohol tras escândalos*” refere que o departamento de operações especiais do Serviço Secreto do então presidente dos Estados Unidos Barack Obama reforça regras contra o consumo de álcool por seus agentes, que não poderão beber 12 horas anteriores ao início do trabalho e nem um dia antes à chegada de Obama a cidade, nas viagens oficiais, após uma série de escândalos relatados (58).

Em Londres, a seguradora *Lloyd's* proibiu em 2017 o consumo de álcool durante horário de trabalho, entre as 09 h e 17 h, incluindo o horário do almoço, em política chamada de tolerância zero, conforme a reportagem: *Se acabó la cerveza a la hora de comer para los trabajadores de Lloyds* (59). Em 2018, na mesma direção matéria expõe sobre a normalização do consumo de álcool no trabalho na Espanha, sendo uma prática padronizada e, por vezes, incentivada devido ao estresse, condições de trabalho, etc. Assim, o *Proyecto Hombre* apresentou nova campanha visando acabar com essa prática, na qual a associação considera que existe uma grande tolerância social (61).

A partir da discussão das taxas de ingestão de álcool recomendadas pela Espanha e se há um consumo seguro, a matéria de 2018 indica no título que as recomendações do país são as menos rigorosas. A Espanha define o consumo de risco do álcool em quem ultrapassa quatro bebidas padrão por dia em homens e duas em mulheres (uma bebida padrão é de cerca de uma cerveja ou um copo de vinho, que são 10 gramas de álcool). A publicação indica por meio de estudo que os limites para o consumo de álcool devem ser inferiores aos recomendados na maioria das diretrizes atuais, considerando a definição de limites que causam menos danos aos que bebem. Contudo, enfatiza-se na matéria que a OMS afirma que não há limite considerado seguro para o consumo de álcool (62).

#### 2.6.4 Estratégias específicas de redução de danos no consumo do álcool

Esta parte elenca matérias com ações pontuais de RD no uso do álcool e merece destaque por tratar muitas vezes do tema de maneira inovadora. Um das primeiras encontradas foi reportagem publicada no periódico TNYT em 2014, com o intuito de mostrar um caminho diferente para o tratamento do vício, especialmente do álcool, apresentando o Centro de Motivação e Mudança, em que um grupo de psicólogos especializados no tratamento do uso de substâncias e outros comportamentos compulsivos utilizam um conjunto de técnicas que fornecem uma abordagem prática para a resolução de problemas emocionais e comportamentais, ao invés de tentar que os indivíduos simplesmente se abstenham da substância. Os psicólogos mencionam, sobre as drogas, que elas tendem a funcionar a curto prazo quando se trata de diminuir a ansiedade e aliviar a depressão, assim, consideram que: “Elas têm um efeito que está reforçando de alguma forma. Se você entende isso, você pode trabalhar estrategicamente para apoiar e reforçar outros comportamentos saudáveis e competitivos”. A reportagem ainda cita exemplos de tratamentos de jovens que têm sido bem-sucedidos, considerando a associação do álcool a eventos sociais e a dificuldade em se abster do consumo por completo (64).

Também no ano de 2014, a Folha de São Paulo publica matéria intitulada *Novo medicamento promete reduzir vontade de beber* (66), que discute sobre uma medicação para auxiliar os consumidores abusivos de bebidas alcoólicas a reduzir a sua quantidade. A droga é chamada de nalmefene e foi aprovada na Europa em 2013, sendo lançada em 20 países. O artigo apresenta ainda opiniões de alguns especialistas, como a presidente da ABEAD (Associação Brasileira para o Estudo do Álcool e outras Drogas), que menciona que a meta dos tratamentos para o alcoolismo é a abstinência e não a redução das doses. Novamente se referindo a discussão entre a proposta de abster-se e a redução de danos.

Com relação ao uso de medicamentos para reduzir os danos do álcool, foi encontrada mais uma matéria no periódico EP em 2018 que apresenta projeto em fase de testes de cápsulas com enzimas naturais encontradas no fígado para ajudar o corpo a metabolizar mais rapidamente o álcool, que poderia ajudar as pessoas a consumir e apreciar o vinho, coquetéis e outras bebidas alcoólicas sem ressaca, conforme a matéria, ao mesmo tempo podendo ser utilizada como um tratamento para overdose nas emergências (86).

Outra matéria de 2015 também do El País, especialista e pesquisador explica que um composto encontrado no chocolate preto protege contra o efeito inflamatório provocado no

cérebro após a ingestão de álcool. Assim, a sugestão de um medicamento a base dessa substância é lançada com o intuito de proteger contra os excessos ocasionais de bebida alcoólica (69).

Novamente em 2014, o EP na coluna Buena Vida traz matéria intitulada *¿Cuánto alcohol puedo beber esta Navidad?* (Quanto álcool posso beber neste Natal?) (67), trazendo a associação evidente entre as festividades e o consumo da substância e fazendo referência aos danos do álcool no cérebro e a quantidade indicada para o consumo do mesmo. Assim, a questão realmente importante para as consequências do consumo de álcool no organismo é a quantidade ingerida, contudo considera-se que beber mais rápido é mais prejudicial do que beber o mesmo, porém mais lentamente. Professor de psiquiatria Julio Bobes diz: *“Demora muito tempo a perder neurônios até percebermos que há uma demência alcoólica comparável à doença de Alzheimer”*. Sobre o consumo possivelmente seguro, a matéria indica que a Organização Mundial da Saúde (OMS) estabelece os limites entre 40 e 60 gramas de álcool por dia para homens e 20 a 40 para mulheres (uma taça de vinho ou dose de cachaça tem pouco mais de 10 gramas e combinados em 20 gramas).

Outra proposta de RD refere-se à elaboração de uma cerveja considerada mais saudável para aumentar a visibilidade do consumo dessa bebida, que apresenta mais nutrientes e menos calorias. Conforme veiculado pelo EP em janeiro de 2015, já existia nos Estados Unidos a cerveja de chá de carvão, que possui baixo teor alcoólico (68). O investimento em atrativos para a cerveja também é relatado em 2016 pelo mesmo periódico, mostrando cerveja que promete dissipar os efeitos do consumo de álcool ao eliminar todos os componentes desidratantes e adicionar uma quantidade elevada de eletrólitos que permite a recuperação de líquidos após um dia de exercício. Contudo, de acordo com o Instituto Nacional de Toxicologia, *esses “remédios” que curam ressaca são um mito* (76). Na sequência cronológica e mesmo jornal, há o desafio da empresa Heineken em desenvolver uma boa cerveja sem graduação alcoólica. *“É algo em que estou trabalhando duro porque é muito difícil obter um sabor equilibrado”*, refere Willem Van Waesberghe, mestre cervejeiro da Heineken (77).

Mesmo sendo poucas matérias sobre essas diferenciações mais “saudáveis” da cerveja, isso revela indícios de que parte da sociedade esteja interessada em manter um consumo menos problemático envolvendo menos riscos que a bebida originalmente possa oferecer, considerando ainda sua inserção em nosso meio social, o que reforça a busca de soluções em decorrência da inviabilidade da completa abstenção por alguns indivíduos.

Outras reportagens do El País fornecem dicas para minimizar os efeitos do álcool, tais como: comer antes de beber; consumo moderado, que seria até três copos de vinho ou cerveja

para homens e um terço a menos para as mulheres; hidratação durante o consumo de álcool; priorizar o vinho a outras bebidas e a escolha do copo, indicando que o copo reto reduz a velocidade com que se bebe, diferente do copo arqueado (70). No mesmo sentido, matéria de 2016 apresenta cinco dicas eficazes contra o desconforto após beber em excesso, consideradas estratégias de para minimizar os danos do consumo, que são: aumentar o consumo de água, também antes de beber álcool e durante este consumo; fazer uso de ibuprofeno ao invés de paracetamol; administração de vitaminas por meio de sucos e frutas; consumo de Sprite após o beber excessivo (refrigerante com sabor de limão sem cafeína) e não consumir alimentos pesados e gordurosos em dia de ressaca (73).

Iniciativa que também pode ser considerada estratégia de RD apresentada pelo EP em outubro de 2015 promove atrações culturais como alternativa ao consumo do álcool e é conhecida como *Viu la Nit* (Viva a Noite). Trata-se de um programa da cidade de Valência que oferece vida noturna cultural como alternativa a outros hábitos pouco saudáveis com relação ao consumo de álcool (72).

Em 11/07/2016 a Folha de São Paulo publica matéria por meio da BBC Brasil apresentando clínica canadense que, em situação inovadora, trata o alcoolismo servindo vinho de hora em hora. O Programa de Gestão do Álcool de Ottawa (ou MAP, na sigla em inglês) foi projetado visando atender às necessidades de moradores de rua. Conforme o doutor Jeff Turnbull, um dos idealizadores do projeto e chefe do hospital de Ottawa "*o pensamento era que, se pudéssemos estabilizar a loucura de suas vidas, o dia que começa com a busca de álcool e todas as complicações que ele causa, então talvez pudéssemos fazer investidas para tratar sua saúde mental, dependência de álcool e suas doenças físicas*". Assim, o vinho é servido em dosagens reguladas a cerca de 50 alcoolistas, que permanecem na clínica e, de acordo com Jeff, estão felizes, estáveis e tem uma vida razoável (74). A mesma proposta é apresentada no EP no mês seguinte, que menciona sobre o tratamento para o alcoolismo ser normalmente focado na abstinência e que a quantidade de doses oferecidas no projeto ao longo do dia vai diminuindo (75).

Duas reportagens da FSP de agosto de 2017 abordam a temática por meio da coluna e evento Seminários Folha. A primeira pondera que a *estratégia de redução de danos no consumo de bebidas alcoólicas deve ser pensada de forma individual e adaptada a um determinado contexto*, de acordo com o professor Rubens Adorno. Outro especialista traz a reflexão sobre a necessidade de promover a abstinência em alguns casos ou outras estratégias, identificadas por meio da individualização do tratamento (81). A matéria na sequência intitula-se *Fabricantes de bebidas apostam em campanhas educativas por aplicativo* (82), em que a Abrabe (associação

de fabricantes) refere fazer ações de RD associadas ao álcool em parcerias com aplicativos. A associação fez parceria com o aplicativo Waze dando alertas no celular sobre os riscos de beber e dirigir. Além disso, a Diageo, dona de marcas de destilados como Johnnie Walker e Smirnoff, juntou-se ao aplicativo 99 Táxis para oferecer descontos em corridas noturnas e incentivar usuários a evitar a mistura álcool e direção. Teresa Orlandi, gerente de relações da empresa refere que "*a sustentabilidade do nosso negócio está relacionada com o consumo responsável*". Contudo, a ABEAD contrapõe: "*Não acredito que a indústria faça redução de danos, é marketing. Eles querem o lucro e quanto mais venderem, melhor. A propaganda está aí para isso.*" Reiterando que o embate acima permeia a discussão presente na tese.

O El País ainda publica em 2017 estratégia diferenciada com o intuito de coibir os danos associados ao beber e dirigir, que trata da iniciativa de um periódico semanal da Nova Zelândia de publicar nomes de motoristas embriagados na primeira página, com o seguinte aviso: "*Dirija bêbado e você aparecerá na primeira página. Manteremos a campanha no resto do ano*". O diretor do jornal justifica que a ideia de criar essa maneira diferente de abordar a situação se deve ao sistema prisional não atender às expectativas com relação ao cumprimento das leis no trânsito (79).

Matéria selecionada na pesquisa no jornal TNYT em dezembro de 2017 apresenta estratégia diferenciada para lidar com o impulso de beber. O Dr. Tatarsky orienta os seus pacientes com problemas com álcool a aprender a "*surf*" seus impulsos, parando inicialmente cerca de 15 segundos para perceber a emoção envolvida e substituindo o ato de beber, então, por comportamentos mais saudáveis, como exercícios respiratórios. Outros profissionais oferecem métodos baseados na Web para reduzir o consumo de álcool e, em algumas pesquisas iniciais, mostraram-se promissores (84).

No mesmo contexto de desenvolver consciência sobre o processo de beber, reportagem de outubro de 2018 pelo EP apresenta o Movimento *Mindful Drinking*, desestimulando esta cultura tão integrada na sociedade. O jornalista Rosamund Dean explica: "*Poderíamos definir o consciente beber e tomar decisões conscientes sobre o que você bebe e quanto. E também saber quando parar. Ou seja, oposto a beber sem pensar*". A matéria ainda menciona que no Reino Unido o movimento já é mais do que uma tendência, faz parte de uma mudança social e cultural sobre o consumo excessivo de álcool que, no entanto, ainda não penetrou na Espanha (87).

### 3. MÉTODO

Esta tese está constituída por três etapas realizadas separadamente, porém que se encontram como importante processo na construção do todo e serão descritas em detalhes neste capítulo. Inicialmente, o intuito foi se aproximar da produção científica existente sobre redução de danos no uso de drogas para compreender o fenômeno e, com este objetivo, foi realizada a análise bibliométrica utilizando o método SYSMAP, que inclui a análise de conteúdo, ou sistêmica, desenvolvida na sequência com foco na redução de danos no uso do álcool.

A segunda etapa foi o desenvolvimento de nova análise de conteúdo com foco na redução de danos no uso do álcool, utilizando outros descritores para promover uma melhor filtragem dos artigos, partindo de nova análise bibliométrica com o intuito de desenvolver uma análise do conteúdo complementar dessa literatura. A terceira parte da tese consiste na pesquisa da mídia jornalística utilizando os mesmos dados da pesquisa científica da segunda etapa para possibilitar parâmetros comparativos

Dessa forma, esta pesquisa se caracteriza como de natureza teórica em relação ao tema abordado. Quanto aos seus procedimentos técnicos, enquadra-se como um estudo bibliográfico, pois tratará de dados e verificações provindas diretamente de trabalhos já realizados do assunto pesquisado, e pesquisa documental no momento seguinte, tratando diretamente de dados primários. Do ponto de vista dos objetivos, classifica-se como exploratória e descritiva, pois buscará informações específicas e características do que está sendo estudado (GIL, 2005).

#### 3.1 PESQUISA BIBLIOMÉTRICA

O método usado para realizar a análise bibliométrica e análise de conteúdo foi o SYSMAP (*Scientometric and sYStematic yielding MApping Process*), que tem por objetivo apresentar de forma estruturada os principais processos para realização de uma revisão de literatura de um tema que o pesquisador não tem conhecimento ou na qual o pesquisador busca identificar detalhes específicos sobre determinado aspecto e/ou contexto, através da combinação da análise cientométrica e análise de conteúdo (VAZ e URIONA MALDONADO, 2017).

O modelo SYSMAP consiste em cinco (5) fases (conforme mostra a Figura 1), sendo elas:

1. construção da coleção de artigos (Amostra I);

2. processo de filtragens;
3. análise cientométrica;
4. análise de conteúdo (Amostra II) e,
5. construção das lacunas/oportunidades de pesquisa.

Figura 1 - SYSMAP



Fonte: Vaz e Uriona Maldonado (2017)

A análise bibliométrica que desenvolvemos deu origem ao primeiro artigo como resultado desta tese e trata-se de uma técnica para o mapeamento dos principais: autores, periódicos e palavras-chave sobre determinado tema. Uriona Maldonado; Silva Santos; Santos (2010) afirmam que essas técnicas são ferramentas que se apoiam em uma base teórica metodológica reconhecida cientificamente, que possibilitam o uso de métodos estatísticos e matemáticos para mapear informações, a partir de registros bibliográficos de documentos armazenados em bases de dados.

Para identificação inicial da bibliografia referente ao tema e posterior delimitação e aprofundamento, as palavras-chave utilizadas na busca nas bases de dados, de acordo com os DeCS (Descritores em Ciências da Saúde) foram: *harm reduction, harm minimization, risk reduction, risk reduction behavior, drug users, psychotropic drug, street drugs and drug effect*. Em seguida foram escolhidas as bases de dados a serem consultadas, do portal de periódicos da Capes, sendo elas: *Web of Science, Scopus, PubMed, PsycINFO, LILACS, BDNF e SciELO*. A pesquisa foi realizada em maio de 2017, nas bases de dados mencionadas, utilizando as seguintes combinações de palavras-chaves: (“harm\* reduction\*” OR “harm\* minimization\*” OR “risk reduction” OR “risk reduction behavior”) AND (“drug\* users” OR “psychotropic drug\*” OR “street drugs” OR “drug\* effect\*”).

Para a etapa da exclusão, foram retirados os artigos repetidos/ duplicados. Para a etapa de inclusão, alguns aspectos foram considerados para realização da filtragem dos artigos a serem estudados: alinhamento dos títulos dos artigos com o tema; (iii) reconhecimento científico dos artigos; e (iv) alinhamento dos resumos dos artigos com o tema. Desta forma, obteve-se 4.296 artigos brutos, os quais após a filtragem e identificação dos estudos alinhados com o tema por meio da leitura dos títulos e resumos, resumiram-se em uma amostra de 984 artigos.

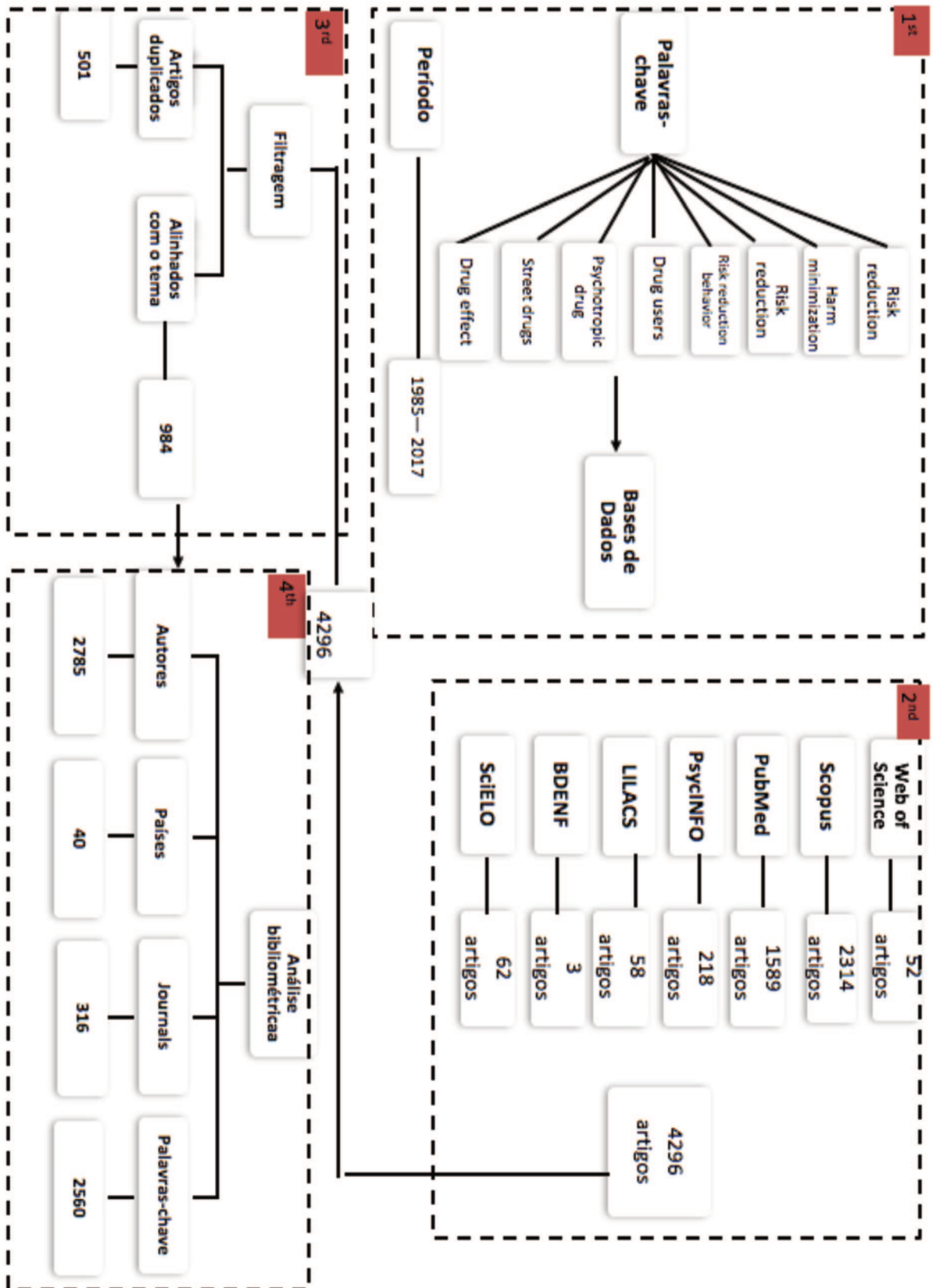
Para a análise bibliométrica não foi delimitado período de tempo, pois a pesquisa em questão considera relevante identificar quando se iniciou a pesquisa da temática e qual período obteve-se um maior número de publicações. Nesta pesquisa foram utilizados para gerenciar as referências e as análises bibliométricas os *softwares*:

- VosViewer: é um *software* usado para construir redes bibliométricas baseadas em dados baixados a partir de bases de dados bibliográficas, possibilita ao usuário escolher entre a utilização do total e do método de contagem fracionário (VAN ECK; WALTMAN, 2010).

- Endnote é um gestor de referências bibliográficas produzido pela *Thomson Scientific* que trabalha integrada à *Web of Science*. Facilita o trabalho de investigação e escrita do trabalho científico e permite reunir referências bibliográficas de bases de dados online, importar os metadados e agrupá-los de diversas formas (HERBERT, 2002).

Figura 2. Procedimentos metodológicos para pesquisa bibliométrica encontrados nas bases de dados





Fonte: Elaborado pelos autores, pesquisa de 2017, dados Endnote.

A partir dessa pesquisa mais ampla, foi realizada a análise sistêmica ou de conteúdo dos trabalhos encontrados nas bases de dados, estabelecida por Bardin (2011), a fim de organizar a análise, codificar os dados, categorizar, criar inferência e realizar o tratamento e resultados das lacunas de pesquisas sobre o assunto de Redução de Danos no uso do álcool, que se identificou escasso diante da temática de redução de danos no contexto das drogas em geral.

A pesquisa bibliográfica, em sentido mais amplo, trata do planejamento global inicial de um trabalho de pesquisa que corresponde a identificação, localização e obtenção da bibliografia pertinente sobre o assunto, acrescida das ideias dos autores para evidenciar o entendimento do seu pensamento. Dessa forma, caracteriza-se como um conjunto de procedimentos que visa identificar informações bibliográficas, selecionar documentos referentes ao tema estudado e desenvolver seu fichamento para que sejam posteriormente utilizados na redação do trabalho acadêmico. Quando se torna a etapa fundamental e primeira de uma pesquisa que utiliza dados empíricos, recebe a denominação de Referencial Teórico (STUMPF, 2006).

Análise sistêmica, de acordo com Ensslin (2011), é o processo utilizado para uma visão de mundo (filiação teórica) definida e explicitada por suas lentes que, pela análise de uma amostra de artigos representativos sobre determinado assunto de pesquisa, visa evidenciar cada lente e globalmente, para a pesquisa estabelecida, os destaques e as carências ou oportunidades de conhecimentos encontrados na amostra.

Assim, os 984 artigos previamente selecionados para a análise bibliométrica passaram por novo processo de filtragem para a análise sistêmica, por meio da leitura de todos os resumos, que foi realizada para identificar os trabalhos que abordam a droga álcool associada a estratégias de redução de danos. Dessa forma, foram encontrados 39 artigos, dos quais 16 correspondem a artigos originais que configuram parte dessa análise sistêmica e servirão como subsídio à discussão dos demais achados.

### 3.2 ANÁLISE SISTÊMICA

A análise sistêmica, ou análise de conteúdo dos dados, foi a segunda etapa de constituição deste trabalho. Esta partiu da necessidade de refinamento e atualização dos dados da pesquisa bibliográfica com enfoque na redução de danos no uso do álcool. Para tal, foi realizada nova pesquisa bibliográfica com o intuito de selecionar artigos para subsidiar a construção da análise anterior e discutir os resultados da próxima etapa, ou seja, a pesquisa da mídia.

Dessa forma, realizou-se nova pesquisa com as palavras-chave e a seguinte combinação: *harm reduction AND alcohol*. As bases de dados consultadas foram as mesmas da pesquisa anterior: *Web of Science, Scopus, PubMed, PsycINFO, LILACS, BDNF e SciELO*. O período foi delimitado em cinco anos, de 2014 a 2018, possibilitando identificar estudos mais recentes sobre a temática.

Nesta busca, obteve-se então 2.993 artigos brutos, os quais passaram pelas filtragens inicialmente de trabalhos duplicados, que deviam estar alinhados com o tema (leitura dos títulos e resumos), que estivessem disponíveis e com reconhecimento científico. Com o intuito de maior refinamento da amostra, foram estabelecidos outros critérios de inclusão: a presença dos termos de busca nas palavras-chave dos artigos: *harm reduction/risk reduction AND alcohol* e derivações; os trabalhos apresentarem estratégias somente sobre RD no uso do álcool (não inclusão de outras drogas), e não se tratar de artigos sobre metodologia de pesquisas. Desta seleção resultou uma amostra de 40 artigos. Para gerenciar as referências foi utilizado novamente o software Endnote.

### 3.3 PESQUISA DOCUMENTAL NA MÍDIA

A terceira etapa da tese diz respeito à inclusão da pesquisa documental tendo como base a mídia na forma de jornais nacionais e internacionais com o intuito de analisar o percurso dos discursos e práticas de redução de danos no uso de álcool e por entender que fornecem dados relevantes de diferentes localidades sobre os quais é possível elaborar uma análise consistente que fundamente a tese proposta.

Infer-se que documentos são definidos como artefactos padronizados em determinados formatos como notas, relatórios, contratos, rascunhos, anotações, diários, estatísticas, sentenças, cartas, entre outros (FLICK, 2009). As informações relevantes que se pode extrair do uso de documentos justifica seu uso em várias áreas das Ciências Humanas e Sociais, pois possibilita ampliar o entendimento de objetos que necessitem de contextualização histórica e sociocultural para sua compreensão. Para análise documental é necessário ainda que se avalie o contexto histórico no qual o documento foi produzido e o universo sociopolítico do autor e daqueles a quem foi destinado (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009).

Assim, a pesquisa foi realizada com a busca dos mesmos termos utilizados para a pesquisa bibliométrica e de conteúdo: “redução de danos” e “álcool” e suas derivações de linguagem conforme a origem dos jornais pesquisados, no mesmo período de tempo, 2014 a 2018. Foram selecionados dois jornais nacionais e dois internacionais em suas versões digitais,

sendo que a escolha dos periódicos nacionais ocorreu por se tratarem de jornais com grande circulação e influência sobre a opinião pública, e os internacionais pela sua relevância e por estarem localizados em continentes diferentes, ou seja, em contextos diversos que podem apresentar importantes informações para discussão:

- *Folha de São Paulo*: jornal de maior circulação no Brasil desde 1986. O Grupo Folha centraliza uma série de atividades da indústria das comunicações, contemplando jornais, banco de dados, instituto de pesquisas, agência de notícias, gráficas, entre outras (FOLHA DE SÃO PAULO, 2019);

- *O Globo*: possui grande influência nacional sobre a opinião pública, ao lado da Folha de São Paulo (MOLINA, 2007).

- *The New York Times*: pela sua relevância, tratando-se do jornal mais influente do país mais poderoso. Tem a missão enraizada na crença de transformar a vida dos leitores e de toda sociedade de uma forma mais forte e justa e dedica-se a um jornalismo independente, especializado e profundamente informado (MOLINA, 2007; THE NEW YORK TIMES, 2019);

- *El País*: surgiu com a abertura política espanhola em 1976, mantém uma linha liberal e é o periódico de língua espanhola de maior circulação. Muito citado na mídia brasileira, também possui versão em português (MOLINA, 2007).

Para a pesquisa foi necessária assinatura digital em todos os jornais, exceto no El País, em que a busca era livre. A seleção das reportagens ocorreu a partir da leitura do título e conteúdo do texto. Foi considerado como critério de inclusão os termos de busca serem o assunto principal das matérias. Durante este processo e considerando o foco da pesquisa, foram excluídas reportagens: em que o termo aparecesse como mera citação no texto; notícias em duplicidade; anúncios de eventos (filmes, livros); indisponibilidade do artigo; editoriais e cartas.

A etapa analítica seguiu o processo denominado de “análise textual discursiva”, uma metodologia proposta por Moraes e Galiazzi (2007) de análise de dados de natureza qualitativa que busca novas compreensões sobre os fenômenos e discursos. A análise textual discursiva tem caráter essencialmente hermenêutico, buscando valorizar novas concepções para a superação da objetividade, emergindo o qualitativo e o sujeito.

Neste sentido, as reportagens selecionadas foram organizadas em um grande quadro que possibilitou a identificação do conjunto de textos a serem analisados, contendo: jornal, coluna, data publicação, título, autor e ideia central da reportagem (apêndice 3). Este material é denominado por Moraes e Galiazzi (2007) de “corpus”, que foi examinado e analisado pela pesquisadora a partir dos referenciais explícitos na fundamentação teórica e a luz de seus

conhecimentos, por meio de uma leitura aprofundada e rigorosa. As categorias que surgiram emergentes dos textos foram transformadas em metatextos, que são discutidas no segundo artigo como resultado desta tese, indo ao encontro dos objetivos esperados do estudo.

## 4. RESULTADOS

A partir da pesquisa apresentada, os resultados serão apresentados no formato de dois artigos científicos, conforme rege a norma do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da UFSC. O primeiro artigo intitula-se: **Mapeamento da Produção Científica de Redução de Danos no Uso de Drogas: utilizando o método SYSMAP**, e apresenta um mapeamento geral da produção científica sobre Redução de Danos no uso de drogas, por meio da análise bibliométrica e de conteúdo que utilizou o método SYSMAP, sendo a análise sistêmica baseada em dados da pesquisa refinada dos artigos com foco na estratégia de redução de danos e álcool.

O segundo artigo foi desenvolvido a partir da análise das reportagens encontradas na pesquisa realizada na mídia sobre RD e álcool e sua discussão com a literatura científica, sendo o título: **Álcool e Redução de Danos: análise dos discursos midiáticos**. Este artigo contempla ainda a quinta e última etapa do modelo SYSMAP: a construção das lacunas e oportunidades de pesquisa na área.

### 4.1 ARTIGO 1

#### **MAPEAMENTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DE REDUÇÃO DE DANOS NO USO DE DROGAS: UTILIZANDO O MÉTODO SYSMAP**

**Autores:** Fernanda Rodrigues, Caroline Rodrigues Vaz, Fátima Büchele Assis

**Resumo:** A estratégia de redução de danos no uso de drogas surgiu na década de 80 como uma medida de prevenção à epidemia do contágio por HIV, às doenças sexualmente transmissíveis e às hepatites, considerada uma alternativa de saúde pública para os modelos moral/criminal e de doença do consumo de substâncias psicoativas, contudo, permanece como uma perspectiva conceitualmente distorcida. Este artigo tem como objetivo realizar um mapeamento do estado da produção científica de Redução de Danos no uso de drogas, usando como base a análise bibliométrica, seguida da análise sistêmica com enfoque na substância álcool e redução de danos. A pesquisa realizada nas bases de dados *Web Of Science*, Scopus, PubMed, PsycINFO, LILACS, BDENF e SciELO, em 2017, usando os *softwares* VosViewer e Endnote. O método para bibliometria usado para as análises foi o SYSMAP (*Scientometric and sYStematic yielding Mapping Process*), que estrutura os principais processos para realização de uma revisão de literatura. Foram encontrados 3.795 documentos, dos quais 984 estavam alinhados com o tema. Do total de 2.785 autores, os com maior número de artigos são Don C. Des Jarlais, Samuel R

Friedman e Thomas Kerr. Os artigos estão publicados em 316 periódicos, sendo o mais representado o *The International Journal of Drug Policy*, com base acadêmica em Londres, e apresentam 2.560 palavras-chaves, com destaque para a redução de danos. O primeiro trabalho foi de autoria de Don C. Des Jarlais, Samuel R. Friedman e William Hopkins, publicado em novembro de 1985 em Nova York, que traz a emergência da AIDS entre usuários de drogas intravenosas. Por meio de uma análise breve, vincula-se a redução de danos às drogas ilícitas, ao HIV, ao proibicionismo e abstinência, com pouca alusão aos direitos humanos e saúde pública. Os 984 artigos selecionados para a análise bibliométrica passaram por novo processo de filtragem para compor a análise sistêmica sobre redução de danos e álcool, sendo selecionados 16 artigos originais que vinculam em sua maioria o álcool a outras substâncias ilícitas, apresentando uma diversidade de resultados positivos na minimização dos danos. Infere-se ainda a ínfima associação e inclusão do álcool enquanto droga e a necessidade de mais estudos abordando a população que faz o poli consumo de substâncias, com o intuito de reduzir os danos associados.

**Palavras-chave:** Redução de danos; Uso de drogas; Álcool; Mapeamento da produção científica; Análise sistêmica.

#### **MAPPING SCIENTIFIC PRODUCTION FOR HARM REDUCTION IN DRUG USE: USING THE SYSMAP METHOD**

**Abstract:** The drug use harm reduction strategy emerged in the 1980s as a measure to prevent the HIV contagion epidemic, sexually transmitted diseases and hepatitis, considered a public health alternative to the moral / criminal and disease models consumption of psychoactive substances, however, remains a conceptually distorted perspective. This article aims to map the state of the scientific production of Harm Reduction in the use of drugs, based on bibliometric analysis, followed by systemic analysis focusing on the substance alcohol and harm reduction. The research carried out in the databases Web Of Science, Scopus, PubMed, PsycINFO, LILACS, BDNF and SciELO, in 2017, using the software VosViewer and Endnote. The bibliometrics method used for the analyzes was the SYSMAP (Scientometric and sYStematic yielding Mapping Process), which structures the main processes for conducting a literature review. 3,795 documents were found, of which 984 were aligned with the theme. Of the total of 2,785 authors, those with the largest number of articles are Don C. Des Jarlais, Samuel R. Friedman and Thomas Kerr. The articles are published in 316 journals, the most represented being *The International Journal of Drug Policy*, based in London, with 2,560 keywords, with emphasis on harm reduction. The first work was authored by Don C. Des Jarlais, Samuel R. Friedman and William Hopkins, published in November 1985 in New York, which brings the emergence of AIDS among intravenous drug users. Through a brief analysis, the reduction of damages to illicit drugs, HIV, prohibition and abstinence is linked, with little reference to human rights and public health. The 984 articles selected for bibliometric analysis underwent a new filtering process to compose the systemic analysis on harm reduction and alcohol, with 16 original articles selected that mostly link alcohol to other illicit substances, presenting a diversity of positive results in minimization of damage. It is also inferred the very small association and inclusion of alcohol as a drug and the need for further studies addressing the population that does poly substance use, in order to reduce the associated damages.

**Keywords:** Harm reduction; Use of drugs; Alcohol; Mapping of scientific production; Systemic analysis.

## 1. INTRODUÇÃO

A avaliação e abordagem da sociedade sobre o consumo de drogas tem ocorrido de diversas maneiras ao longo do tempo. Assim, no que tange as drogas ilícitas, as medidas como repressão e proibicionismo foram adotadas desde o início do século XIX por vários países, baseadas na intolerância ao uso de drogas e na imposição da abstinência como condição para o ingresso em um programa de tratamento (MACHADO; BOARINI, 2013).

Atualmente, cerca de 0,6% da população adulta mundial sofre de distúrbios causados pelo uso de drogas. Entre essas, os opioides são as drogas mais nocivas, representando 70% dos problemas relacionados ao consumo de drogas mundialmente, com destaque para a heroína, associada ao risco de overdose, contágio de doenças infecciosas como HIV e hepatite C, e outras comorbidades médicas e psiquiátricas. Destaca-se que as mortes por overdose, a maioria por opioides, causou mais mortes que acidentes de trânsito ou violência nos Estados Unidos nos últimos anos (UNODC, 2017).

As pessoas que necessitam de cuidados devido ao uso de substâncias psicoativas experimentam profundas iniquidades sociais e em saúde. Nesse contexto, a estratégia de redução de danos (RD) no uso de drogas surgiu como uma medida de prevenção à epidemia do contágio por HIV, às doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) e às hepatites, podendo ser definida como mais uma maneira de se abordar o usuário de drogas. A RD surge como uma estratégia fundamental para benefício não só das pessoas que utilizam drogas, mas também dos seus familiares e da comunidade, enfocando a saúde e a minimização dos danos decorrentes do uso, do abuso ou da dependência de drogas (MACHADO; BOARINI, 2013; LAGO; PETER; BÓGUS, 2017).

Contudo, apesar do avanço na legislação, a RD permanece como uma perspectiva conceitualmente distorcida e pouco conhecida pelos trabalhadores da saúde, sendo inclusive considerada uma política de incentivo ao consumo de drogas. A RD ainda permanece permeada de controvérsias e longe de ser destituída do senso comum, com resistências sociais e científicas, tratando-se de um tema que merece ampla discussão (CRUZ et al, 2016).

Trazendo para o contexto do álcool, substância não originalmente associada à RD e com problemas relacionados em uma escala contínua, identifica-se que os distúrbios do seu uso permanecem como uma condição subdiagnosticada e subtratada. Os indivíduos que ainda não são severamente dependentes da substância, mas com risco de danos associados ao consumo, encontram-se muitas vezes com a intenção de não parar imediatamente de beber, mas percebem que é desejável uma redução no seu consumo. Em termos de cuidado em saúde, a busca pelo



melhor absoluto se torna uma busca empírica pelo melhor relativo, ou seja, da abstenção total à redução de danos (MARLATT, 1999; MAREMMANI et al, 2015)

Assim, em virtude dos diversos entendimentos, ações e polêmicas sobre a estratégia de RD provenientes desde sua implementação, torna-se necessário compreender o discurso científico sobre a redução de danos no uso de drogas, com destaque para o álcool, buscando identificar suas possibilidades de atenção em saúde ao consumidor e se ela tem promovido uma melhora na sua qualidade de vida.

Desta forma, este artigo tem como objetivo realizar um mapeamento do estado atual da produção científica de Redução de Danos no uso de drogas, usando como base a análise bibliométrica para identificar as principais áreas de pesquisas, autores, periódicos, países, instituições de pesquisa e os artigos mais relevantes sobre o assunto. A etapa seguinte à análise bibliométrica constitui-se da análise sistêmica, desenvolvida com enfoque nos estudos sobre redução de danos e a droga álcool.

O artigo está composto por quatro sessões, na qual a primeira está constituída por esta introdução. A segunda sessão mostra os procedimentos metodológicos usados para coletar os dados. A terceira sessão, analisa e discute os resultados da coleta de dados em dois subitens: um referente à pesquisa bibliográfica de redução de danos no uso de drogas, outro relacionado à análise sistêmica de redução de danos e álcool. E por fim, a quarta sessão traz as devidas considerações finais e as recomendações de trabalhos futuros na área.

## **2. METODOLOGIA**

Esta pesquisa se caracteriza como de natureza teórica em relação ao tema abordado. Quanto aos seus procedimentos técnicos, enquadra-se como um estudo bibliográfico, pois tratará de dados e verificações provindas diretamente de trabalhos já realizados do assunto pesquisado. Do ponto de vista dos objetivos, classifica-se como exploratória e descritiva, pois buscará informações específicas e características do que está sendo estudado (GIL, 2005).

A revisão de literatura significa para o pesquisador, o primeiro passo na busca por desenvolver um trabalho e construir conhecimento em determinado contexto. Ela permite ainda uma visão introdutória no desenvolvimento de um projeto de pesquisa e retoma o conhecimento científico acumulado sobre o tema (AFONSO et al., 2012). Ainda, permite ao pesquisador se familiarizar mais com o tema pesquisado, possibilitando-lhe a criação de novos constructos e definições.

O método usado para realizar a análise bibliométrica e análise de conteúdo foi o SYSMAP (*Scientometric and sYStematic yielding Mapping Process*), que tem por objetivo apresentar de uma forma estruturada os principais processos para realização de uma revisão de literatura de um tema que o pesquisador não tem conhecimento ou na qual o pesquisador busca identificar detalhes específicos sobre determinado aspecto e/ou contexto, através da combinação da análise cientométrica e análise de conteúdo (VAZ; URIONA MALDONADO, 2017).

O modelo SYSMAP consiste em cinco (5) fases (conforme mostra a Figura 1), sendo elas: i) construção da coleção de artigos (Amostra I); ii) processo de filtragens; iii) análise cientométrica; iv) análise de conteúdo (Amostra II) e; v) construção das lacunas/opportunidades de pesquisa.

Figura 1 – SYSMAP



Fonte: Vaz e Uriona Maldonado (2017, p. 24). Aqui está melhor formatado que lá na metodologia

Para este contexto, foi aplicada a análise bibliométrica, que é uma técnica para o mapeamento dos principais: autores, periódicos e palavras-chave sobre determinado tema. Uriona Maldonado; Silva Santos; Santos (2010) afirmam que essas técnicas são ferramentas

que se apoiam em uma base teórica metodológica reconhecida cientificamente, que possibilitam o uso de métodos estatísticos e matemáticos para mapear informações, a partir de registros bibliográficos de documentos armazenados em bases de dados.

Inicialmente foram definidas as palavras-chave a serem utilizadas na busca nas bases de dados: harm reduction, harm minimization, risk reduction, risk reduction behavior, drug users, psychotropic drug, street drugs and drug effect.

Após, foram escolhidas as bases de dados a serem consultadas, do portal de periódicos da Capes, sendo elas: *Web of Science*, *Scopus*, *PubMed*, *PsycINFO*, *LILACS*, *BDEF* e *SciELO*.

Para a etapa da inclusão e exclusão, alguns aspectos são considerados para realização da filtragem dos artigos a serem estudados, sendo eles: (i) presença de artigos repetidos/duplicados; (ii) alinhamento dos títulos dos artigos com o tema; (iii) reconhecimento científico dos artigos; e (iv) alinhamento dos resumos dos artigos com o tema.

Para a filtragem dos artigos, foram excluídos inicialmente os materiais repetidos/duplicados. Para a inclusão dos artigos, alguns aspectos foram considerados, tais como: (i) alinhamento dos títulos dos artigos com o tema; (ii) reconhecimento científico dos artigos; e (iii) alinhamento dos resumos dos artigos com o tema.

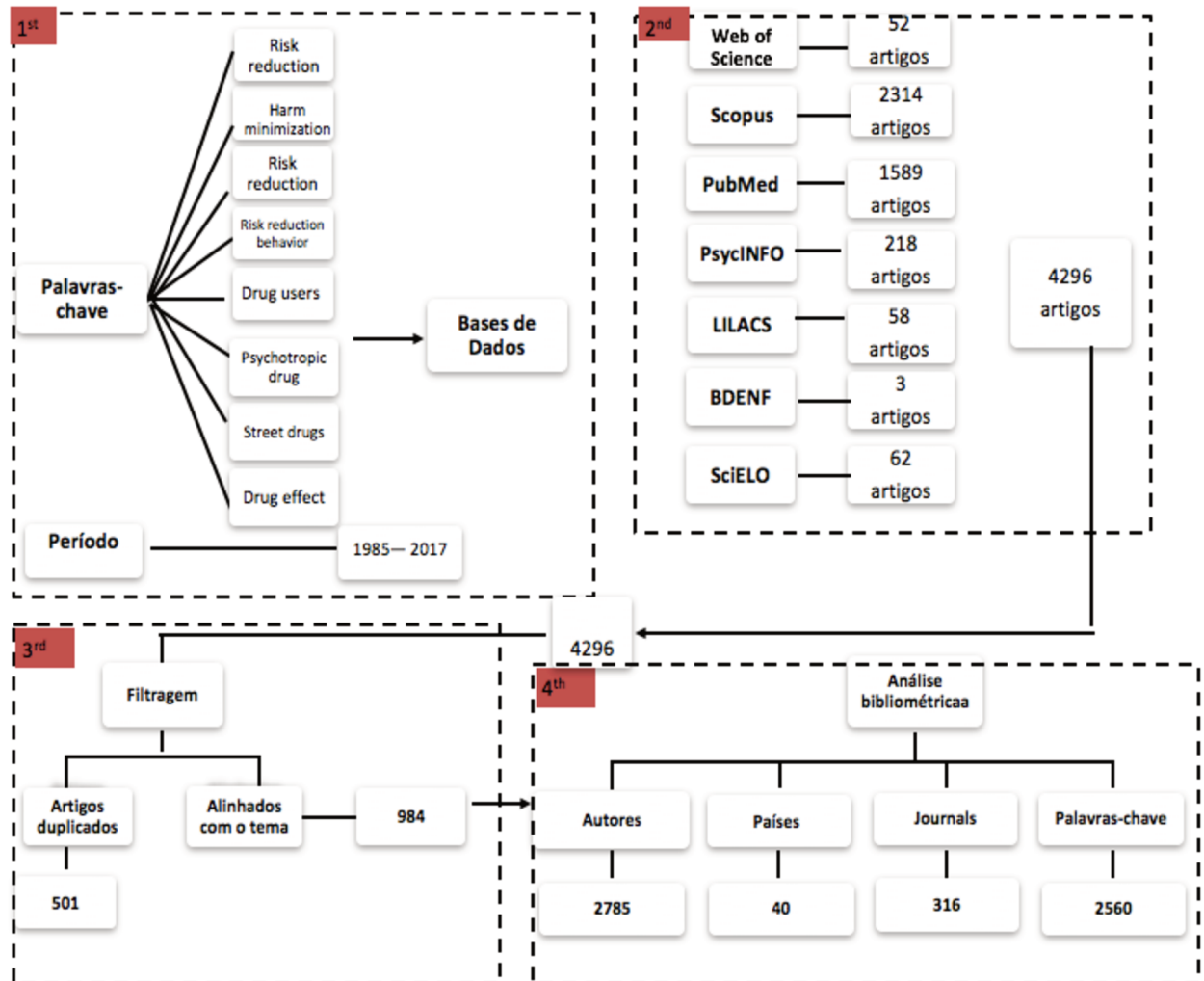
Nesta pesquisa foram utilizados para gerenciar as referências e as análises bibliométricas os *softwares*:

- VosViewer: é um *software* usado para construir redes bibliométricas baseadas em dados baixados a partir de bases de dados bibliográficas, possibilita ao usuário escolher entre a utilização do total e do método de contagem fracionário (VAN ECK; WALTMAN, 2010).

- Endnote é um gestor de referências bibliográficas produzido pela *Thomson Scientific* que trabalha integrada à *Web of Science*. Facilita o trabalho de investigação e escrita do trabalho científico e permite reunir referências bibliográficas de bases de dados online, importar os metadados e agrupá-los de diversas formas (HERBERT, 2002).

A Figura 2 apresenta os procedimentos metodológicos para a pesquisa realizada:

Figura 2. Procedimentos metodológicos encontrados nas bases de dados



Fonte: Elaborado pelos autores, pesquisa de 2017, dados Endnote.

Estes 984 artigos previamente selecionados para a análise bibliométrica passaram por novo processo de filtragem para a análise sistêmica, por meio da leitura de todos os resumos, que foi realizada para responder ao seguinte critério de investigação: *quais os trabalhos que abordam a redução de danos no uso do álcool?* Dessa forma foram encontrados 39 artigos, dos quais 16 correspondem a artigos originais que configuram esta análise sistêmica, sendo os demais excluídos do estudo por se tratar de comentários, revisões, livros ou não estarem disponíveis na íntegra.

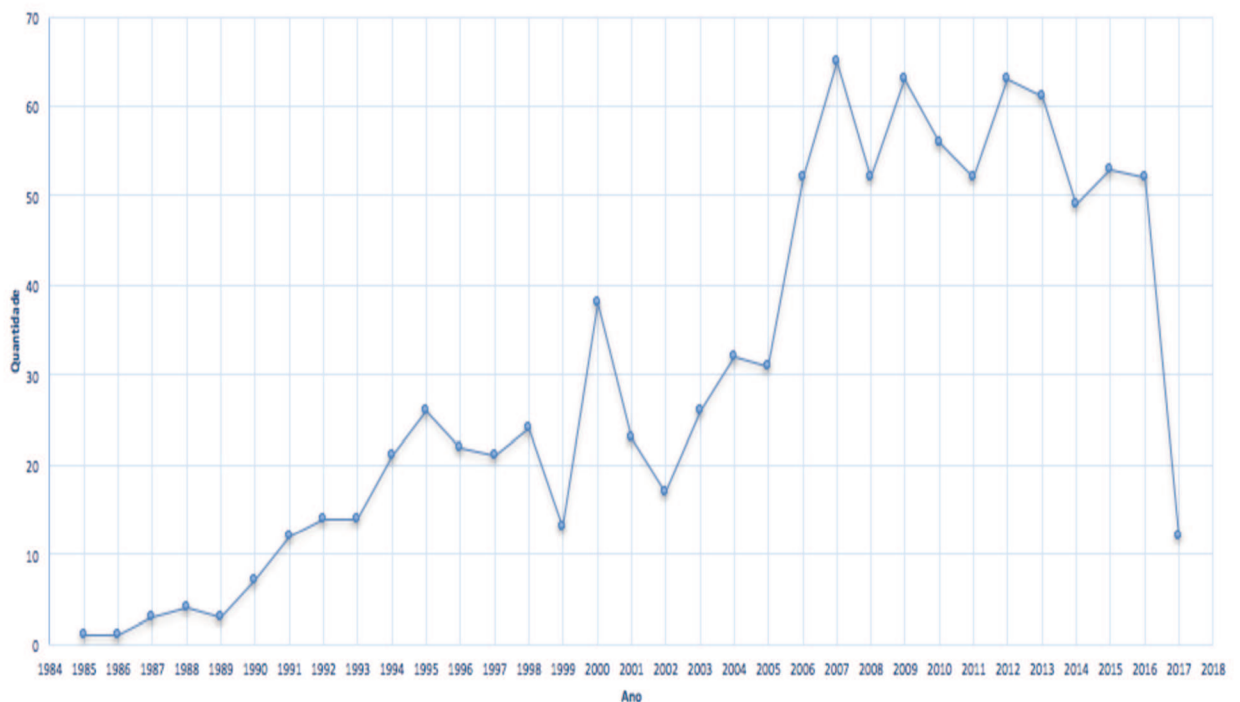
### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

#### 3.1. ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA REDUÇÃO DE DANOS NO USO DE DROGAS

A pesquisa foi realizada em maio de 2017, nas bases de dados mencionadas, utilizando as seguintes combinações de palavras-chaves: (“harm\* reduction\*” OR “harm\* minimization\*” OR “risk reduction” OR “risk reduction behavior”) AND (“drug\* users” OR “psychotropic drug\*” OR “ street drugs” OR “ drug\* effect\*”). Desta forma, obteve-se 4.296 artigos brutos, os quais passaram pelas filtragens de trabalhos duplicados e alinhados com o tema (leitura dos títulos e resumos), ficando com uma amostragem de 984 artigos.

Para a análise bibliométrica não foi delimitado período de tempo, pois a pesquisa em questão considera relevante identificar quando se iniciou a pesquisa da temática e qual período obteve-se um maior número de publicações. Dessa forma, identificamos que a primeira publicação sobre redução de danos ocorreu em 1985, com um pico nas publicações no ano 2000 e progressivo aumento de estudos na área, sendo que em 2007 houve o maior número de publicações sobre redução de danos no uso de drogas (Figura 3).

Figura 3. Periodicidade de publicação



Fonte: Elaborado pelos autores, pesquisa de 2017, dados Endnote.

O primeiro trabalho na área foi intitulado “Risk Reduction for the Acquired Immunodeficiency Syndrome Among Intravenous Drug Users”, de autoria de Don C. Des Jarlais, Samuel R. Friedman e William Hopkins. Foi publicado em novembro de 1985 em Nova York, no periódico "Annals of Internal Medicine".

O artigo intitulado em português "Redução de Risco para a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida entre Usuários de Drogas Intravenosas" tem como tema principal a emergência da AIDS (Acquired Immunodeficiency Syndrome, ou Síndrome da Imunodeficiência Adquirida) entre usuários de drogas injetáveis, considerando-os como segundo maior grupo de risco para a doença, e as possibilidades de propagação para seus parceiros sexuais e seus possíveis filhos. Na época, o artigo reforçou a ausência de tratamento ou vacinas eficazes para a síndrome, condicionando o controle da epidemia entre usuários de drogas aos esforços para reduzir o compartilhamento de agulhas.

Em relação aos autores com maior representatividade, ou seja, que possuem mais publicações na área. Do total de 2785 autores encontrados na análise, destaca-se Don C. Des Jarlais, dos Estados Unidos, que por mais de 30 anos conduz pesquisas sobre HIV / AIDS entre pessoas que usam drogas injetáveis. Ele é participante do mais longo estudo financiado continuamente sobre HIV / AIDS em pessoas que usam drogas, que foi fundamental no rastreamento da epidemia de HIV / AIDS na cidade de Nova York (CENTER FOR DRUG USE AND HIV RESEARCH- CDUHR, 2018).

O quadro 1 traz informações sobre os autores de maior representatividade, incluindo país de origem, Universidade e área de pesquisa. A análise bibliométrica revelou que os artigos selecionados são provenientes de um total de 40 países. Contudo, a maior parte dos pesquisadores mais relevantes na temática em estudo tem origem dos Estados Unidos, provenientes de diferentes localidades. Ainda, é perceptível a relação que a grande maioria dos pesquisadores possui com os seguintes temas: uso de drogas injetáveis, HIV, doenças infecciosas e populações de risco, sem destacar o tema da redução de danos, que surgiu justamente no contexto da epidemia do HIV e a alta transmissibilidade pelo compartilhamento de seringas em usuários de drogas injetáveis.

Quadro 1. Informações dos autores

<b>Nome</b>	<b>País de origem</b>	<b>Centro de Pesquisa/ Universidade</b>	<b>Temas de pesquisa</b>
Don C. Des Jarlais	Estados Unidos	Center for Drug Use and HIV Research (CDUHR)- New York University	Uso de drogas injetáveis, epidemiologia, HIV, HCV (vírus da Hepatite C), sínteses de pesquisa
Samuel R Friedman	Estados Unidos	National Development and Research Institutes/ Johns Hopkins University	Prevenção transdisciplinar do HIV; redes; HIV; HCV; DSTs; filogenia; estudos de coorte da área metropolitana; grandes eventos e suas sequelas; populações vulneráveis (usuários de drogas injetáveis, homens que fazem sexo com homens); teoria da atividade histórico-cultural (CHAT)
Thomas Kerr	Canadá	University of British Columbia	Uso de drogas ilícitas, HIV / AIDS, avaliação de políticas e serviços de saúde e métodos de pesquisa baseados na comunidade

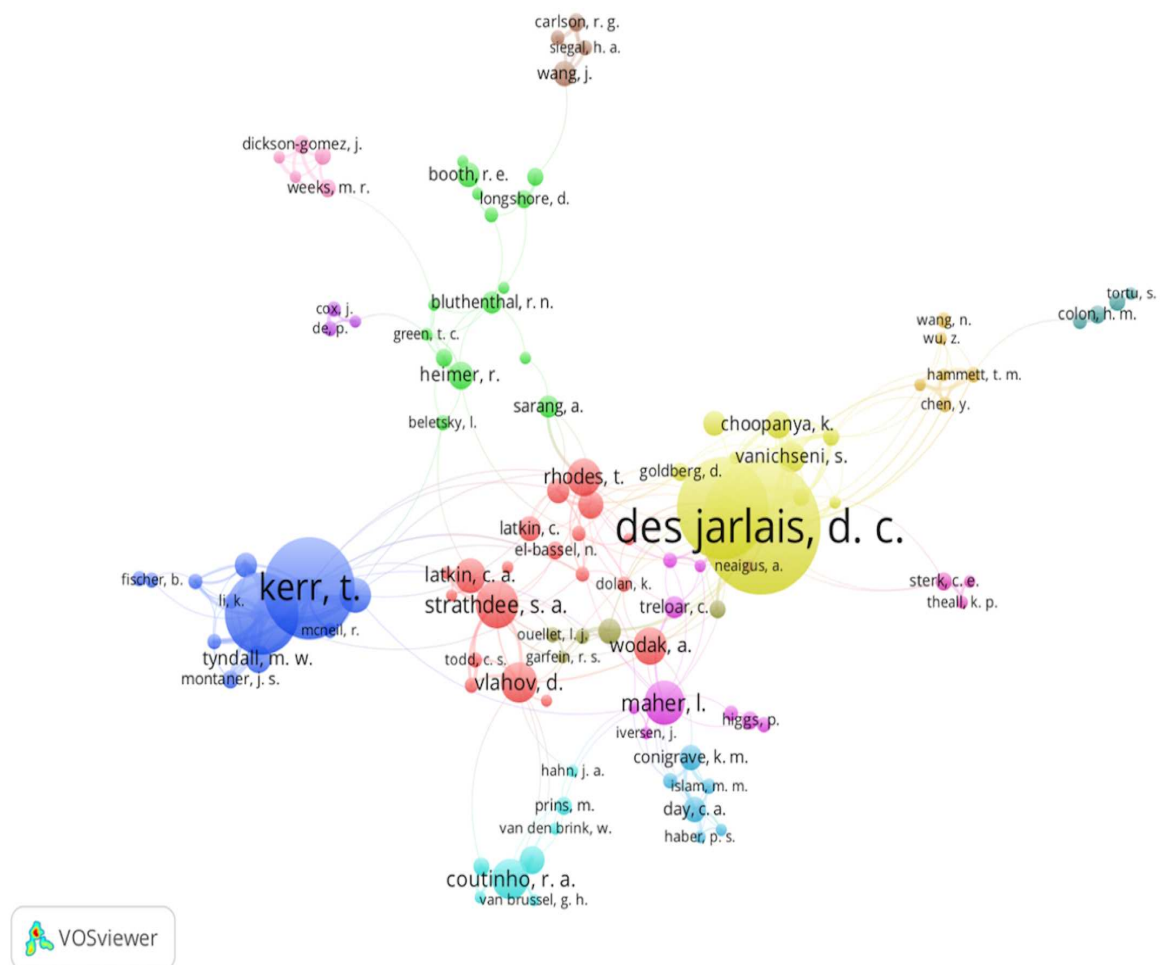
Evan Wood	Canadá	University of British Columbia	Dependência de drogas e álcool, medicina de dependência, ensaios clínicos, educação médica, dependência e política de drogas, redução de danos
Steffanie A. Strathdee	Estados Unidos	University of California	Prevenção do HIV em populações marginalizadas, usuários de drogas injetáveis, homens que fazem sexo com homens e profissionais do sexo
Lisa Maher	Austrália	University of New South Wales	Hepatite Viral, HIV / AIDS, dano relacionado a medicamentos/drogas, doenças infecciosas, epidemiologia, saúde da população
David Vlahov	Estados Unidos	University of California San Francisco	Saúde urbana, abuso de substâncias e saúde mental, doenças infecciosas, prestação de cuidados de enfermagem
Roel Arnold Coutinho	Holanda	Universidade de Utrecht	Epidemiologia e prevenção de doenças infecciosas

Fonte: Elaborado pelos autores, 2017.



A Figura 4 apresenta a rede de coautoria entre os autores do estrato. Cada círculo representa um autor distinto e seu tamanho reflete o número de publicações. Os autores que se localizam próximos uns aos outros tendem a ser relacionados em termos de coautoria. Observam-se 14 clusters de autores, dos quais se discorrerá sobre os mais representativos.

Figura 4. Autores integrados



Fonte: Elaborado pelos autores, pesquisa de 2017, dados Vosviewer.

O cluster amarelo, que contém os autores com maior representatividade, representa a co-autoria entre os seguintes pesquisadores: Don C. Des Jarlais, Kachit Choopanya, Suphak Vanichseni, Debbie Goldberg e Alan Neaigus. Esses autores trabalham com comportamentos de risco entre usuários de drogas e outras populações de risco, com a prevenção do HIV em populações marginalizadas e com os fatores associados ao início e retomada do uso de drogas injetáveis entre usuários de drogas não injetáveis.

O cluster azul interliga autores como Thomas Kerr, Mark W. Tyndall, Julio Montaner, Benedikt Fischer, Ryan McNeil e Kathy Li. Os autores em questão pesquisam as seguintes temáticas: redução de danos; terapia antirretroviral; população vulnerável; prevenção, tratamento e influências sobre o risco, o dano e o acesso à saúde entre pessoas que usam drogas.

Autores como Steffanie A. Strathdee, David Vlahov e Carl A. Latkin destacam-se no cluster vermelho por seu trabalho em prevenção do HIV, abuso de substâncias, dependência química e populações marginalizadas (homens que fazem sexo com homens, profissionais do sexo e usuários de drogas injetáveis). Com interligações próximas aos autores citados, Carl Latkin e Tim Rhodes, com coautoria relevante entre si, destacam-se por suas pesquisas em dependência química, redução de danos, prevenção de HIV e Hepatite C e ações comunitárias. Ainda, no mesmo cluster, Alex Wodak apresenta coautoria com David Vlahov, com destaque para a pesquisa em abuso de álcool e drogas e redução de danos.

Alex Wodak ainda se relaciona com os autores do cluster roxo, Louise Maher e Carla Treloar, que pesquisam temas com ênfase na promoção da saúde, doenças infecciosas com foco na Hepatite C e uso de drogas injetáveis.

Não menos importante, nas correlações do cluster verde destacam-se os autores Robert Heimer, Ricky N Bluthenthal e Traci C. Green, que trabalham em comum com os temas da morbidade e mortalidade associada ao uso de drogas injetáveis, programas de troca de seringas, intervenções e estratégias para reduzir o risco de HIV entre usuários de drogas injetáveis, política de drogas e prevenção e intervenção de overdose de opiáceos. Bluthenthal também tem co-autoria com Anya Sarang e Robert E. Booth, que pesquisam a redução de danos e política humanitária de drogas, com trabalhos de intervenções comunitárias e na rede entre pessoas que vivem com o HIV e aquelas que injetam drogas.

O cluster de cor verde água destaca o autor dos Países Baixos Roel Arnold Coutinho e sua correlação com Wim van den Brink, Giel Van Brussel e Maria Prins, da mesma localidade, cuja área de atuação enfoca na redução de danos, incluindo o tratamento assistido de heroína; prevenção de doenças infecciosas e epidemiologia de vírus sexualmente transmissíveis e transmitidos pelo sangue em grupos de risco e populações vulneráveis; e, na implementação de tratamentos para dependência nos níveis de saúde.

Os periódicos com maior número de publicações em redução de danos, considerando que foram identificados 316 journals ao total. Assim, destaca-se o *The International Journal of Drug Policy* com 85 artigos publicados de interesse para este estudo, que possui sua base acadêmica no Centre for Research on Drugs and Health Behaviour, University of London, Reino Unido.

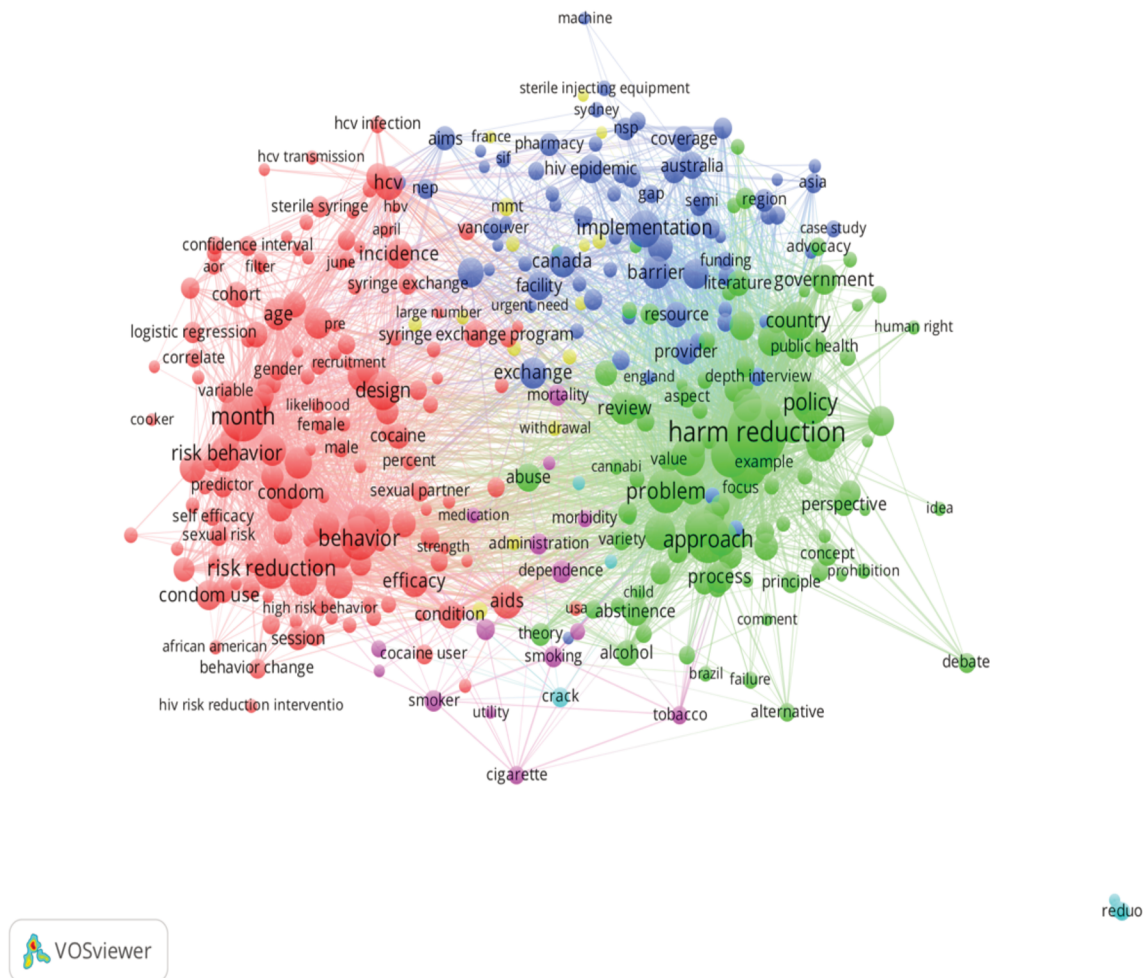
O Jornal Internacional de Políticas de Drogas, de acordo com sua própria descrição, busca publicar materiais sobre os contextos político, social, legal e de saúde do uso de substâncias psicoativas, tanto lícitas quanto ilícitas, tendo preocupação especial com os efeitos da política e prática de uso de drogas no comportamento dos indivíduos e suas consequências sociais e de saúde.

O segundo journal com maior representatividade de publicações é o *Drug and Alcohol Review*, revista multidisciplinar da Ásia-Pacífico que aborda questões relacionadas a problemas com álcool e outras drogas. A revista intitulada em português Revisão de Álcool e Drogas, é a principal revista multidisciplinar da Ásia-Pacífico que aborda questões relacionadas a problemas relacionados ao álcool e às drogas. É a revista oficial da Sociedade Profissional Australasiana sobre Álcool e outras Drogas (APSAD), que examina e relata essas substâncias de várias perspectivas, entre elas: clínica, biomédica, psicológica, sociológica e epidemiológica. A revista particularmente refere encorajar a submissão de artigos com a perspectiva da redução de danos.

A seguir, com diferença de apenas um artigo em relação ao journal anterior com maior representatividade, destaca-se o periódico *Drug and Alcohol Dependence*, ou Dependência de Álcool e Drogas, revista com pesquisas, comentários e análises de políticas na área de uso e dependência de drogas, álcool e tabaco. As publicações incluem estudos da química de substâncias de abuso; investigações *in vitro* e *in vivo* de suas ações bioquímicas, farmacológicas e comportamentais; pesquisa clínica e laboratorial em humanos; prevenção e tratamento de abuso de substâncias. O periódico é patrocinado pelo College on Problems of Drug Dependence (Faculdade em Problemas de Dependência de Drogas), com sede na Filadélfia.

A Figura 5 ilustra a coocorrência de palavras-chave, que foram um total de 2560 na análise bibliométrica. Cada círculo apresenta um termo e seu tamanho a quantidade de vezes que o termo apareceu no título ou resumo do artigo. Observa-se o agrupamento das palavras-chave em 6 clusters distintos.

Figura 5. Palavras-chaves integradas dos títulos e resumos



Fonte: Elaborado pelos autores, pesquisa de 2017, dados Vosviewer.

O cluster verde, que se distribui mais à direita da imagem, contém termos relacionados às abordagens das políticas de drogas, com destaque para a redução de danos, mas também trazendo termos como abstinência, proibição, direitos humanos, saúde pública, entre outros. O cluster vermelho, o mais representativo, apresenta termos direcionados a comportamentos de risco e redução de risco ou mudança de comportamento, como uso de preservativo, programa de troca de seringas, além de termos como cocaína, AIDS, HCV, parceiro sexual e preditor.

O cluster azul, que se distribui na área superior da imagem, contém termos relacionados às localidades de implementação de ações como equipamento de injeção estéril, as barreiras e facilidades, trazendo termos como epidemia de HIV, Canada, Austrália, região e Ásia. Enfim, outro cluster menos representativo, o roxo representa mortalidade e morbidade à dependência e aos produtos como cigarro, tabaco e cocaína.

Dessa forma, percebe-se que as palavras-chave mais representativas nos artigos selecionados, por aparecerem com frequência nos títulos ou resumos dos textos, estão de acordo com as utilizadas para a pesquisa, como redução de danos ou redução de riscos, considerando o termo harm reduction de utilização mais recente, relacionadas a drogas psicotrópicas.

As palavras-chave ainda revelam a forte associação existente entre a proposta da redução de danos no uso de drogas com a prevenção ao HIV entre usuários de drogas injetáveis, por meio de equipamentos de injeção estéril e programas de troca de seringas.

### 3.2. ANÁLISE SISTÊMICA: REDUÇÃO DE DANOS NO USO DO ÁLCOOL

A composição dos artigos para esta análise representa a amostra II do método SYSMAP, em que se buscou os materiais científicos relacionados à presença do álcool nas estratégias de RD. Assim, o primeiro artigo que surgiu data de 1991 e teve como objetivo investigar o conhecimento e história do uso de preservativos entre dependentes químicos, o foco estava no uso do preservativo como meio de redução de risco da doença ou controle de natalidade. Mais da metade dos indivíduos eram homens e estavam divididos em: usuários de drogas injetáveis/intravenosas (UDI- 25%); uso de crack ou cheirar cocaína (25%); e abuso primário de álcool (17,4%), apesar de grande parte destes também cheirarem cocaína. O grupo controle não apresentou história de abuso de drogas ou álcool ou história de tratamento para dependência química (KRAMER et al, 1991).

A pesquisa em questão indicou que não houve diferença significativa entre os grupos dos tipos de drogas e o grupo controle em relação ao conhecimento, história ou atitudes no uso do preservativo, ou seja, medidas de RD relacionadas ao advento do conhecimento sobre a AIDS, que promoveu um aumento no uso de preservativos nas relações sexuais, porém não indicou comprometimento total com essa medida pelos participantes do estudo. Sobre os itens abordados com os participantes, o que apresentou uma diferença significativa entre os grupos de usuários de drogas diferentes foi a perda do desejo sexual durante a colocação do preservativo, relatada por 12,9% dos participantes, sendo que destes 47,8% eram usuários abusivos de álcool, associada ao fato dos dependentes do álcool serem pessoas mais velhas (IBIDEM).

Assim, as informações desta pesquisa inicial corroboram os achados relacionados ao surgimento das medidas de RD e o HIV/AIDS, em geral associadas ao uso de drogas injetáveis, que aqui ganharam espaço no contexto do uso do álcool e outros tipos de drogas também.

Infere-se ainda que o termo redução de danos, ou *harm reduction*, ainda não havia sido utilizado no contexto deste estudo.

Wodak (1995) discutiu sobre o termo redução de danos, discorrendo sobre o fato de que a política de drogas oficial da Austrália desde 1985 era a minimização da danos, chamada assim na época que iniciou. Apesar do foco nas drogas ilícitas, o alcoolismo já era o responsável por muito mais mortes, no geral e na faixa etária mais jovem. Entre 1981 e 1992 houve uma queda de 20% nas mortes relacionadas ao álcool na Austrália, porém o estudo considera que isso se deva a redução no consumo e a algumas intervenções para redução nas mortes por acidentes de trânsito, como o teste respiratório, sem estar vinculada diretamente a uma política governamental de RD. Contudo, a aplicação da lei da violência relacionada ao álcool estava associada a um compromisso de redução de danos e o estudo considera que poderá trazer importantes benefícios no futuro, na medida em que a violência relacionada ao consumo do álcool era a mais comum na Austrália entre as drogas que causam dependência.

Grande parte dos demais artigos encontrados associam a RD com outras drogas, entre elas o álcool, que dificilmente encontra uma abordagem exclusiva na pesquisa realizada. Nesse sentido, artigo realiza análises com usuários de drogas injetáveis que fazem uso pesado de bebida alcoólica para testar a hipótese de que o apoio positivo da família e amigos está associado a uma menor probabilidade de compartilhamento de equipamentos de risco para uso de drogas. Para isso, se compararam características sociodemográficas, de uso de drogas e de apoio social de usuários de drogas injetáveis (UDI) ativos com AUDIT\* <sup>3</sup>positivo (>8) que relataram estar há pelo menos 6 meses sem compartilhar agulhas ou outros equipamentos, com aqueles que relataram compartilhamento recente (STEIN; CHARUVASTRA; ANDERSON, 2002).

Os resultados da pesquisa de Stein, Charuvastra e Anderson (2002) apontam uma dificuldade em alcançar um estado de compartilhamento zero para UDI e a eliminação do risco relacionado às drogas por pelo menos 6 meses não representou a norma para aqueles que bebem de forma pesada, a considerar que dois terços dos inscritos neste estudo denominado Intervenção Breve com Álcool para Compartilhadores de Agulhas (sigla em inglês- *BRAINE*) compartilharam equipamentos de injeção nos seis meses anteriores da pesquisa. O apoio dos amigos foi associado ao compartilhamento zero e pode ter reforçado a mensagem de redução

---

<sup>3</sup>AUDIT- *Alcohol Use Disorders Identification Test*- instrumento de avaliação do padrão do uso de álcool.

de danos. Contudo, os autores deduzem que permanece incerto se os fatores de proteção do compartilhamento estão associados aos UDI que não participam do programa de troca de agulhas, aos que não bebem muito ou aos UDI de outras regiões.

Estudo que avalia comportamentos de risco de usuários de drogas injetáveis compara o efeito de duas intervenções com essa população associadas ao uso do álcool, uso de uma nova seringa na última injeção e preservativo no último encontro sexual, ou seja, avalia intervenções comportamentais (educacional e motivacional) de RD em UDI fora de tratamento. Os participantes da intervenção motivacional foram associados a uma probabilidade significativamente menor de beber do que os participantes da intervenção educacional, sendo aquela estratégia encorajada pelos pesquisadores considerando o baixo custo e brevidade do tempo, acrescido ao fato de que o uso do álcool exacerba práticas arriscadas de injeção e sexuais e promove a progressão do HCV e da doença hepática entre os infectados (ZULE *et al*, 2009) .

Saindo do contexto da associação do uso do álcool a medidas de RD que estavam vinculadas à proteção de usuários de drogas injetáveis, o estudo de Chinet *et al* (2007), investigou padrões de uso de substâncias e as atitudes dos participantes de festas noturnas em relação a medidas de RD. Assim, o álcool consta como a substância com maior taxa de utilização, seguido da cannabis, ecstasy e cocaína. Foram separados grupos conforme padrões de uso de substâncias, e os resultados mostraram que usuários diários de poli drogas consideravam mais importante a disponibilidade de água fresca nos eventos de música em relação aos usuários de álcool-THC (cannabis) e poli ocasionais leves (que faziam uso de três drogas de festa no máximo uma vez por semana). Além disso, os usuários diários de poli drogas e poli ocasionais pesados consideravam mais importante do que os consumidores de álcool-THC ter a oportunidade de conversar com alguém em um posto de prevenção nas festas.

Reitera-se que essas foram as únicas associações de ações de RD associado ao álcool na pesquisa realizada por Chinet *et al* (2007) que, apesar de detectar o alto índice de consumo da substância, revelou a maior parte dos dados relacionados aos usuários de diversas drogas. Booth *et al* (2015) realizaram outra pesquisa com o intuito de avaliar a trajetória do uso e gravidade do uso de substâncias entre usuários de cocaína afro-americanos que fazem parte de estudo de redução do risco sexual e revelou resultados inesperados positivos em termos de uso reduzido de substâncias, entre as quais crack, cocaína e álcool. Apesar de ser uma intervenção comportamental não focada na redução do uso dessas drogas, avalia-se que muitos participantes identificaram maior conscientização sobre seu uso e que precisavam controlá-lo.

Pesquisa desenvolvida por Crabtree *et al* (2016), direcionada a pessoas que usam drogas ilícitas, a partir da avaliação participativa das necessidades dessas pessoas em oficinas

facilitadas pelos próprios usuários dessas substâncias, teve resultados surpreendentes ao envolver nas oficinas bebedores considerados “ilícitos”, ou seja, que bebem álcool sem ser a bebida (álcool, enxaguatório bucal, etc) e aos que fazem consumo público, como pessoas sem-teto. Os líderes das oficinas possuíam conhecimento sobre estratégias de redução de danos, exceto para o álcool, ainda menos para o álcool enquanto não- bebida. Assim, o estudo prevê a oportunidade de envolver essas pessoas marginalizadas dependentes do consumo de álcool em ativismo e redução de danos.

Proposta também baseada na comunidade, envolvendo treinamento dos que participam dela, trata-se do projeto que desenvolveu materiais com o objetivo de reduzir riscos associados ao consumo de álcool e outras drogas. Estes materiais foram projetados para distribuição em bares e discotecas em uma região transfronteiriça da Espanha, composto por suportes para copos de cerveja com diferentes mensagens, entre as quais: dirigir sob influência do álcool, mistura de substâncias, uso do álcool e outras drogas em resposta ao estresse, atividades sexuais sob efeito das substâncias, consequências legais, vulnerabilidade genética à dependência, responsabilidade dos amigos, entre outras. As ações não puderam ser avaliadas na ocasião da publicação do estudo (CERRETANI; ROZAS, 2014).

Outro projeto realizado demonstrou êxito ao aumentar o conhecimento de estudantes de 13 anos sobre álcool e maconha e promover reduções no consumo médio das substâncias por meio de um programa de prevenção facilitado pela internet. Ou seja, o estudo em questão associa a aquisição de conhecimento dos adolescentes a uma redução no consumo das substâncias ou redução de danos (NEWTON *et al*, 2009).

McNeil *et al* (2012) vão além da discussão sobre redução de danos no uso de drogas e associam positivamente o papel desses serviços na prestação de assistência a pessoas sem teto e com moradias marginalizadas, usuárias de álcool e drogas ilícitas, no final de suas vidas. Os participantes (profissionais de serviços sociais e de saúde que prestam assistência no final da vida e apoio a populações de rua), reconheceram os serviços como importante porta de entrada e fonte de cuidados e suporte nessa ocasião, auxiliando esses indivíduos a atender suas necessidades mais básicas, como abrigo e comida, e fornecendo assistência e apoio quando os mesmos não estavam dispostos ou não puderem acessar serviços de assistência para o final da vida, o que promoveu melhora na sua qualidade de vida e autodeterminação em relação à morte.

Uma abordagem inusitada para tratar o uso problemático de substâncias consiste na avaliação do impacto da terapia de grupo assistida pela ayahuasca em medidas de saúde mental e comportamental associadas a dependência realizada por Thomas *et al* (2013). A participação no retiro denominado “Trabalhando com dependência e estresse” que combinou



aconselhamento em grupo e cerimônias de ayahuasca em uma população aborígene rural esteve correlacionada com melhorias em estados cognitivos e comportamentais, como atenção aprimorada, empoderamento pessoal e esperança. Os resultados também indicam que o consumo auto referido de álcool, tabaco e cocaína diminuiu, e que esta substância e o álcool foram as drogas de maior preocupação da maioria dos participantes.

Poucos usuários marginalizados de álcool e outras drogas acessam tratamento por uso de substâncias, apesar dos danos relacionados. Assim, Grazioli *et al* (2017) documentaram uma abordagem também alternativa a essa população, identificando o uso das substâncias e a qualidade de vida relacionada à saúde após exposição a um centro de RD que permite o consumo de álcool no local. Os resultados indicam reduções significativas no uso de álcool e problemas relacionados, além da melhoria na qualidade de vida estar associada à maior frequência de atendimento no centro de redução de danos, que se apresentam promissores para o tratamento do público alvo.

Dobler-Mikola *et al* (2005) estudaram o tratamento de manutenção com metadona para usuários que abusavam de heroína, sendo que destes, 63% também faziam uso da cocaína e 69% do álcool no início do estudo. O programa de tratamento foi planejado individualmente pela instituição, com o objetivo da redução de danos, incluindo a prevenção da prostituição, de comportamento criminoso, desnutrição, problemas somáticos e desmoralização. Além da substituição com metadona, os pacientes obtinham apoio social, assistência médica e psicoterapia, se desejado, e o uso adicional de drogas, incluindo o álcool, era regularmente abordado e discutido de forma factual e não crítica.

Dois anos após o início do acompanhamento, 62% dos participantes ainda utilizavam heroína, 37% cocaína e 60% dos indivíduos mantinham abuso do álcool, apesar da ingestão regular de metadona. A abstinência total foi encontrada para apenas 4% da amostra. Assim, considerando que no final da pesquisa o álcool permaneceu como a substância mais frequentemente abusada, os autores fizeram uma breve análise sobre a situação do seu consumo na população em tratamento com metadona, que merece mais atenção pois permanece escondida muitas vezes por um problema mais proeminente como o uso de drogas ilícitas (DOBLER-MIKOLA *et al*, 2005).

Em relação ao tratamento medicamentoso para os problemas associados ao uso do álcool, especificamente, Nubukpo (2014) discorre sobre a instabilidade do papel do sistema opioide endógeno, associado à modulação da atividade dos neurônios dopaminérgicos do circuito de recompensa e motivação, na dependência do álcool. O autor defende que a naltrexona é utilizada na manutenção da abstinência, porém que o nalmefeno, devido as suas

propriedades, é a primeira substância que deve melhorar o tratamento de pacientes com o intuito de reduzir o consumo de álcool.

Sob outro ponto de vista, um estudo preliminar pretende testar a hipótese de que o aconselhamento sobre RD e a naltrexona de liberação prolongada (XR-NTX) podem apoiar a redução dos danos causados pelo álcool e a melhoria da qualidade de vida. Neste estudo, as intervenções de RD descritas por Collins et al (2014) incluem o feedback sobre os efeitos do álcool na saúde dos participantes e o fornecimento de opções mais seguras que podem ajudá-los a amenizar os efeitos do álcool no organismo, tais como: manter a hidratação, tomar vitaminas do complexo B, comer antes / durante a bebida; alterar a maneira como bebem, como contar o que foi consumido e beber em um lugar mais seguro; e alterar com atividades realizadas em períodos de sobriedade ao longo do dia. Além disso, o estudo referiu estar testando potenciais mediadores, ou então o desejo de álcool e a motivação para o engajamento nas ações de RD.

O último estudo da análise incluindo uso de medicamentos, discute sobre a naltrexona em uma população de homens que fazem sexo com homens (HSM), os quais usam metanfetamina e bebem compulsivamente, sendo associada a reduções significativas no risco sexual e, para alguns indivíduos, foi também associada a reduções no consumo de metanfetamina e dias de consumo excessivo de álcool (SANTOS *et al*, 2016).

As diversas estratégias de redução de danos indicadas apresentam, de maneira geral, resultados positivos na minimização dos danos relacionados ao consumo de álcool e de outras substâncias, quando associadas. Percebe-se, pelos artigos encontrados, que a estratégia de RD está fortemente vinculada ao uso de substâncias ilícitas, com destaque para as drogas injetáveis nas primeiras publicações.

Assim, infere-se que há uma ampla diversidade de ações que devem incluir tanto a moderação quanto a abstinência como metas alternativas de tratamento do dependente de álcool, o que pode ocasionar que muito mais indivíduos não tratados procurem ajuda (MARLATT, 1999).

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Para esta pesquisa foi escolhido o método SYSMAP para realizar a análise bibliométrica. O método integra todas as fases de uma revisão de literatura estruturada, desde a construção e combinação das palavras-chaves nas bases de dados até a construção e

identificação de lacunas de pesquisas, após a leitura integral dos artigos encontrados do tema definido.

Na análise bibliométrica, 13 autores destacaram-se no número de publicações, entres esses os com maior representatividade foram: Don C. Des Jarlais (Estados Unidos), Samuel R. Friedman (Estados Unidos) e Thomas Kerr (Canadá). Na análise da rede de coautoria, constatou-se 14 clusters de autores relacionados, sendo o de maior representatividade com a coautoria de pesquisadores como Don C. Des Jarlais, Kachit Choopanya e Suphak Vanichseni, que trabalham com comportamentos de risco entre usuários de drogas e com a prevenção do HIV em populações marginalizadas.

Com relação aos periódicos, destaca-se com maior número de publicações em RD o *The International Journal of Drug Policy*, da University of London, Reino Unido. Em seguida, por ordem de relevância, há o *Drug and Alcohol Review*, revista multidisciplinar da Ásia-Pacífico e o *Drug and Alcohol Dependence*, da Filadelfia. A análise realizada ainda permite avaliar a coocorrência de palavras-chave encontradas, com destaque para o termo redução de danos e outros interligados a este, como: abstinência, proibição, direitos humanos e saúde pública. Em outro cluster bastante representativo os termos são direcionados a comportamentos de risco e redução de risco ou mudança de comportamento, como uso de preservativo, programa de troca de seringas, além de termos como cocaína, AIDS e HCV.

Dessa forma, por meio da análise bibliométrica e da coocorrência das palavras-chave, é possível fazer uma análise breve que vincula a redução de danos às drogas ilícitas, ao surgimento do HIV, ao proibicionismo e abstinência, com pouca alusão a termos como direitos humanos e saúde pública e expansão da estratégia para qualidade de vida dos usuários de substâncias psicoativas.

A análise sistêmica realizada a partir da pesquisa bibliográfica sobre redução de danos e drogas em um contexto geral permite inferir sobre a ínfima associação e inclusão do álcool enquanto droga, identificado pelo número reduzido de artigos selecionados para discussão que incluíram a substância álcool (16), em comparação com o total que surgiu sobre RD no uso de drogas (984). A partir daí, foi possível observar a aproximação das substâncias ilícitas com o álcool, que por vezes tem grandes chances de aumentar o risco de danos aos usuários, e a necessidade de mais estudos abordando essa população que faz o poli consumo de substâncias, com o intuito de reduzir os danos associados.

## REFERÊNCIAS

AFONSO, M. H. F. et al. Como construir conhecimento sobre o tema de pesquisa? Aplicação do processo ProKnow-C na busca de literatura sobre avaliação do desenvolvimento sustentável 10.5773/rgsa. v5i2. 424. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 5, n. 2, p. 47-62, 2012. ISSN 1981-982X.

BIREME- Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde.

**Revistas indexadas na BDENF**. Disponível em:

<[http://wiki.bireme.org/pt/index.php/Revistas\\_indexadas\\_na\\_BDENF](http://wiki.bireme.org/pt/index.php/Revistas_indexadas_na_BDENF)>. Acesso em 05 de maio de 2017.

BOOTH, B. M. et al. Trajectory of substance use after an HIV risk reduction intervention.

**Am J Drug Alcohol Abuse**, v. 41, n. 4, p. 345-52, 2015.

BOSQUE-PROUS, M; BRUGAL, M.T. Intervenciones de reducción de daños en usuarios de drogas: situación actual y recomendaciones. **Gac Sanit**. 2016;30(S1):99–105. Disponível em:

< <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0213911116300838>>. Acesso em 30 de junho de 2018.

BUSTOS, Sergio Sánchez. Los paradigmas de prevención de consumo y/o abuso de sustancias psicoactivas y la escena preventiva estatal chilena. **Cuadernos Médico-Sociales**, Chile, 49 (2), 2009. P. 123-130. Disponível

em:<[http://www.colegiomedico.cl/Portals/0/files/biblioteca/publicaciones/cuadernos/49\\_2.pdf](http://www.colegiomedico.cl/Portals/0/files/biblioteca/publicaciones/cuadernos/49_2.pdf)>. Acesso em 20 ago 2017.

CENTER FOR DRUG USE AND HIV RESEARCH (CDURH). NYU College of Global Public Health. **People- Don C. Des Jarlais, PhD**. Disponível em:

<<http://www.cduhr.org/profile/des-jarlais-don/#.W80f-LbOpmA>>. Acesso em 12 de julho de 2018.

CERRETANI, P. INSÚA; DE ROZAS, M. LLEDÓ SAÍNZ. Proyecto arRISKu MUGAN: materiales para la reducción de los riesgos asociados al consumo de drogas. **Revista de la Asociación Española de Neuropsiquiatría**, v. 34, n. 123, p. 477-489, 2014 2014. ISSN 0211-5735.

CHINET, L., et al. Party drug use in techno nights: a field survey among French-speaking Swiss attendees. **Pharmacol Biochem Behav** 86(2): 284-289. 2007.

COLLINS, Susan et al. Harm reduction with pharmacotherapy for homeless people with alcohol dependence: Protocol for a randomized controlled trial. **Contemporary Clinical Trials** 38 (2014) 221–234

CRABTREE, A. et al. Results of a participatory needs assessment demonstrate an opportunity to involve people who use alcohol in drug user activism and harm reduction. **Harm Reduct J**, v. 13, n. 1, p. 37, Dec 09 2016

CRUZ, Vânia Dias et al. Consumo de drogas entre pessoas idosas e a redução de danos: reflexão a partir da complexidade. **Esc. Anna Nery** [online]. 2016, vol.20, n.3. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-81452016000300601](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452016000300601)>. Acesso em 20 de outubro de 2017.

DES JARLAIS, Don C.; FRIEDMAN, Samuel R.; HOPKINS, William. Risk Reduction for the Acquired Immunodeficiency Syndrome Among Intravenous Drug Users. **Annals of Internal Medicine**. Nov. 1985; 3 (5): 755-59.

DOBLER-MIKOLA, Anja et al. Patterns of heroin, cocaine, and alcohol abuse during long-term methadone maintenance treatment. **Journal of Substance Abuse Treatment** 29 (2005) 259–265.

ELSEVIER. Sobre a solução Scopus. Disponível em: <<https://www.elsevier.com/pt-br/solutions/scopus>>. Acesso em: 28 de abril de 2017.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1999. **Como elaborar projetos de pesquisa**, v. 4, 2005.

GRAZIOLI, V. S. et al. Six-month outcomes among socially marginalized alcohol and drug users attending a drop-in center allowing alcohol consumption. **Int J Drug Policy**, v. 41, p. 65-73, Mar 2017.

HERBERT, T. L. EndNote 5 for windows. **Journal of chemical information and computer sciences**, v. 42, n. 1, p. 134-135, 2002. ISSN 0095-2338.

KRAMER, Thomas H. et al. Condom Knowledge, History of Use, and Attitudes Among Chemically Addicted Populations. **J Subst Abuse Treat**. 1991;8(4):241-6.

LAGO, R. R.; PETER, E.; BÓGUS, C. M. Harm Reduction and Tensions in Trust and Distrust in a Mental Health Service: A Qualitative Approach. **Substance Abuse Treatment, Prevention, and Policy**, 2017, 12:12.

MACHADO; L.V. BOARINI, M. L. Políticas Sobre Drogas no Brasil: a Estratégia de Redução de Danos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 2013, 33 (3), 580-595.

MACIEL, M.E.D.; VARGAS,D. Redução de Danos: uma alternativa ao fracasso no combate às drogas. **Cogitare Enferm**, 2015 Jan/Mar; 20(1):207-10.

MCNEIL, R. et al. Harm reduction services as a point-of-entry to and source of end-of-life care and support for homeless and marginally housed persons who use alcohol and/or illicit drugs: A qualitative analysis. **BMC Public Health**, v. 12, n. 1, 2012. ISSN 14712458 (ISSN).

MACRAE, E. Aspectos socioculturais do uso de drogas e políticas de redução de danos. **Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Psicoativos**, 2010. Disponível em: <<http://www.neip.info/downloads/edward2.pdf>>. Acesso em 10 de julho de 2017.

MAREMMANI, I. et al. Harm Reduction as "Continuum Care" in Alcohol Abuse Disorder. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 12, n. 11, p. 14828-14841, Nov 2015.

MARLATT, GA. **Redução de danos: estratégias práticas para lidar com comportamentos de alto risco**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul; 1999.

NATIONAL CENTER FOR BIOTECHNOLOGY INFORMATION- NCBI. PubMed.  
Disponível em: < <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/>>. Acesso em 28 de abril de 2017.

NEWTON, N. C. et al. Delivering prevention for alcohol and cannabis using the internet: A cluster randomised controlled trial. **Preventive Medicine**, v. 48, n. 6, p. 579-584, 2009. ISSN 00917435 (ISSN).

NUBUKPO, P. Place of the opioid system in biology and treatment of Alcohol Use Disorder. **Encephale**, v. 40, n. 6, p. 457-467, 2014. ISSN 00137006 (ISSN)

POLLO- ARAUJO, Maria Alice. MOREIRA, Fernanda Gonçalves. Aspectos Históricos da Redução de Danos. In: NIEL, Marcelo; DA SILVEIRA, Dartiu Xavier. **Drogas e Redução de Danos: uma cartilha para profissionais de saúde/** Marcelo Niel & Dartiu Xavier da Silveira (orgs). – São Paulo, 2008. xi, 149f.

SANTOS, G. M. et al. Feasibility, acceptability, and tolerability of targeted naltrexone for nondependent methamphetamine-using and binge-drinking men who have sex with men. **Journal of Acquired Immune Deficiency Syndromes**, v. 72, n. 1, p. 21-30, 2016.

SCHIPSTAL, Inge Van, et al. Harm Reduction From Below: On Sharing and Caring in Drug Use. **Contemp Drug Probl**. 2016 Sep;43(3):199-215. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5046163/>>. Acesso em 19 de agosto de 2018.

SODELLI, M. A abordagem proibicionista em desconstrução: compreensão fenomenológica existencial do uso de drogas. **Ciência &Saúde Coletiva**, v. 74, n. 5, p. 637, 2010.

SOUZA, Kátia Mendes de; MONTEIRO, Simone. A abordagem de redução de danos em espaços educativos não-formais: um estudo qualitativo no estado do Rio de Janeiro, Brasil. **Interface- Comunicação, Saúde, Educação**, v.15, n.38, jul./set. 2011. P: 833-44. Disponível em:< [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-32832011000300017&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-32832011000300017&script=sci_arttext)>. Acesso em: 23 jul. 2017.

STEIN, Michael D.; CHARUVASTRA, Anthony; ANDERSON, Bradley J. Social support and zero sharing risk among hazardously drinking injection drug users. **Journal of Substance Abuse Treatment** 23 (2002) 225–230.

THOMAS, G. et al. Ayahuasca-assisted therapy for addiction: Results from a preliminary observational study in Canada. **Current Drug Abuse Reviews**, v. 6, n. 1, p. 30-42, 2013. ISSN 18744737 (ISSN).

UNODC -UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. **World Drug Report 2017**. Vienna, 2017.

URIONA MALDONADO, M.; SILVA SANTOS, J.; SANTOS, R. Inovação e Conhecimento Organizacional: um mapeamento bibliométrico das publicações científicas até 2009. **XXXIV encontro da ANPAD, Rio de Janeiro**, 2010.

VAN ECK, N. J.; WALTMAN, L. Software survey: VOSviewer, a computer program for bibliometric mapping. **Scientometrics**, v. 84, n. 2, p. 523-538, 2010. ISSN 1588-2861. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1007/s11192-009-0146-3>>.

VAZ, C. R.; URIONA MALDONADO, M. Revisão de literatura estruturada: proposta do modelo SYSMAP (Scientometric and Systematic Yielding Mapping Process). In: VAZ, C. R. e URIONA MALDONADO, M. (Orgs.). **Aplicações de Bibliometria e Análise de Conteúdo em casos da Engenharia de Produção**. UFSC, v.1, 2017. cap. 2cap, p.21-42 p. ISBN 978-85-61115-15-9.

VINADÉ, T.F. Capítulo 6: Redução de Danos na Atenção Primária à Saúde: construindo a potência do encontro. IN: **A Detecção e o Atendimento a Pessoas Usuárias de Drogas na Rede da Atenção Primária à Saúde: Módulo 7**. SUPERA. 4a edição. 2011.

WIESSING et al. Monitoring quality and coverage of harm reduction services for people who use drugs: a consensus study. **Harm Reduction Journal**, 2017, 14:19. Disponível em: <<https://harmreductionjournal.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12954-017-0141-6>>. Acesso em 20 de julho de 2018.

WODAK, A. Harm reduction: Australia as a case study. **Bull N Y Acad Med** 72(2): 339-347, 1995.

ZULE, W. A. et al. Effects of a hepatitis C virus educational intervention or a motivational intervention on alcohol use, injection drug use, and sexual risk behaviors among injection drug users. **Am J Public Health**, v. 99 Suppl 1, p. S180-6, Apr 2009. ISSN 0090-0036.

## 4.2 ARTIGO 2

### ÁLCOOL E REDUÇÃO DE DANOS: ANÁLISE DOS DISCURSOS MIDIÁTICOS

**Resumo:** A estratégia de redução de danos (RD) considera como prioridade mais urgente manter as pessoas vivas e protegidas de danos irreparáveis, sendo a abstinência entendida como uma desejada opção nesta estratégia. A mídia apresenta-se como um forte instrumento de influência na formação do pensamento político e social, podendo determinar a maneira como os jovens entendem o consumo do álcool. Partindo do princípio de que a estratégia de RD se apresenta de maneira incipiente, permeada por uma cultura de cuidado em saúde com foco na abstinência e forte influência da indústria de bebidas, o presente trabalho tem como objetivo analisar os discursos sobre redução de danos no uso do álcool presentes em dois jornais nacionais e dois internacionais, correlacionando esses dados com os descritos na literatura científica. Foi realizada uma pesquisa documental com abordagem qualitativa com a busca dos termos “redução de danos” e “álcool” no período de 2014 a 2018, nos periódicos Folha de São Paulo, O Globo, The New York Times e El País. Os artigos foram selecionados em sete bases de dados com os mesmos termos de busca e período, compondo uma amostra de 40 estudos. Os resultados da mídia foram classificados considerando as temáticas que foram se repetindo com a leitura e análise do material: Regulamentação da venda (42 matérias), Medidas legais/sanções (13), Restrição do consumo (7) e Estratégias específicas de RD (25). As evidências científicas encontradas sobre a influência e interesses das indústrias de bebidas respaldam a tese de que a mídia deve estar sendo favorecida por esse setor em detrimento da saúde pública, inibindo os danos relacionados ao álcool por meio de campanhas ambíguas e omitindo informações relevantes sobre os danos relacionados à substância. Isso se fundamenta ainda pela evidência de poucas publicações nos jornais sobre a temática de RD no Brasil e EUA, acrescido ao número reduzido de discussões sobre a publicidade do álcool e suas restrições nas reportagens encontradas. Novos estudos sobre medicamentos para tratamento de problemas relacionados ao consumo de álcool, resultados de taxaço de impostos nas bebidas e inclusive sobre os entraves na restrição da publicidade do álcool, que associa a bebida a situações muito desejáveis, devem ser encorajados, além de outras estratégias de RD no uso do álcool que apresentam uma gama bastante diversa.

Palavras-chave: Redução de danos, álcool, mídia

### ALCOHOL AND HARM REDUCTION: ANALYSIS OF MEDIA NARRATIVES

**Summary:** The strategy of Harm Reduction (HR) considers as the most urgent priority keeping people alive and protected from irreparable damage, abstinence being understood as a desired option in this strategy. The media presents itself as a strong influence instrument in the formation of political and social thought, it can determine the way the young people understand alcohol consumption.–Starting from the principle that the (HR) strategy is presented in an incipient way, permeated by a health care culture focused on abstinence and strong influence of the beverage industry, this work aims to analyze the narrative about harm reduction in the use of alcohol present in two national and two international newspapers, correlating these data with those described in the scientific literature. A documentary research with a qualitative approach was carried out with the search for terms "harm reduction" and "alcohol" from 2014 to 2018, in the periodicals: Folha de São Paulo, O Globo, The New York times and El País. The articles were selected in seven data bases with the same search terms and period, composing a sample of 40 studies.–The media results were classified considering the themes that were



repeated with the reading and analysis of the material: sales regulation (42 subjects), legal measures (13), consumption restriction (7) and specific strategies of HR (25).-The scientific evidences found on the influence and interests of the beverage industries supports the thesis that the media should be favored by this sector to the detriment of public health, inhibiting the harm related to alcohol through ambiguous campaigns and omitting relevant information about substance-related harm. The scientific evidences found on the influence and interests of the beverage industries supports the thesis that the media should be favored by this sector to the detriment of public health, inhibiting the harm related to alcohol through ambiguous campaigns and omitting relevant information about substance-related harm. This is also based on the evidence of few publications in newspapers about the thematic of HR in Brazil and the USA, being added to the reduced number of discussions about alcohol advertising and its restrictions in the reports found. New studies on medicines for the treatment of alcohol consumption problems, results of taxation on beverages and even on barriers to restricting alcohol advertising, which associates the drink with very desirable situations, should be encouraged, in addition to other HR strategies in the usage of alcohol that present a very diverse range.

Keywords: harm reduction, alcohol, media

## 1. INTRODUÇÃO

O conhecimento sobre os malefícios do consumo abusivo do álcool e seu impacto social já são conhecidos por grande parte da população. No entanto, o fato dela ser uma droga lícita com relevante significado social e cultural tem seu consumo amplamente associado a encontros e festividades, além da vinculação a presença de amigos, situações de beleza, alegria, música, entre outras, conforme veiculado por algumas mídias.

O uso nocivo do álcool tem um grande peso social, na carga de doenças e questões econômicas, sendo considerado um dos fatores de risco de maior impacto para a morbidade, mortalidade e incapacidade em todo o mundo. Com relação aos danos à saúde, seu uso prejudicial está associado ao risco de desenvolvimento de problemas, tais como dependência da substância; doenças não transmissíveis, entre elas a cirrose hepática, alguns tipos de câncer e doenças cardiovasculares; além de lesões resultantes de violência e acidentes de trânsito, sendo estas associadas a grupos etários mais jovens (WHO, 2018; OPAS, 2019).

O Relatório Global sobre Álcool e Saúde (WHO, 2018) aponta que o uso nocivo do mesmo está relacionado a 3 milhões de mortes em 2016, ou o equivalente a quase 5,3% de todas as mortes do mundo. Ainda em nível mundial, 7,2% de todas as mortes prematuras, entre pessoas com 69 anos ou menos, foi atribuída ao álcool em 2016, sendo o mesmo ainda responsável por 13,5% de todas as mortes entre os 20 e 39 anos de idade. No Brasil, no mesmo ano, esta substância esteve associada a 36,7% e 23% dos acidentes de trânsito entre homens e mulheres, respectivamente. O uso do álcool piora o prognóstico para distúrbios psiquiátricos, é

possível causa de alterações no sistema nervoso central, como demência, e ainda se caracteriza como importante fator de risco para o suicídio (NUBUKPO, 2014).

Dentre as opções de abordagem da problemática, a estratégia de redução de danos (RD) parte de um forte compromisso com a saúde pública e os direitos humanos, e considera como prioridade mais urgente manter as pessoas vivas e protegidas de danos irreparáveis. A abstinência é entendida como uma desejada opção de redução de danos, mesmo sendo considerada difícil de atingir, podendo estar dentre a hierarquia de ações como mais possível de acontecer no final dessa estratégia (IHRA, 2010).

Os distúrbios associados ao uso do álcool permanecem como uma condição subdiagnosticada e subtratada. Os indivíduos que ainda não são severamente dependentes do álcool, mas com risco de danos associados a esse consumo, encontram-se muitas vezes com a intenção de não parar imediatamente de beber, mas percebem que é desejável uma redução no seu consumo. Em termos de cuidado em saúde, a busca pelo melhor absoluto se torna uma busca empírica pelo melhor relativo, ou seja, da abstenção total à redução de danos (MAREMMANI *et al.*, 2015).

Diante desse cenário complexo, a mídia é caracterizada como um forte instrumento de influência na formação do pensamento político e social. Assim, os indivíduos com posições dominantes podem dispor de recursos para a conquista de objetivos com consequências a longo alcance (THOMPSON, 2002). Desta forma, infere-se que a mídia determina a maneira dos adolescentes entenderem o consumo do álcool, oferecendo um arcabouço cognitivo e interpretativo deste consumo, de forma que os jovens podem conceituar a bebida de maneira semelhante a sua representação nos meios de comunicação, independente das suas próprias experiências (SUÁREZ-RELINQUE *et al.*, 2017).

Devido ao elevado investimento da indústria em marketing de álcool, as decisões sobre bebidas apoiam-se em um contexto que enfatiza os benefícios do consumo do álcool e apresenta o mínimo de informações sobre possíveis danos. Os anúncios de redução de danos ao álcool provenientes de campanhas centram-se nos danos a curto prazo, com mínima porcentagem defendendo mudança de política e agregando poucas diretrizes de consumo de baixo risco (DUNSTONE *et al.*, 2017).

Nesse sentido, torna-se relevante avançar na lógica da integração de abordagens psicossociais e farmacológicas no contexto atual do conhecimento científico, no sentido de remover o julgamento social que se direciona ao tratamento para abstenção absoluta (MAREMMANI *et al.*, 2015). Para isso, parte-se do princípio de que a estratégia de RD se apresenta de maneira incipiente, permeada por uma cultura de cuidado em saúde com foco na

abstinência e forte influência da indústria de bebidas, que limitam as possibilidades de atuação frente ao consumo problemático de álcool.

A dificuldade já comprovada em se abster completamente de substâncias químicas, com destaque nesta pesquisa para o álcool, presente em todos os contextos, tendo seu consumo apoiado e incentivado pela mídia e indústrias, reitera a relevância da temática do estudo. Isto ocorre, pois a compreensão das possibilidades das estratégias de redução de danos e das barreiras ao tratamento de pessoas com problemas associados ao álcool conduzem a um melhor acolhimento e autonomia dos usuários.

Assim, o presente trabalho tem como objetivo analisar os discursos sobre redução de danos no uso do álcool presentes em dois jornais nacionais e dois internacionais, correlacionando esses dados com os descritos na literatura científica.

## 2. MÉTODO

Neste estudo foi realizada uma pesquisa documental com abordagem qualitativa, tendo como base a mídia na forma de jornais nacionais e internacionais sobre o tema redução de danos no uso do álcool, com o intuito de identificar e discutir a informação transmitida por essas mídias sobre a temática.

Assim, a pesquisa foi realizada com a busca dos termos “redução de danos” e “álcool” e suas derivações de linguagem conforme a origem dos jornais pesquisados, no período de 2014 a 2018. Foram selecionados dois jornais nacionais e dois internacionais em suas versões digitais, sendo que a escolha dos periódicos nacionais ocorreu por se tratarem de jornais com grande circulação e influência sobre a opinião pública, e os internacionais pela sua relevância e por estarem localizados em continentes diferentes, ou seja, em contextos diversos que podem apresentar importantes informações para discussão:

- *Folha de São Paulo (FSP)*: jornal de maior circulação no Brasil desde 1986. O Grupo Folha centraliza uma série de atividades da indústria das comunicações, contemplando jornais, banco de dados, instituto de pesquisas, agência de notícias, gráficas, entre outras (FOLHA DE SÃO PAULO, 2019);

- *O Globo*: possui grande influência nacional sobre a opinião pública, ao lado da Folha de São Paulo (MOLINA, 2007).

- *The New York Times (TNYT)*: pela sua relevância, tratando-se do jornal mais influente do país mais poderoso. Tem a missão enraizada na crença de transformar a vida dos leitores e

de toda sociedade de uma forma mais forte e justa e dedica-se a um jornalismo independente, especializado e profundamente informado (MOLINA, 2007; THE NEW YORK TIMES, 2019);

- *El País (EP)*: surgiu com a abertura política espanhola em 1976, mantém uma linha liberal e é o periódico de língua espanhola de maior circulação. Muito citado na mídia brasileira, também possui versão em português (MOLINA, 2007).

Para a pesquisa foi necessária assinatura digital em todos os jornais, exceto no El País, em que a busca foi livre. A seleção das reportagens ocorreu a partir da leitura do título e conteúdo do texto. Foi considerado como critério de inclusão os termos de busca serem o assunto principal das matérias. Durante este processo e considerando o foco da pesquisa, foram excluídas reportagens: em que o termo aparecesse como mera citação no texto; notícias em duplicidade; anúncios de eventos (filmes, livros); indisponibilidade do artigo; editoriais e cartas.

A etapa analítica seguiu o processo proposto por Moraes e Galiuzzi (2007) denominada como “análise textual discursiva”. Trata-se de uma metodologia de análise de dados e informações de natureza qualitativa que busca novas compreensões sobre os fenômenos e discursos.

Neste sentido, as reportagens selecionadas foram organizadas em um grande quadro (apêndice 3) que possibilitou a identificação do conjunto de textos a serem analisados, contendo: jornal, coluna, data publicação, título, autor e ideia central da reportagem. Este material é denominado por Moraes e Galiuzzi (2007) de “corpus”, que foi examinado e analisado a partir de estudos científicos provenientes de pesquisa bibliométrica, realizada em complementação à pesquisa da mídia e com o intuito de identificar a produção científica sobre RD para contextualizar os achados dos jornais. Surgiram então categorias emergentes dos textos (mídia), transformadas em metatextos.

Para composição dos artigos utilizados na análise de conteúdo do material da mídia, foi realizada uma busca nas bases de dados *Web of Science*, *Scopus*, *PubMed*, *PsycINFO*, *LILACS*, *BDEF* e *SciELO*. As palavras-chave utilizadas foram as mesmas da pesquisa na mídia: *harm reduction AND alcohol*, no período de tempo também delimitado em cinco anos, de 2014 a 2018.

Nesta busca, obteve-se então 2.993 artigos brutos, os quais passaram pelas filtragens inicialmente de trabalhos duplicados, deviam estar alinhados com o tema (leitura dos títulos e resumos), disponíveis e terem reconhecimento científico. Com o intuito de maior refinamento da amostra, foram estabelecidos outros critérios de inclusão: a presença dos termos de busca nas palavras-chave dos artigos: *harm reduction/risk reduction AND alcohol* e derivações; os

trabalhos apresentarem estratégias somente sobre RD no uso do álcool (não inclusão de outras drogas), e não se tratar de artigos sobre metodologia de pesquisas. Desta seleção resultou uma amostra de 40 artigos. Para gerenciar as referências foi utilizado novamente o software Endnote.

### 3. RESULTADOS

Para melhor visualização dos resultados do estudo, eles serão apresentados inicialmente de forma quantitativa com as matérias encontradas e selecionadas na pesquisa realizada em cada jornal, contendo a porcentagem de matérias eleitas (tabela 1).

Tabela 1: Quantitativo de matérias por jornal

<b>Jornal</b>	<b>Total matérias encontradas com os descritores</b>	<b>Reportagens selecionadas</b>
Folha de SP	59	7 (8,04 %)
O Globo	51	6 (6,89 %)
The New York Times	21	4 (4,59 %)
El País	523	70 (80,45 %)
<b>Total</b>	654	87 (100 %)

Fonte: autora (2019)

A categorização dos dados da mídia foi desenvolvida considerando as temáticas que foram se repetindo com a leitura e análise do material (quadro 1). Assim, essas categorias serão apresentadas e discutidas no contexto dos artigos selecionados na análise de conteúdo. Devido ao número de matérias encontradas, serão aqui discutidas as principais reportagens associadas a cada categoria, que estão identificadas com numeração para consulta de referência no final do artigo.

Quadro 1: Número de matérias encontradas por categoria e jornal

<b>Categoria / Jornal</b>	<b>El País</b>	<b>The New York Times</b>	<b>O Globo</b>	<b>Folha de São Paulo</b>	<b>Total</b>
Regulamentação na venda	34	2	4	2	42
Medidas legais/ sanções	12	--	1	---	13
Restrição do consumo	7	--	--	--	7
Estratégias específicas RD	17	2	1	5	25
<b>Total</b>	70	4	6	7	87

Fonte: autora (2019)

### 3.1.REGULAMENTAÇÃO VENDA

A categoria de reportagens mais encontradas refere-se à regulamentação da venda de bebidas alcoólicas como estratégia de redução de danos, incluindo materiais referentes à regulamentação da publicidade das bebidas, que teve somente quatro matérias nacionais encontradas no período estudado, três do jornal O Globo e uma da FSP. Destas, uma de 2016 do jornal O Globo (1) e outra da Folha de São Paulo em 2017 (2) enfatizam sobre a regulamentação da propaganda de bebidas alcoólicas como um dos grandes desafios do país, sendo autorregulada pelo setor e afirmando a necessidade de uma nova legislação não tão permissiva.

A última matéria relacionada à publicidade em periódico nacional, publicada pelo O Globo em maio de 2018, apresenta a opinião de Robert West, professor do University College London, o qual indica que a solução para o problema não está na simples proibição, mas na mudança de atitude do governo e da cultura da população, novamente indicando que o uso da bebida é muito sensível a questões de preço, disponibilidade e propaganda, porém que *a indústria do álcool está tão próxima política e pessoalmente dos governantes que é muito difícil eles tomarem uma atitude* (3).

O TNYT publicou reportagem em 06/01/2018 apresentando projeto de pesquisa financiado pelo governo canadense que colou rótulos nas garrafas de bebidas com alerta para

os riscos à saúde do consumo de álcool. A ideia era usá-los durante oito meses e depois avaliar seu efeito no consumo de álcool. Contudo, dentro de um mês o experimento foi interrompido devido a vários grupos de lobby da indústria do álcool que questionaram tanto o estudo quanto a legalidade da participação do governo (4).

Trazendo para o contexto da pesquisa científica, a tomada de decisões mais informadas sobre o comportamento de beber e o apoio a estratégias de redução de danos no uso do álcool também estão possivelmente relacionadas com a presença de informações claras sobre o papel do álcool em acidentes como traumas e intoxicações, que se apresentam por vezes subnotificadas pelos jornais e informativos. Nos estudos de Fagan, Lyons e Smyth (2014), considera-se que as informações mais transparentes sobre o papel do álcool em diversos danos e as influências das mídias forneceriam o apoio público à necessidade de mudanças legislativas relacionadas à disponibilidade e uso da bebida.

Estudo que examinou os comunicados da mídia da organização australiana denominada DrinkWise, organização de relações públicas de aspectos sociais, financiada pela indústria do álcool, encontrou evidências textuais sugerindo que a organização facilita os interesses econômicos desta indústria. O quadro de mídia da DrinkWise responsabiliza a cultura australiana de beber e coloca o ônus da responsabilidade nas famílias, retirando de cena o papel central que a indústria tem na incorporação do álcool nessa cultura por meio da publicidade. Assim, a relação da organização com a mídia favorece o setor em oposição à saúde pública, o que pode inibir os impactos na melhoria dos danos relacionados ao uso do álcool (PIETRACATELLA; BRADY, 2016).

Outra ação com possível impacto nas vendas das bebidas alcoólicas refere-se ao aumento de impostos das mesmas, ilustrados por inúmeras reportagens. Entre essas, matéria intitulada “Más impuestos al alcohol y el tabaco de liar, gravado como los cigarrillos”, apresenta proposta de reforma tributária do governo espanhol que sugere aumentos de impostos sobre as bebidas alcoólicas e o tabaco, com a justificativa de gerar tributos, além da redução dos danos causados pelo consumo das substâncias (5).

Corroborando com o descrito, estudo de 2015 avalia a relação entre as mudanças na tributação do álcool e iniciação ao consumo na Tailândia e conclui que o aumento na tributação pode impedir a iniciação ao consumo entre jovens e reduzir os danos causados pelo álcool (SORNPAISARN *et al.*, 2015). Na mesma localidade, outra pesquisa constata que os aumentos da taxa de tributação de álcool foram associados a reduções imediatas e sustentadas no consumo de álcool e nas taxas de acidentes fatais, e os pesquisadores apontam que o aumento da tributação, conforme indicado pela OMS, é compreendido como um caminho eficaz para

redução no consumo de álcool e os danos relacionados em países de baixa e média renda, como a Tailândia (SORNPAISARN *et al.*, 2016).

Outras reportagens encontradas reforçam a associação negativa existente entre o consumo do álcool e trabalho (6), eleições (7), futebol (8, 9, 10), festas (11,12,13), tornando-se necessário e imperativo atitudes dos governantes e autoridades quanto à regulamentação das vendas e consumo durante certas ocasiões, noticiadas no Brasil na única ocasião das festas do curso de medicina da USP (Universidade de São Paulo) (11, 12). A aprovação de restrições às festas e proibição à venda de bebidas alcoólicas dentro da instituição foi considerada somente após o relato de abusos constantes associados ao consumo das bebidas.

Na Austrália Ocidental, as leis estaduais de licenciamento restringem a venda e o fornecimento de álcool em todo o território na Sexta-feira Santa e no Natal há pelo menos 30 anos. Estudo investigou o efeito dessas restrições sobre o risco de lesões relacionadas ao álcool atendidas nos Departamentos de Emergência, no período de 2002 a 2015, e os resultados indicaram claramente um risco reduzido de lesões nessas datas devido ao efeito direto no suprimento de bebida alcoólica (LIANG; GILMORE; CHIKRITZHS, 2016).

O impacto da introdução de uma nova política de licenciamento do álcool, visando a promoção de instalações de varejo seguras e bem gerenciadas, reduzindo vendas fora da licença e o horário das vendas de álcool é avaliado por Pliakas *et al* (2018). Os resultados revelam que tais políticas mais intensivas podem influenciar o consumo e reduzir danos com o uso do álcool em uma área considerada importante destino para os consumidores, além de diminuir situações como o crime, relacionados ao uso de álcool.

Assim, percebe-se que a taxação de impostos sobre as bebidas foi considerada positivamente sobre os efeitos do álcool nos estudos mencionados, impedindo a iniciação ao consumo nos jovens, reduzindo o uso e a incidência de acidentes fatais. Enfim, considera-se que as políticas de álcool devem ser multissetoriais para garantir a redução dos danos associados ao seu consumo por meio de licenciamento e tributação do mesmo (PLIAKAS *et al*, 2018).

### 3.2.MEDIDAS LEGAIS/ SANÇÕES

Nesta categoria enquadram-se ações de redução de danos no uso do álcool que estão distantes do enfoque de guerra às drogas, mas que preveem reduzir o dano e o sofrimento tanto para o indivíduo quanto para a sociedade. As medidas a seguir apresentadas partem da premissa de que aceitar os comportamentos prejudiciais como fatos da vida não significa ser conivente



ou promover esses comportamentos (MARLATT, 1999). Assim, as principais reportagens tratam da fiscalização do consumo de álcool no trânsito, conhecida como Lei Seca no Brasil.

Reportagem de 2015 publicada pelo jornal O Globo traz reflexões sobre a implantação da Lei Seca no Brasil, criada em 2008. Na ocasião, a matéria indica que houve 32% menos mortes no trânsito desde a instauração da lei, mas que os índices voltaram a crescer desde 2010. Em relatório apresentado pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), apenas cinco dos 14 países que fixaram limites de concentração de álcool no sangue tem nota considerada boa para aplicação da lei, que seria 8 ou mais, ficando o Brasil com nota seis (14).

Algumas reportagens na sequência mencionam a intensificação dos controles viários de álcool e drogas entre os motoristas na ocasião de algumas datas comemorativas, como final de ano, festival de vinhos e semana santa (15, 16, 17). Outras duas matérias tratam da fiscalização e intervenção de festas ilegais que serviam álcool a menores na Espanha e onde havia consumo da bebida em diferentes focos de *botellón* (consumo de bebidas alcoólicas em vias públicas para socializar) (18, 19).

Estudo que utilizou um modelo de simulação de uma ocasião única de beber para implementar e comparar políticas específicas do álcool em relação ao tempo, revela que uma política de bloqueio para locais públicos à 1 hora reduziu a prevalência geral de sofrer agressão verbal, porém muitos residentes do centro da cidade acabaram se deslocando para locais privados, onde bebiam mais rápido e consumiam maior quantidade de álcool, o que aumentou alguns danos relacionados ao consumo. Os bloqueios realizados às 3 horas apresentaram metade da eficácia em reduzir a agressão verbal e danos relacionados ao transporte. Contudo, os autores concluem que uma extensão de duas horas no transporte público deve reduzir a agressão verbal e danos relacionados ao consumo mais do que os bloqueios dos locais públicos (SCOTT *et al*, 2016).

Ressalta-se no contexto desta pesquisa que, apesar do período de cinco anos estudado e das diferentes realidades encontradas, apenas duas matérias tratam do assunto de festas ilegais, o que certamente não reflete a realidade, especialmente no Brasil. Assim, cabe a indagação do quanto a fiscalização e aplicação das leis se faz presente, bem como da pouca divulgação pela mídia jornalística sobre elas, refletindo no interesse e sensibilização da sociedade sobre a temática do alcoolismo, considerado um grave problema de saúde pública.

### 3.3.RESTRIÇÃO DO CONSUMO

Outra categoria elencada no processo de análise do material é referente a medidas de restrição do consumo de álcool enquanto estratégia de redução de danos. Todas as matérias inseridas neste contexto foram publicadas pelo periódico El País. Uma delas com data em abril de 2014 apresenta a aprovação de um relatório no qual especialistas aprovaram a proposta de unificar em toda a Espanha em 18 anos como a idade mínima para consumo do álcool. O porta-voz do partido (PP) nessa comissão, Joaquín Villanova, levantou ainda um novo debate sobre a idade mínima ser de 21 anos, pois "*os cientistas dizem que o cérebro de uma pessoa não amadurece até essa idade*", disse Villanova. Porém o assunto não foi pauta de discussão (20).

Corroborando com o descrito, estudo sobre a mídia e publicidade apresenta evidências de que adiar o início do consumo de álcool nos jovens é um imperativo para que os adolescentes sejam protegidos contra o álcool. Contudo, a adolescência acaba sendo cada vez mais usada pela indústria do álcool para promover estilos de vida pró-álcool. A autora analisou a resposta política da Europa e revelou que adolescentes menores de 18 anos em um terço dos países podiam comprar livremente álcool, ou seja, as medidas consideradas efetivas para reduzir a pressão sobre os jovens para beber, como limitar a comercialização do álcool e impedir seu acesso fácil apresentaram um progresso limitado (HOPE, 2014).

Algumas situações estão relacionadas a evitar o consumo de bebida por ocasião de horário de trabalho (21), o que se entende ser bastante razoável, tendo a vista inicialmente os efeitos da substância no cérebro. Em Londres, a seguradora *Lloyd's* proibiu em 2017 o consumo de álcool durante horário de trabalho, entre as 09 h e 17 h, incluindo o horário do almoço, em política chamada de tolerância zero (22). Em 2018, na mesma direção matéria expõe sobre a normalização do consumo de álcool no trabalho na Espanha, sendo uma prática padronizada e, por vezes, incentivada devido ao estresse, condições de trabalho, etc. Assim, o *Proyecto Hombre* apresentou nova campanha visando acabar com essa prática, na qual a associação considera que existe uma grande tolerância social (23).

### 3.4. ESTRATÉGIAS ESPECÍFICAS DE REDUÇÃO DE DANOS NO CONSUMO DO ÁLCOOL

Esta categoria contém matérias com ações pontuais de RD no uso do álcool e merece destaque por tratar muitas vezes do tema de maneira inovadora. Assim, no ano de 2014, a Folha de São Paulo publica matéria intitulada *Novo medicamento promete reduzir vontade de beber*

(24), que discute sobre uma medicação para auxiliar os consumidores abusivos de bebidas alcoólicas a reduzir a sua quantidade. A droga é chamada de nalmefene e foi aprovada na Europa em 2013, sendo lançada em 20 países.

Outra matéria do periódico EP em 2018 apresenta projeto em fase de testes de cápsulas com enzimas naturais encontradas no fígado para ajudar o corpo a metabolizar mais rapidamente o álcool (25). Com relação ao nalmefene, estudo de Aubin et al (2015) avalia que se trata do único medicamento com o objetivo de reduzir a ingestão de bebidas alcoólicas e a pesquisa conclui que ele pode auxiliar na redução da carga relacionada ao álcool e envolver um maior número de indivíduos dependentes da substância que não se adaptam aos tratamentos focados na abstinência. Já pesquisa de 2017 associa a naltrexona de liberação prolongada à redução do consumo de álcool e a não ocorrência de evento adverso sério entre pessoas que vivem com HIV no sistema de justiça criminal com transtornos por uso de álcool, após 6 meses de seu encarceramento e retorno para a comunidade (SPRINGER *et al.*, 2017).

O periódico TNYT publica matéria em 2014 com o intuito de mostrar um caminho diferente para o tratamento da dependência, especialmente do álcool, apresentando o Centro de Motivação e Mudança, em que um grupo de psicólogos especializados no tratamento do uso de substâncias e outros comportamentos compulsivos utilizam um conjunto de técnicas que fornecem uma abordagem prática para a resolução de problemas emocionais e comportamentais, ao invés de tentar que os indivíduos simplesmente se abstenham da substância. A reportagem ainda cita exemplos de tratamentos de jovens que têm sido bem-sucedidos, considerando a associação do álcool a eventos sociais e a dificuldade em se abster do consumo por completo (26).

Apesar da abstinência ser considerada a meta predominante do tratamento, ensaios de psicoterapia demonstram que os objetivos dos usuários geralmente se relacionam com a gravidade do distúrbio e com o tipo de resultado a ser alcançado, incluindo a moderação. Evidências sustentam que abordagens de redução no consumo podem ser uma extensão importante do tratamento da dependência do álcool, agregando mais indivíduos que não procurariam tratamento porque não desejam se abster completamente (MANN; AUBIN; WITKIEWITZ, 2017).

Em 2016 a FSP publica matéria por meio da BBC Brasil apresentando clínica canadense que, em situação inovadora, trata o alcoolismo servindo vinho de hora em hora. O Programa de Gestão do Álcool de Ottawa (*Managed alcohol programs*- MAP, na sigla em inglês) foi projetado visando atender às necessidades de moradores de rua. Conforme o doutor Jeff Turnbull, um dos idealizadores do projeto e chefe do hospital de Ottawa "*o pensamento*

*era que, se pudéssemos estabilizar a loucura de suas vidas, o dia que começa com a busca de álcool e todas as complicações que ele causa, então talvez pudéssemos fazer investidas para tratar sua saúde mental, dependência de álcool e suas doenças físicas".* Assim, o vinho é servido em dosagens reguladas a cerca de 50 alcoolistas, que permanecem na clínica e, de acordo com Jeff, estão felizes, estáveis e tem uma vida razoável (27). A mesma proposta é apresentada no EP no mês seguinte (28).

Em decorrência do projeto mencionado, pesquisa foi realizada com o intuito de compreender sobre os resultados e as experiências de moradia e qualidade de vida dos participantes e funcionários do MAP. Assim, conforme descrito pelos usuários do programa, o mesmo foi considerado um ambiente mais seguro, permeado por carinho, respeito, confiança e uma abordagem sem julgamentos, caracterizado como um lar. Em comparação ao grupo controle, os participantes do MAP foram mais propensos a ter melhor qualidade de vida e segurança (PAULY et al, 2016). Além disso, Vallance *et al* (2016) indicam uma série de resultados positivos associados à participação no MAP, como diminuição de internações hospitalares, menos episódios de contato com a polícia, redução do consumo de álcool por meio de bebidas não alcoólicas e de alguns danos associados a substância.

Outros estudos relacionam o consumo problemático de álcool com elevada prevalência entre moradores de rua, considerando que os participantes de estudo (sem-teto) com transtornos por uso do álcool preferiram caminhos alternativos ao tratamento da sua dependência, que incluem atendimento das necessidades básicas, diminuição no consumo da bebida, participação em atividades significativas e estabelecimento de conexões sociais positivas (CLIFASELI et al, 2016; COLLINS et al, 2016) .

Outras propostas de RD publicadas no EP referem-se à elaboração de cerveja considerada mais saudável para aumentar a visibilidade do consumo dessa bebida (29, 30). Na sequência cronológica e mesmo jornal, há o desafio da empresa Heineken em desenvolver uma boa cerveja sem graduação alcoólica. *“É algo em que estou trabalhando duro porque é muito difícil obter um sabor equilibrado”*, refere Willem Van Waesberghe, mestre cervejeiro da empresa (31).

Mesmo sendo poucas matérias sobre essas diferenciações mais “saudáveis” da cerveja, isso revela indícios de que parte da sociedade esteja interessada em manter um consumo menos problemático envolvendo menos riscos que a bebida originalmente possa oferecer, considerando ainda sua inserção em nosso meio social, o que reforça a busca de soluções em decorrência da inviabilidade da completa abstenção por alguns indivíduos.

Duas reportagens da FSP de agosto de 2017 abordam a temática da pesquisa por meio da coluna e evento Seminários Folha. A primeira pondera que a *estratégia de redução de danos no consumo de bebidas alcoólicas deve ser pensada de forma individual e adaptada a um determinado contexto*, de acordo com o professor Rubens Adorno. Outro especialista traz a reflexão sobre a necessidade de promover a abstinência em alguns casos ou outras estratégias, identificadas por meio da individualização do tratamento (32).

A matéria na sequência (2017) intitula-se *Fabricantes de bebidas apostam em campanhas educativas por aplicativo* (33), em que a Abrabe (associação de fabricantes) refere fazer ações de RD associadas ao álcool em parcerias com aplicativos. A associação fez parceria com o aplicativo Waze dando alertas no celular sobre os riscos de beber e dirigir. Além disso, outra empresa de destilados juntou-se ao aplicativo 99 Táxis para oferecer descontos em corridas noturnas e incentivar usuários a evitar a mistura álcool e direção. Teresa Orlandi, gerente de relações da empresa refere que *"a sustentabilidade do nosso negócio está relacionada com o consumo responsável"*. Contudo, a Abead (Associação de estudos do álcool) contrapõe: *"Não acredito que a indústria faça redução de danos, é marketing. Eles querem o lucro e quanto mais venderem, melhor. A propaganda está aí para isso."* Reiterando que o embate acima permeia a discussão presente na tese.

Jones, Hall e Kypri (2017) exploraram a maneira como as campanhas de consumo responsável desenvolvidas pela indústria são percebidas e interpretadas pelo público em geral, e os resultados revelaram diversidade na interpretação principalmente nas frases de efeito, consideradas ambíguas. Assim, alguns anúncios sugerem que há um ato de equilíbrio entre promover uma mensagem considerada responsável e a transmissão da ideia de um bônus a ser ganho com a bebida, mesmo que seja bebendo muito, contanto de maneira adequada. Ainda sobre as campanhas de redução de danos no álcool, outro estudo demonstra que os anúncios contendo a ideia de que a mudança era aconselhável ou necessária foram mais motivadores do que aqueles que indicavam como alcançar essa mudança. As mensagens que oferecem maior potencial em aumentar a motivação para reduzir o consumo de álcool transmitem diretamente os danos a longo prazo do álcool à população adulta em geral, juntamente com as diretrizes para consumo (WAKEFIELD *et al*, 2017).

Frings *et al* (2018) avaliam a publicidade por meio das mensagens de consumo responsáveis usadas como ferramenta de RD relacionados ao álcool. Foram distribuídos pôsteres com as mensagens em ambientes sem álcool e em bares, nos quais há a presença forte da substância, sendo identificado que essa estratégia não reduz o consumo da bebida in situ,

porém que os locais com pouca ou nenhuma associação com álcool são considerados ambientes ideais para divulgação das mensagens, devido a maior atenção visual ao conteúdo.

Ainda de relevância para a discussão, duas matérias, sendo uma do TNYT (2017) e outra do EP (2018) abordam o desenvolvimento da consciência sobre o processo de beber como estratégia para reduzir os danos associados, seja substituindo o ato por comportamentos saudáveis (34) ou tomando decisões conscientes sobre o que e quanto se bebe, no movimento *Mindful Drinking*, desestimulando esta cultura tão integrada na sociedade (35). Esta matéria ainda menciona que no Reino Unido o movimento já é mais do que uma tendência, faz parte de uma mudança social e cultural sobre o consumo excessivo de álcool que, no entanto, ainda não penetrou na Espanha. Não foram encontrados estudos no período considerado relacionados a essas novas abordagens.

#### 4. DISCUSSÃO

As matérias e artigos encontrados na pesquisa fornecem subsídios para a compreensão da RD no uso do álcool enquanto relevante estratégia de saúde pública e suas dificuldades de implementação e interesses adversos. Em relação à pesquisa da mídia, percebe-se a grande diferença entre o periódico El País e os demais, considerando o maior número de matérias encontradas naquele- 70. Entre as possíveis causas, consideramos que este periódico está localizado em uma cultura espanhola onde o consumo de álcool tem elevado destaque e recomendações menos rígidas sobre o uso (36), além de uma abertura maior do continente europeu para discussão de outras abordagens aos usuários da substância.

Contudo, a proporção de matérias selecionadas em relação aos resultados na busca de cada jornal é semelhante, sendo que o TNYT ainda apresentou um refinamento maior, com 19,04% das matérias encontradas selecionadas, ou quatro em número absoluto. Este número reduzido também pode estar associado à abordagem da abstinência tradicionalmente utilizada pelos Estados Unidos da América (EUA) para lidar com o usuário de drogas, partindo de uma postura conservadora de “guerra às drogas” (MARLATT, 1999; GARCIA; LEAL, ABREU, 2008).

Nos cinco anos pesquisados, identifica-se um número reduzido de matérias no Brasil sobre a temática de RD no uso do álcool, com algumas discussões superficiais sobre a publicidade em torno do álcool, citadas em apenas cinco reportagens, fazendo ainda referência a estratégias utilizadas internacionalmente em duas reportagens da FSP.

Os artigos encontrados na pesquisa realizada nas bases de dados vão ao encontro dos achados nos jornais em alguns pontos, como o licenciamento das vendas de álcool, sendo a taxação de impostos uma dessas estratégias, apesar de poucos artigos abordando a temática. Várias matérias trouxeram o tema da publicidade associado a uma abordagem diversificada que inclui rotulagem de bebidas, restrição da propaganda na televisão e plataformas da internet, conscientização sobre o consumo e danos por meio da mídia, associação a patrocínio de eventos esportivos e desafios da regulamentação. Ainda sobre a publicidade relacionada ao álcool, os artigos encontrados tratam do enfoque na avaliação de propagandas e campanhas de redução de danos no consumo da substância e seus vieses, além da avaliação do papel do álcool em acidentes e sua veiculação pela mídia.

Seguindo nos pontos de encontro, matérias da mídia e estudos apresentaram a discussão sobre o tratamento baseado na RD e na abstinência, além de pesquisas relevantes sobre o MAP e as estratégias de RD para a população mais vulnerável, presentes em mais artigos do que reportagens, considerando a relevância da ação e seu enfoque diferenciado. Há ainda o número reduzido de pesquisas (três) tratando da eficácia de medicamentos na RD no uso do álcool, sendo encontradas também três matérias abordando o assunto.

Apesar de ser a categoria com maior número de matérias identificadas na pesquisa da mídia, a regulação nas vendas de bebidas alcoólicas encontra diversos entraves, pois ações realizadas em um local não são replicadas em outros, além da forte representação do álcool enquanto figura imprescindível em festas, jogos de futebol e mesmo em encontros de trabalho, permeada por uma cultura em que beber faz parte de um ato social e promove comportamentos de socialização.

As reportagens que se identificam às medidas legais encontram-se em número reduzido, com poucos artigos selecionados para análise que possam subsidiar os achados. Um possível indicativo é o fato dessas ações não serem localizadas nos termos de busca da mídia e científicos, ou seja, não estarem associadas a redução de danos, apesar de ações como controles viários e fiscalizações de festas e encontros com bebidas em espaços públicos minimizarem danos decorrentes do consumo do álcool, conforme demonstrado na matéria do jornal o Globo sobre a redução de mortes devido à implantação da Lei Seca (14) e pesquisa de Scott *et al.* (2016), descritos anteriormente.

Na categoria de restrição do consumo, as ações identificadas com o propósito de minimizar os danos do álcool incluem a discussão sobre a idade mínima para beber e a limitação do consumo em algumas ocasiões específicas, como feriados e trabalho, o que se entende ser bastante razoável considerando as alterações psíquicas causadas pelo uso da substância. Hope

(2014) também indica os benefícios em adiar o início do consumo de álcool para os jovens, que provavelmente formaria uma geração mais saudável, mas que recai na dificuldade de controle dos locais de venda e de acesso fácil ao álcool associados à cultura da pressão para o consumo nesta faixa etária.

As estratégias específicas de RD no álcool representam ações diversificadas na área, entre essas a discussão sobre os medicamentos para tratar a dependência, que encontram respaldo na literatura em relação a eficácia do nalmefene (AUBIN *et al*, 2015) e naltrexona (SPRINGER *et al.*, 2017). Mann, Aubin e Witkiewitz (2017) também avaliam os resultados consideráveis para redução estável no consumo com os moduladores opioides naltrexona e nalmefeno, além do topiramato.

Em relação ao desenvolvimento de novas opções de cervejas para aumentar a aceitação e as campanhas educativas lançadas pelos fabricantes sobre o consumo responsável do álcool identifica-se uma incoerência com o propósito da própria indústria. Assim, as evidências científicas encontradas sobre a influência e interesses das indústrias de bebidas respaldam a tese de que a mídia deve estar sendo favorecida por esse setor em detrimento da saúde pública, inibindo os danos relacionados ao álcool por meio de campanhas ambíguas e omitindo informações relevantes relacionadas à substância. A tese fundamenta-se ainda pela evidência de poucas publicações nos jornais sobre a temática de RD no Brasil e EUA, acrescido ao número reduzido de discussões sobre a publicidade do álcool e suas restrições nas reportagens encontradas (FAGAN; LYONS; SMYTH, 2014; PIETRACATELLA; BRADY, 2016; DUNSTONE *et al.*, 2017; JONES; HALL; KYPRI, 2017).

Identifica-se que as evidências científicas recomendam diretrizes de tratamento pela ótica da RD ao invés de manter a situação que muitos usuários problemáticos de álcool se encontram. Assim, a Agência Europeia de Medicamentos passou a aceitar a redução intermediária de danos como opção, ou limites de consumo de baixo risco para a Administração Federal de Medicamentos dos EUA, sustentando o consumo reduzido como uma importante extensão no tratamento da dependência do álcool (MANN; AUBIN; WITKIEWITZ, 2017).

Revela-se ainda uma incompatibilidade entre o enfoque dado pela mídia e o perfil de consumo de drogas, o que pode influenciar não somente as crenças que as pessoas tem sobre as substâncias, mas as políticas públicas sobre drogas no país, considerando a relevância da mídia enquanto ferramenta para estratégias de prevenção ou promoção da saúde da população (RONZANI *et al*, 2009).

O passo inicial para a gestão eficaz do problema do alcoolismo passa pela conscientização da importância do ônus na economia e na saúde geral, com o desenvolvimento



de estratégias a longo prazo apoiadas por fornecimento adequado de recursos que gerem medidas preventivas e mudanças culturais importantes. Neste cenário, torna-se imprescindível modificar o questionamento simplista sobre qual o melhor modelo para o tratamento da dependência do álcool para buscar entender qual o melhor modelo disponível para tratar o paciente na fase atual do seu problema, levando em consideração suas condições clínicas, pessoais, familiares e ambientais. Assim, a busca inicial pelo melhor absoluto, que seria a abstenção total, tratamento permeado pelas sombras do julgamento social, torna-se a busca para obter a redução de danos, que objetiva estabilizar a vida do indivíduo (MAREMMANI *et al.*, 2015).

## 5. CONCLUSÃO

A abstenção enquanto estratégia de tratamento provém de um longo histórico de culpabilização do indivíduo com problemas associados ao uso de drogas, que por sua vez está atrelado a concepções de marginalização do usuário e estigmas, como perturbador social, no caso do álcool. Aliado a isso, a abstinência é estabelecida em contextos onde a lógica moralizante/biomédica do tratamento se impõe.

A partir da pesquisa realizada é possível identificar, principalmente por meio das reportagens da mídia, a associação da redução de danos no consumo do álcool a diferentes situações, tais como festas, jogos de futebol, encontros, trabalho, conflitos, violência, acidentes de trânsito, recomendações de saúde, impostos, propagandas, fiscalizações, punições, medicamentos, bebidas saudáveis, consciência do beber, entre outras, revelando a amplitude das ações possíveis contemplando a abordagem. Isso já revela a dimensão da estratégia de RD ao ter como foco principal o indivíduo, prezando por manter as pessoas vivas, com o mínimo de riscos e melhor qualidade de vida possível.

As categorias estabelecidas na pesquisa permitem inferir a relevância sobre a temática da regulação na venda e publicidade da indústria do álcool e seus entraves, com destaque para o jornal *El País*, que aborda com um pouco mais de amplitude o tema. A percepção social sobre a estratégia de RD no uso do álcool encontra respaldo em tradições culturais, no cuidado ofertado aos indivíduos e no nível de interesse da temática, que encontra subsídios com base nas publicações realizadas e que, por sua vez, influencia a abordagem jornalística. Assim, entende-se que na Europa a discussão e aceitação das estratégias de RD no contexto do álcool ganham maior entendimento e credibilidade do que no Brasil e EUA, em que as discussões

começaram a ganhar força muito recentemente e são países que advêm de uma cultura com foco na abstinência.

No contexto desta pesquisa, que caracteriza a veiculação de informações sobre RD associado ao uso do álcool pela mídia, entende-se que há uma forma de poder simbólico ou cultural conforme conceituado por Thompson (2002) que, por meio da produção e transmissão de formas simbólicas, utilizando como recursos os meios de informação e comunicação, atua na capacidade de intervir no curso dos acontecimentos e influenciar as ações de outras pessoas.

Dessa forma, a problemática do álcool também está associada a uma imagem carregada de estigmas e, por outro lado, ao poder econômico das indústrias de bebida, que fazem uso do poder simbólico ou cultural sobre o ato de beber, enfatizando-o, associado a comportamentos de socialização, beleza e bem-estar. As indústrias ainda se utilizam de campanhas educativas e opções de cervejas mais saudáveis para tentar ganhar credibilidade, utilizando o discurso do consumo responsável como base para seus negócios que, no entanto, sabe-se que visam a lucratividade, gerando um discurso contraditório.

O interesse social na bebida justifica ainda o pouco conhecimento e difusão de informações sobre as mais diversas estratégias de RD no uso do álcool que, seja pela mídia ou literatura, apresentam-se pontuais. A opção de tratamento baseada na abstinência também permeia todo esse contexto, em que a RD de fato ainda não é conhecida e aceita como uma opção completamente viável. Ou seja, a limitação na abordagem resolutiva ao indivíduo com problemas em decorrência do álcool move-se entre a abstinência, considerada por vezes um tratamento integrado, versus a redução de danos.

As evidências apresentadas pela literatura são claras sobre a eficácia da redução de danos enquanto importante estratégia de saúde pública. Contudo, as mesmas evidências permitem inferir o favorecimento da mídia pelo setor das indústrias de bebidas ao inibir os danos relacionados ao álcool e produzir campanhas contraditórias.

O poder das indústrias de bebidas advêm de um elevado capital permeado pelo hábito de beber enraizado na população, o beber como ato social que, por sua vez, ocasiona consequências graves como a dependência, já discutidas, trazendo um importante ônus na sociedade. As políticas de drogas e de restrições à publicidade são intrínsecas ao poder econômico gerado pelas grandes corporações de bebidas alcoólicas e é inegável que sofrem influência na tomada de decisões no âmbito legislativo.

Considerando a interferência do aspecto financeiro nos diversos setores, a mídia por sua vez não possui e não oferece espaço para a discussão de medidas de redução de danos no uso do álcool, entre elas a publicidade e venda de bebidas alcoólicas, abstendo-se de adentrar em

um terreno tortuoso. Acrescenta-se a isso um histórico no Brasil de uma sociedade não tão engajada politicamente, que desconhece muitos dos trâmites que permeiam as políticas públicas, elaboradas nos altos escalões, sem participação popular ativa. Isso tudo ocasiona um desconhecimento da população sobre as melhores maneiras de atuação frente ao cenário do álcool, que poderá ser superado a partir do entendimento e participação ativa de profissionais de saúde, gestores e comunidade no processo.

Esta pesquisa fornece respaldo sobre as inúmeras possibilidades de atuação frente a estratégia de RD no uso do álcool, que não deve estar associada a situações e abordagens pontuais. A realização de novas pesquisas para avaliar a redução de danos enquanto opção de abordagem para usuários com problemas decorrentes do álcool torna-se imperativa para seu reconhecimento social e pela própria mídia, processo de médio e longo prazos, que oferece novas oportunidades para o grande número de indivíduos que não desejam de abster e, em virtude de julgamento social, acabam não buscando tratamento.

Novos estudos sobre medicamentos para tratamento de problemas relacionados ao consumo de álcool, resultados de taxaço de impostos nas bebidas e inclusive sobre os entraves na restrição da publicidade do álcool, que associa a bebida a situações muito desejáveis, devem ser encorajados, além de outras estratégias de RD. Estas publicações ainda se encontram em número bastante reduzido em relação à abordagem de redução de danos no uso de drogas injetáveis e destaca-se que não foram encontradas no Brasil no contexto desta tese, mostrando a carência de estudos e pesquisas com este enfoque, que deve iniciar pela comunidade científica com apoio de centros de pesquisa mais avançados na área. A partir daí pode se expandir o conhecimento para a população e a ampliação do acesso ao tratamento dos indivíduos, questão que deveria ser prioritária em todos os governos.

## REFERÊNCIAS

AUBIN, Henri-Jean et al. Clinical Relevance of As-Needed Treatment with Nalmefene in Alcohol-Dependent Patients. **Eur Addict Res.** 2015; 21:160–168

CLIFASEFI, S. L., et al. (2016). "Housing First, But What Comes Second? A Qualitative Study of Resident, Staff and Management Perspectives on Single-Site Housing First Program Enhancement." **Journal of Community Psychology** 44(7): 845-855.

COLLINS, S. E., et al. (2016). "In their own words: Content analysis of pathways to recovery among individuals with the lived experience of homelessness and alcohol use disorders." **International Journal of Drug Policy** 27: 89-96.

DUNSTONE, K. et al. Alcohol harm reduction advertisements: A content analysis of topic, objective, emotional tone, execution and target audience. **BMC Public Health**, v. 17, n. 1, 2017. ISSN 14712458 (ISSN). Disponível em: <  
<https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-85018480971&doi=10.1186%2fs12889-017-4218-7&partnerID=40&md5=c8ec22cf7ed01c3112b646f5c6ef0640>>.

FAGAN, J; LYONS, S; SMYTH, B.P. Content Analysis of Newspaper Reports on Alcohol-Related Deaths. **Alcohol and Alcoholism**, 2014. Vol. 49, No. 4, pp. 479–483.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Conheça o Grupo Folha**. Disponível em: <  
<https://www.folha.uol.com.br>>. Acesso em 01 abr. 2019.

FRINGS, D. et al. Environmental Context Influences Visual Attention to Responsible Drinking Messages. **Alcohol and Alcoholism**, 2018, 53(1) 46–51

GARCIA, M. L. T.; LEAL, F. X.; ABREU, C. C. A política antidrogas brasileira: velhos dilemas. *Psicologia & Sociedade*, Porto Alegre, 20 (2): 267-276, 2008.

HOPE, A. 'Lead us not into temptation': Adolescence and alcohol policy in Europe. **Alcohol and Alcoholism**, v. 49, n. 2, p. 126-127, 2014. ISSN 1464-3502(Electronic),0735-0414(Print).

INTERNATIONAL HARM REDUCTION ASSOCIATION. **O que é redução de danos?** Uma posição oficial da Associação Internacional de Redução de Danos (IHRA). Londres, 2010, 2 pg. Disponível em: <  
[https://www.hri.global/files/2010/06/01/Briefing\\_what\\_is\\_HR\\_Portuguese.pdf](https://www.hri.global/files/2010/06/01/Briefing_what_is_HR_Portuguese.pdf)>. Acesso em 20 de março de 2019.

JONES, S. C.; HALL, S.; KYPRI, K. Should I drink responsibly, safely or properly? Confusing messages about reducing alcohol-related harm. **PLoS One**, v. 12, n. 9, p. e0184705, 2017. ISSN 1932-6203.

LIANG, W.; GILMORE, W.; CHIKRITZHS, T. The effect of short-term alcohol restriction on risk of alcohol-related injury: A state wide population-based study. **International Journal of Drug Policy**. 2016, **28**: 55-59.

Maremmani, I., et al. Harm Reduction as "Continuum Care" in Alcohol Abuse Disorder. **Int J Environ Res Public**. **2015**. **12**(11): 14828-14841.

MANN, K.; AUBIN, H. J.; WITKIEWITZ, K. Reduced Drinking in Alcohol Dependence Treatment, What Is the Evidence? **European Addiction Research**, v. 23, n. 5, p. 219-230, Dec 2017. ISSN 1022-6877. Disponível em: <<Go to ISI>://WOS:000418613600001 >.

MAREMMANI, I. et al. Harm Reduction as "Continuum Care" in Alcohol Abuse Disorder. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 12, n. 11, p. 14828-14841, Nov 2015. ISSN 1660-4601. Disponível em: <<Go to ISI>://WOS:000365645500078 >.

MARLATT GA. Redução de danos: estratégias práticas para lidar com comportamentos de alto risco. Porto Alegre: Artes Médicas Sul; 1999.

MOLINA, Matías Martínez. **Os maiores jornais do mundo: uma visão da imprensa internacional**. São Paulo, 26/06/2007. Disponível em: [https://www.sescsp.org.br/online/artigo/4248\\_OS+MAIORES+JORNAIS+DO+MUNDO](https://www.sescsp.org.br/online/artigo/4248_OS+MAIORES+JORNAIS+DO+MUNDO). Acesso em 30 mar. 2019.

MORAES, Roque; GALIAZZI MARIA do Carmo. *Análise Textual Discursiva*. Ed. Unijuí; Ijuí: 2007.

NUBUKPO, P. Place of the opioid system in biology and treatment of Alcohol Use Disorder. **Encephale**, v. 40, n. 6, p. 457-467, 2014. ISSN 00137006 (ISSN)

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE- BRASIL. Folha informativa- Álcool. Disponível em: < [https://www.paho.org/bra/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5649:folha-informativa-alcool&Itemid=1093](https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5649:folha-informativa-alcool&Itemid=1093)>. Acesso em 26 mar. 2019.

PAULY, B. B., et al. (2016). "Finding safety: a pilot study of managed alcohol program participants' perceptions of housing and quality of life." **Harm Reduct J** 13(1): 15.

PIETRACATELLA, R. J.; BRADY, D. Drink wisely Australians, but keep drinking: does the alcohol industry in Australia frame the discourse on alcohol to maintain hegemony? **Media International Australia**, v. 160, n. 1, p. 53-66, Aug 2016. ISSN 1329-878X. Disponível em: < <Go to ISI>://WOS:000382208700007 >.

PLIAKAS, T. et al. Increasing powers to reject licences to sell alcohol: Impacts on availability, sales and behavioural outcomes from a novel natural experiment evaluation. **Preventive Medicine**. 116: 87–93. 2018.

RONZANI, Telmo Mota *et al.* Mídia e drogas: análise documental da mídia escrita brasileira sobre o tema entre 1999 e 2003. **Ciência & Saúde Coletiva**, 14(5):1751-1762, 2009

SCOTT, N. et al. The effects of extended public transport operating hours and venue lockout policies on drinking-related harms in Melbourne, Australia: Results from SimDrink, an agent-based simulation model. **International Journal of Drug Policy** 32 (2016) 44–49

SORNPAISARN, B. et al. Can pricing deter adolescents and young adults from starting to drink: An analysis of the effect of alcohol taxation on drinking initiation among Thai adolescents and young adults. **Journal of Epidemiology and Global Health**, v. 5, n. 4, p. S45-S57, 2015. ISSN 22106006 (ISSN). Disponível em: < <https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-84933575863&doi=10.1016%2fj.jegh.2015.05.004&partnerID=40&md5=20d9f016eb116f53fbf357cf865edf69>>.

\_\_\_\_\_. The association between taxation increases and changes in alcohol consumption and traffic fatalities in Thailand. **Journal of Public Health (United Kingdom)**, v. 38, n. 4, p. e480-e488, 2016. ISSN 17413842 (ISSN). Disponível em: < <https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-85014521984&doi=10.1093%2fpubmed%2ffdv163&partnerID=40&md5=8535ec30da350551b57a24b800b8c68d>>.

SPRINGER, S. A. et al. Extended-release naltrexone reduces alcohol consumption among released prisoners with HIV disease as they transition to the community. **Drug and Alcohol Dependence**, v. 174, p. 158-170, 2017. ISSN 1879-0046(Electronic),0376-8716(Print).

SUÁREZ-RELINQUE, Cristian et al. Baja percepción de riesgo en el consumo de alcohol en adolescentes españoles. **Cad. Saúde Pública**, 2017; 33(7):e00129716

THE NEW YORK TIMES. **Company**. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/company/>>. Acesso em 01 abr. 2019.

THOMPSON, John B. A Mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia. Tradução de Wagner de Oliveira Brandão. Editora Vozes. 5ed. Petrópolis, RJ. 2002.

VALLANCE, K. et al. Do managed alcohol programs change patterns of alcohol consumption and reduce related harm? A pilot study. **Harm Reduction Journal** (2016) 13:13

WAKEFIELD, M.A. et al. Features of alcohol harm reduction advertisements that most motivate reduced drinking among adults: an advertisement response study. **BMJ Open**. 7 (4): 1-12,2017.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Global status report on alcohol and health 2018**. Geneva, Switzerland.

## REFERÊNCIAS DAS REPORTAGENS

1. MATSUURA, Sérgio. Hábitos de adolescente. **O Globo**, 27 ago. 2016. Sociedade, p. 28. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&ordenacaoData=relevancia&allwords=Hábitos+de+adolescente&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=2010&anoSelecionado=2016>. Acesso em 02 jun 2019.
2. VINES, Juliana. Propaganda de bebida alcoólica faz mal, dizem profissionais da saúde. **Folha de São Paulo**, 26 ago. 2017. Seminários Folha. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/seminariosfolha/2017/08/1912998-propaganda-de-bebida-faz-mal-afirmam-profissionais-da-saude.shtml>. Acesso em 03 mai 2019.
3. BAIMA, Cesar. As drogas que mais matam. **O Globo**, 11 mai. 2018. Sociedade, p. 25. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&ordenacaoData=relevancia&allwords=drogas+matam&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=2010&anoSelecionado=2018&mesSelecionado=5>. Acesso em 02 jun 2019.
4. AUSTEN, Ian. Yukon Government Gives In to Liquor Industry on Warning Label Experiment. **The New York Times**, 06 jan. 2018. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2018/01/06/world/canada/yukon-liquor-alcohol-warnings.html?searchResultPosition=1>. Acesso em 20 mar. 2019.
5. DELGADO, Cristina. Más impuestos al alcohol y el tabaco de liar, gravado como los cigarrillos. **El País**, 14 mar. 2014. Economía. Disponível em:

- [https://elpais.com/economia/2014/03/14/actualidad/1394827585\\_420944.html](https://elpais.com/economia/2014/03/14/actualidad/1394827585_420944.html). Acesso em 15 jun. 2019.
6. CANO, Rosa J. La meca de la innovación tecnológica le dice adiós al alcohol en la oficina. **El País**, 07 nov. 2017. Soytechie. Disponível em: [https://elpais.com/tecnologia/2017/11/04/soy\\_techie/1509776786\\_028696.html](https://elpais.com/tecnologia/2017/11/04/soy_techie/1509776786_028696.html). Acesso em 20 mai. 2019.
  7. PÉREZ, David M. Ley seca: sólo podrá comprar alcohol durante las elecciones si está en el DF. **El País**, 06 jun. 2015. Disponível em: [https://elpais.com/internacional/2015/06/05/actualidad/1433528022\\_957757.html](https://elpais.com/internacional/2015/06/05/actualidad/1433528022_957757.html). Acesso em 10 jun. 2019.
  8. AGENCIAS. Francia prohibirá la venta de alcohol en los perímetros sensibles de las ciudades de la Eurocopa. **El País**, 12 jun 2016. Eurocopa 2016. Disponível em: [https://elpais.com/deportes/2016/06/12/actualidad/1465753787\\_522237.html](https://elpais.com/deportes/2016/06/12/actualidad/1465753787_522237.html). Acesso em 02 jul. 2019.
  9. ESPINOSA, Ángeles. ¿Fútbol sin cerveza?. **El País**, 11 nov. 2016. Mundo Global. Disponível em: [https://elpais.com/internacional/2016/11/10/mundo\\_global/1478802634\\_111806.html](https://elpais.com/internacional/2016/11/10/mundo_global/1478802634_111806.html). Acesso em 02 jul. 2019.
  10. MANCERA, Diego. Ley seca para los aficionados del América en el clásico contra Pumas. **El País**, 19 jan 2018. Liga MX. Disponível em: [https://elpais.com/deportes/2018/01/19/actualidad/1516382003\\_983170.html](https://elpais.com/deportes/2018/01/19/actualidad/1516382003_983170.html). Acesso em 11 nov. 2019.
  11. COLLUCCI, Claudia; SANT'ANNA, Emilio. Relatório aponta 'abusos constantes' na Faculdade de Medicina da USP. **Folha de São Paulo**, 21 nov. 2014. Cotidiano. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/11/1551280-relatorio-aponta-abusos-constantes-na-faculdade-de-medicina-da-usp.shtml>. Acesso em 04 mai. 2019.
  12. GRANJEIA, Julianna. USP proíbe álcool e restringe festas. **O Globo**, 03 dez 2014. Sociedade, p. 28. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?busca=%22USP+pro%C3%ADbe+álcool+e+restringe+festas%22>. Acesso em 03 jun. 2019.
  13. SCHWARZ, Alan. Sorority Anti-Rape Idea: Drinking on Own Turf. **The New York Times**, 19 jan. 2015. U.S. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2015/01/20/us/sorority-anti-rape-idea-drinking-on-own-turf.html?searchResultPosition=1>. Acesso em 15 mai. 2019.
  14. PAINS, Clarissa. Receita médica contra mortes no trânsito. **O Globo**, 20 set. 2015. Sociedade, p. 40. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&ordenacaoData=relevancia&allwords=Receita+médica+contra+mortes+no+trânsito&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=2010&anoSelecionado=2015&mesSelecionado=9>. Acesso em 20 mar. 2019.

15. VÁZQUEZ, Cristina. Tráfico refuerza los controles sobre alcohol y drogas en Fin de Año. **El País**, 30 dez 2016. Comunidad Valenciana. Disponível em: [https://elpais.com/ccaa/2016/12/30/valencia/1483109012\\_312636.html](https://elpais.com/ccaa/2016/12/30/valencia/1483109012_312636.html). Acesso em 15 out. 2019.
16. LOIS, Elisa. Más de 3.000 pruebas de alcoholemia en la fiesta del Albariño. **El País**, 08 ago 2017. Diario de España. Disponível em: [https://elpais.com/politica/2017/08/07/diario\\_de\\_espana/1502128945\\_584430.html](https://elpais.com/politica/2017/08/07/diario_de_espana/1502128945_584430.html). Acesso em 20 out. 2019.
17. AGENCIAS. Tráfico estrena 60 minirradares para la operación especial de Semana Santa. **El País**, 20 mar. 2018. Semana Santa. Disponível em: [https://elpais.com/politica/2018/03/20/actualidad/1521559249\\_028080.html](https://elpais.com/politica/2018/03/20/actualidad/1521559249_028080.html). Acesso em 10 nov. 2019.
18. BARROSO, F. Javier. Clausuradas en Alcorcón dos fiestas ilegales en las que se servía alcohol a menores. **El País**, 08 fev. 2017. Madrid. Disponível em: [https://elpais.com/ccaa/2017/02/08/madrid/1486565273\\_290108.html](https://elpais.com/ccaa/2017/02/08/madrid/1486565273_290108.html). Acesso em 09 out. 2019.
19. VÁZQUEZ, Cristina. Desalojadas 400 personas de una ‘rave’ en una nave industrial de Valencia. **El País**, 16 out. 2017. Comunidad Valenciana. Disponível em: [https://elpais.com/ccaa/2017/10/16/valencia/1508172617\\_773124.html](https://elpais.com/ccaa/2017/10/16/valencia/1508172617_773124.html). Acesso em 15 out. 2019.
20. EP. El PP plantea subir a los 21 años la edad mínima para el consumo de alcohol. **El País**, 02 abr. 2014. Sociedad. Disponível em: [https://elpais.com/sociedad/2014/04/02/actualidad/1396432010\\_821861.html](https://elpais.com/sociedad/2014/04/02/actualidad/1396432010_821861.html). Acesso em 15 jun 2019.
21. EFE ECONOMÍA. Servicio Secreto de Obama endurece normas sobre el alcohol tras escándalos. **El País**, 09 abr. 2014. Agencias. Disponível em: [https://elpais.com/economia/2014/04/09/agencias/1397018276\\_349324.html](https://elpais.com/economia/2014/04/09/agencias/1397018276_349324.html). Acesso em 16 jun. 2019.
22. TUBELLA, Patricia. Se acabó la cerveza a la hora de comer para los trabajadores de Lloyds. **El País**, 19 fev. 2017. Mundo Global. Disponível em: [https://elpais.com/internacional/2017/02/16/mundo\\_global/1487237796\\_965330.html](https://elpais.com/internacional/2017/02/16/mundo_global/1487237796_965330.html). Acesso em 15 out. 2019.
23. PONCINI, Helena. Proyecto Hombre alerta de la normalización del consumo de alcohol en el trabajo. **El País**, 18 abr. 2018. España. Disponível em: [https://elpais.com/politica/2018/04/18/actualidad/1524050742\\_929551.html](https://elpais.com/politica/2018/04/18/actualidad/1524050742_929551.html). Acesso em 20 out. 2018.
24. COLLUCCI, Cláudia. Novo medicamento promete reduzir vontade de beber. **Folha de São Paulo**, 17 out. 2014. Equilíbrio e Saúde. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2014/10/1533760-novo-medicamento-promete-reduzir-vontade-de-beber.shtml>. Acesso em 05 mai. 2019.



25. THE CONVERSATION/YUNFENG LU. Una píldora que borra de raíz los síntomas de la resaca. **El País**, 25 jul. 2018. Buena Vida. Disponível em: [https://elpais.com/elpais/2018/05/28/buena-vida/1527513745\\_826288.html](https://elpais.com/elpais/2018/05/28/buena-vida/1527513745_826288.html). Acesso em 20 out. 2019.
26. GLASER, Gabrielle. A Different Path to Fighting Addiction. **The New York Times**, 03 jul. 2014. New York. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2014/07/06/nyregion/a-different-path-to-fighting-addiction.html?searchResultPosition=1>. Acesso em 19 abr. 2019.
27. BBC BRASIL. Como clínica canadense trata alcoolatras servindo vinho de hora em hora. **Folha de São Paulo**, 11 jul. 2016. F5- Você viu? Disponível em: <https://f5.folha.uol.com.br/voceviu/2016/07/10003046-como-clinica-canadense-trata-alcoolatras-servindo-vinho-de-hora-em-hora.shtml>. Acesso em 05 mai 2019.
28. IDEAS. Los no tan terribles bramidos de los dinosaurios. **El País**, 11 ago. 2016. Ideas. Disponível em: [https://elpais.com/elpais/2016/08/04/ciencia/1470325733\\_995740.html](https://elpais.com/elpais/2016/08/04/ciencia/1470325733_995740.html). Acesso em 25 out. 2019.
29. CAÑADAS, DANIEL F. En el futuro, todos beberemos 'alcohol sano'. **El País**, 23 jan. 2015. Icon. Disponível em: [https://elpais.com/elpais/2015/01/23/icon/1422013095\\_993734.html](https://elpais.com/elpais/2015/01/23/icon/1422013095_993734.html). Acesso em 20 jun. 2019.
30. DÍAZ, David. ¿Cerveza para quitar la resaca? Existe y tenemos los ingredientes. **El País**, 16 non 2016. Tentaciones. Disponível em: [https://elpais.com/elpais/2016/12/09/tentaciones/1481284037\\_956875.html](https://elpais.com/elpais/2016/12/09/tentaciones/1481284037_956875.html). Acesso em 03 nov. 2019.
31. SÁNCHEZ, María S. La asignatura pendiente de los cerveceros: conseguir que la 0,0 esté tan rica como la normal. **El País**, 31 jan 2017. Buena Vida. Disponível em: [https://elpais.com/elpais/2017/01/31/buena-vida/1485883151\\_896567.html](https://elpais.com/elpais/2017/01/31/buena-vida/1485883151_896567.html). Acesso em 12 out. 2019.
32. NEIVA, Leonardo. Estratégia de redução de danos no consumo de álcool deve ser individual. **Folha de São Paulo**, 23 ago 2017. Seminários Folha. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/seminariosfolha/2017/08/1912314-estrategia-de-reducao-de-danos-no-consumo-de-alcool-deve-ser-individual.shtml>. Acesso em 20 mai 2019.
33. VINES, Juliana. Fabricantes de bebidas apostam em campanhas educativas por aplicativo. **Folha de São Paulo**, 26 ago. 2017. Seminários Folha. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/seminariosfolha/2017/08/1913006-industria-do-alcool-aposta-em-campanhas-educativas-em-aplicativos.shtml>. Acesso em 20 mai 2019.
34. GLASE, Gabrielle. America, Can We Talk About Your Drinking. **The New York Times**, 29 dez 2017. Opinion. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2017/12/29/opinion/sunday/alcohol-binge-drinking.html?searchResultPosition=1>. Acesso em 25 abr. 2019.
35. GARCÍA, Teresa M. El alcohol está pasado de moda. Así es el nuevo 'botellón'. **El País**, 24 out 2018. Buena Vida. Disponível em:

[https://elpais.com/elpais/2018/01/22/buenavida/1516639670\\_374302.html](https://elpais.com/elpais/2018/01/22/buenavida/1516639670_374302.html). Acesso em 07 jun 2019.

36. BENITO, Emilio de. España tiene las recomendaciones sobre alcohol más laxas de Europa. **El País**, 05 jul 2018. España. Disponível em: [https://elpais.com/politica/2018/07/03/actualidad/1530626903\\_171784.html](https://elpais.com/politica/2018/07/03/actualidad/1530626903_171784.html). Acesso em 29 out 2019.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os indivíduos com problemas decorrentes do uso de álcool e outras drogas encontram barreiras de acesso ao tratamento devido, entre outros fatores, à estigmatização e organização dos serviços de saúde, muitas vezes direcionados à abstinência do consumo das substâncias como única opção terapêutica. Parte-se do entendimento de que os usuários de drogas foram historicamente submetidos ao tratamento baseado na reclusão, o que promove ainda hoje uma resistência à procura por apoio devido à alta exigência dos serviços, que por sua vez perpetua o preconceito social a esses usuários.

Assim, a estratégia de redução de danos surge enquanto relevante estratégia de saúde pública oferecendo diversidade nas opções de cuidado para esse público, partindo do princípio de que uma sociedade livre de drogas é inviável e incluindo o usuário como centro da atenção em saúde.

Esta tese desenvolveu, inicialmente, uma ampla pesquisa bibliográfica para conhecer a produção científica sobre redução de danos no uso de drogas, utilizando o método SYSMAP. O método integra todos as fases de uma revisão de literatura estruturada, desde a construção e combinação das palavras-chaves nas bases de dados até a construção e identificação de lacunas de pesquisas. Assim, dos 4.296 artigos brutos foram selecionados 984 para compor a análise bibliométrica, que indicou a associação da redução de danos ao uso de drogas injetáveis, ao surgimento do HIV e à transmissibilidade elevada das doenças infectocontagiosas devido ao compartilhamento de seringas.

Identificamos que a primeira publicação sobre redução de danos ocorreu em 1985, com um pico das publicações no ano 2000 e progressivo aumento de estudos na área. A pesquisa ainda correlacionou a redução de danos ao uso de drogas ilícitas, ao proibicionismo e abstinência, com pouca alusão a termos como direitos humanos e saúde pública e expansão da estratégia para qualidade de vida dos usuários de substâncias psicoativas.

Considerando a relevância da problemática do consumo de álcool, a análise sistêmica desenvolvida a partir desses 984 artigos teve enfoque nesta substância associada às estratégias de RD. Assim, foi possível identificar que o álcool tem a mínima associação com o termo droga pesquisado, identificado por meio dos poucos estudos encontrados contemplando-o e poucas estratégias de redução de danos para a droga lícita que, na maioria das vezes, apareceu associada a outras substâncias ilícitas com grandes chances de aumentar o risco de danos aos usuários que fazem poli consumo.

Nesse sentido, tornou-se relevante aprofundar o tema da redução de danos no uso do álcool, usando os descritores específicos para nova pesquisa bibliográfica, com o intuito de subsidiar a discussão dos materiais da mídia, incluídos devido a sua relevância na formação de sentido dos produtos veiculados, no caso a RD e o álcool.

Entre os pontos importantes dessa análise, encontramos que a mídia aborda consideravelmente a questão da regulamentação na venda de bebidas alcoólicas como fator importante para minimizar os danos decorrentes do consumo, especialmente em reportagens do periódico *El País*, sendo que apenas três reportagens em jornais no Brasil (11,29,39) retratam a questão com um pouco mais de profundidade, abordando também a publicidade em torno do álcool. Contudo, as pesquisas científicas sobre a temática encontradas estão em número reduzido.

Os artigos sobre publicidade relacionada à substância, no entanto, aparecem com mais frequência, tratando do enfoque na avaliação de propagandas e campanhas de redução de danos no uso do álcool e seus vieses e a avaliação do papel do álcool em acidentes e sua veiculação pela mídia.

As reportagens selecionadas na pesquisa revelaram a forte representação do álcool enquanto figura imprescindível em festas, jogos de futebol e mesmo em encontros de trabalho, permeada por uma cultura em que beber faz parte de um ato social e promove comportamentos de socialização. As reportagens que veiculam a regulação nas vendas deparam-se com esses entraves, e abordam estratégias isoladas e algumas reflexões.

Já as reportagens que se identificam às medidas legais encontram-se em número reduzido, com poucos artigos selecionados para análise que possam subsidiar os achados. Um possível indicativo é o fato dessas ações não serem localizadas nos termos de busca da mídia e científicos, ou seja, não estarem associadas a redução de danos, apesar de ações como controles viários e fiscalizações de festas e encontros com bebidas em espaços públicos minimizarem danos decorrentes do consumo do álcool. Ou seja, revela-se o entendimento limitado sobre o conceito de redução de danos pois, além de ser introduzido oficialmente na primeira década do século XXI no Brasil, período relativamente recente, tem encontrado barreiras na sua implementação e compreensão, conforme a tese vem discutindo.

Outras matérias que se classificaram como estratégias específicas de redução de danos são referentes ao uso de medicamentos para tratamento de transtornos relacionados ao uso da bebida, que encontraram respaldo em artigos científicos com destaque para as drogas nalmefeme, naltrexona e topiramato. Na categoria em questão também identificamos reportagens e estudos relacionados à alta prevalência do consumo problemático de álcool entre

moradores de rua e população vulnerável, que encontram suporte e acolhimento em locais para atendimento de suas necessidades básicas e com proposta de redução de danos. O MAP, ou Programa de Gestão do Álcool no Canadá, foi projetado visando atender a essa população, que se tornou mais propensa a ter melhor qualidade de vida e segurança (PAULY et al, 2016).

Algumas reportagens apresentando ações dos fabricantes de bebidas para promover estratégias de redução de danos tornam-se questionáveis, considerando a incompatibilidade entre a fabricação de cervejas mais saudáveis ou campanhas por aplicativos, quando se entende que os reais interesses das indústrias de bebidas vão ao encontro da lucratividade, conforme nota da Abeam (Associação de estudos do álcool) sobre o marketing utilizado pela indústria que contrapõe sua verdadeira intenção (33).

Sobre a influência da mídia, associa-se o poder simbólico ou cultural que utiliza como recursos os meios de comunicação, conforme conceituado por Thompson (2002) e que, por meio da produção e transmissão de formas simbólicas, atua na capacidade de intervir no curso dos acontecimentos e influenciar as ações de outras pessoas. A problemática do álcool encontra-se em algumas situações associada a uma imagem carregada de estigmas e, por outro lado, ao poder econômico das indústrias de bebida, que fazem uso do poder simbólico ou cultural sobre o ato de beber, enfatizando-o, associado a comportamentos de socialização, beleza e bem-estar.

As evidências científicas identificadas nesta pesquisa sobre a influência e interesses das indústrias de bebidas respaldam a tese do favorecimento das empresas em detrimento da saúde pública, ao inibir os danos relacionados ao consumo do álcool por meio de campanhas ambíguas e omissão de informações relevantes. A tese fundamenta-se ainda pela evidência de poucas publicações nos jornais sobre a temática de RD no Brasil e EUA, acrescido ao número reduzido de discussões sobre a publicidade do álcool e suas restrições nas reportagens encontradas.

O entendimento sobre a estratégia de RD no uso do álcool encontra embasamento em tradições culturais, no cuidado ofertado aos indivíduos e no nível de interesse da temática, que se subsidia nas publicações realizadas e que, por sua vez, influencia a abordagem jornalística. Assim, entende-se que na Europa a discussão e aceitação das estratégias de RD no contexto do álcool ganham maior entendimento e credibilidade do que no Brasil e EUA, em que as discussões começaram a ganhar força muito recentemente e são países que advêm de uma cultura com foco na abstinência.

No Brasil, esta abordagem caminhava a passos lentos em desconstrução, permeada por uma política que avançava na inserção da RD enquanto método de tratamento, partindo de uma ruptura da lógica preponderante entre o álcool e comportamento antissocial e embasada em mais pesquisas e capacitações dos profissionais da saúde para compreensão da mudança na

lógica do tratamento do dependente químico. Estima-se que a RAPS (Rede de Atenção Psicossocial) e seus profissionais estavam avançando na lógica do empoderamento do usuário frente ao seu tratamento, considerando sua singularidade por meio da estratégia de redução de danos.

A mudança do governo em 2019 precedeu a mudança da política, que entrou em oposição à proposta anterior e passou a valorizar novamente a abstenção como modalidade terapêutica e o foco em acabar com o uso de drogas na sociedade, influenciada por interesses diversos, entre eles de grupos políticos religiosos que se utilizam do poder em gozo para mover a vida de milhares de indivíduos, baseados em entendimentos rasos e opiniões pontuais sobre o assunto.

Esta situação traz prejuízos essencialmente ao consumidor de drogas e seu entorno, que devem encontrar mais entraves ao tratamento, reforçados pelos preconceitos sociais já existentes e a dificuldade em buscar apoio devido à burocracia e exigência dos serviços. Os reflexos da nova política vão “ingenuamente” na contramão a uma tendência internacional com critérios científicos e são entendidas no contexto desta pesquisa como um retrocesso, considerando que a manutenção da vida das pessoas configura um dos objetivos mais importantes da estratégia de redução de danos.

A violação do sofrimento psíquico, em detrimento dos direitos humanos, em um momento crítico de desemprego, miséria, em que a saúde vive uma pandemia sem precedentes, a do coronavírus, conduz a um momento de reflexão sobre a saúde mental e a saúde como um todo, as quais deveriam ser repensadas pelos governantes no nosso país para a garantia de tratamento humanitário.

Nesse contexto complexo político e social, o interesse financeiro nas bebidas alcoólicas, justifica ainda o pouco conhecimento e a difusão de informações sobre as mais diversas estratégias de RD no uso do álcool que, seja pela mídia ou literatura, apresentam-se pontuais. A opção de tratamento baseada na abstinência também permeia todo esse contexto, em que a RD de fato ainda não é conhecida e aceita como uma opção viável.

É imprescindível modificar o questionamento simplista e ingênuo sobre qual o modelo ideal para tratamento da pessoa com problemas relacionados às drogas. Dessa forma, a busca pelo melhor absoluto, que seria em algum momento a abstinência total, pode de certa maneira tornar-se a busca para desenvolvimento de estratégias de redução de danos, que entre tantos princípios, objetiva estabilizar a vida do indivíduo.

Os achados desta pesquisa fornecem indicativos sobre as inúmeras possibilidades de atuação frente a estratégia de RD no uso do álcool, que não deve estar associada a situações e

abordagens pontuais. Destaca-se o fato de que não foi encontrado estudo no Brasil abordando estratégias específicas do álcool e redução de danos, possivelmente em decorrência do histórico e interesses já mencionados. Assim, a tese ainda reforça a relevância do álcool no meio social e os entraves da discussão de sua problemática permeados por intenções diversas, dentre elas o grande poder da indústria.

A realização de novas pesquisas para avaliar a redução de danos enquanto opção de abordagem para usuários com problemas decorrentes do álcool torna-se imperativa, tendo em vista a magnitude social, econômica e cultural dos prejuízos devido seu uso problemático, considerando ainda que a abrangência da terapêutica oferece novas oportunidades para o grande número de indivíduos que não desejam de abster e, em virtude de julgamento social, acabam não buscando tratamento.

A abstenção da responsabilidade do Estado frente à gravidade da problemática apenas reforça a necessidade do entendimento da RD enquanto estratégia, que cientificamente traz benefícios aos usuários e deve se impor em mais estudos e pesquisas a fim de conquistar interesse e mobilização inter setorial para se contrapor a decisões verticais baseadas apenas em interesses político-partidários.

Enfim, a mudança de atitude do governo e população frente a problemática com o entendimento da relevância do assunto enquanto questão de saúde pública deve ser incentivada para que possamos, talvez um dia, ultrapassar os interesses econômicos e de poder em prol da qualidade de vida e bem-estar da sociedade, em que a humanização deve ser a direção e não a contramão dos direitos humanos.

## REFERÊNCIAS

AFONSO, M. H. F. et al. Como construir conhecimento sobre o tema de pesquisa? Aplicação do processo ProKnow-C na busca de literatura sobre avaliação do desenvolvimento sustentável 10.5773/rgsa. v5i2. 424. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 5, n. 2, p. 47-62, 2012. ISSN 1981-982X.

ANDRADE, Tarcisio Matos; ESPINHEIRA, Carlos Geraldo D'Andrea. Capítulo 1: A presença das bebidas alcoólicas e outras substâncias psicotrópicas na cultura brasileira. IN: BRASIL. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas- SENAD. SUPERA: Sistema para detecção do Uso abusivo e dependência de substâncias Psicoativas: Encaminhamento,

intervenção breve, Reinserção social e Acompanhamento. **O uso de substâncias psicoativas no Brasil**: módulo 1. Brasília, 11ª ed : Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, 2017. Pp. 13-29

ANDRADE, Tarcísio Matos; RONZANI, Telmo Mota. A estigmatização associada ao uso de substâncias como obstáculo à detecção, prevenção e tratamento. In: BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas- SENAD. **O uso de substâncias psicoativas no Brasil**: Epidemiologia, Legislação, Políticas Públicas e Fatores Culturais: módulo 1/ SUPERA. 4a ed. Brasília: SENAD, 2011. P. 26- 33.

AUBIN, Henri-Jean et al. Clinical Relevance of As-Needed Treatment with Nalmefene in Alcohol-Dependent Patients. **Eur Addict Res**. 2015; 21:160–168.

BAIGORRI, A; CHAVES, M. Botellón: más que ruido, alcohol y drogas (la sociología en su papel). **Revista Andaluza de Ciencias Sociales**, n. 6, p. 159- 173, 2006.

BARDIN, L. Análise de Conteúdo/Laurence Bardin; Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. **São Paulo: Edições**, v. 70, 2011.

BOOTH, B. M. et al. Trajectory of substance use after an HIV risk reduction intervention. **Am J Drug Alcohol Abuse**, v. 41, n. 4, p. 345-52, 2015.

BOSQUE-PROUS, M; BRUGAL, M.T. Intervenciones de reducción de daños en usuarios de drogas: situación actual y recomendaciones. **Gac Sanit**. 2016; 30(S1):99–105. Disponível em: < <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0213911116300838>&gt;. Acesso em 30 de junho de 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde.A Política do Ministério da Saúde para atenção integral a usuários de álcool e outras drogas / Ministério da Saúde, Secretaria Executiva, Coordenação Nacional de DST e Aids. – Brasília: Ministério da Saúde, 2003.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **PORTARIA Nº 336, de 19 de fevereiro de 2002a**. Disponível em:< [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prt0336\\_19\\_02\\_2002.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prt0336_19_02_2002.html)>. Acesso em 23 de março de 2019.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **PORTARIA Nº 816, de 30 de abril de 2002b**. Disponível em: <[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prt0816\\_30\\_04\\_2002.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prt0816_30_04_2002.html)>. Acesso em 31/07/2017.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **PORTARIA Nº 1.028, de 01º de julho de 2005**. Disponível em: <[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2005/prt1028\\_01\\_07\\_2005.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2005/prt1028_01_07_2005.html)>. Acesso em 20/07/2017.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. Política Nacional sobre Drogas. IN: BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. **Legislação e Políticas Públicas sobre Drogas no Brasil**. Brasília: Ministério da Justiça, SENAD, 2011a. Pp. 13-24.



BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. Política Nacional sobre o Álcool. IN: BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. **Legislação e Políticas Públicas sobre Drogas no Brasil**. Brasília: Ministério da Justiça, SENAD, 2011b. Pp. 73-83.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **DECRETO No 6.117, DE 22 DE MAIO DE 2007**. Aprova a Política Nacional sobre o Álcool, dispõe sobre as medidas para redução do uso indevido de álcool e sua associação com a violência e criminalidade, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6117.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6117.htm). Acesso em 25 mar. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 9.761, de 11 de abril de 2019. Aprova a Política Nacional sobre Drogas. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 abr. 2019. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/decreto/D9761.htm#anexo](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9761.htm#anexo). Acesso em 02 de novembro de 2019.

BUTLER, S., et al. **Alcohol, power and public health: A comparative study of alcohol policy**. Taylor and Francis. New York, 2017, 70 pg.

CRABTREE, A. et al. Results of a participatory needs assessment demonstrate an opportunity to involve people who use alcohol in drug user activism and harm reduction. **Harm Reduct J**, v. 13, n. 1, p. 37, Dec 09 2016

CERRETANI, P. INSÚA; DE ROZAS, M. LLEDÓ SAÍNZ. Proyecto arRISKu MUGAN: materiales para la reducción de los riesgos asociados al consumo de drogas. **Revista de la Asociación Española de Neuropsiquiatría**, v. 34, n. 123, p. 477-489, 2014 2014. ISSN 0211-5735.

CISA- CENTRO DE INFORMAÇÕES SOBRE SAÚDE E ÁLCOOL. Histórico das políticas de álcool no Brasil. CISA. São Paulo, 18 fev 2019. Disponível em: <https://cisa.org.br/index.php/pesquisa/artigos-cientificos/artigo/item/95-historico-das-politicas-de-alcool-no-brasil>. Acesso em 12 jan 2020.

CHINET, L., et al. Party drug use in techno nights: a field survey among French-speaking Swiss attendees. **Pharmacol Biochem Behav** **86**(2): 284-289. 2007.

CLIFASEFI, S. L., et al. (2016). "Housing First, But What Comes Second? A Qualitative Study of Resident, Staff and Management Perspectives on Single-Site Housing First Program Enhancement." **Journal of Community Psychology** **44**(7): 845-855.

COLLINS, S. E., et al. (2016). "In their own words: Content analysis of pathways to recovery among individuals with the lived experience of homelessness and alcohol use disorders." **International Journal of Drug Policy** **27**: 89-96.

CORDEIRO, Francisco. UNIDADE 2- Representação Social do Uso de Drogas, do Usuário e do Cuidado. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Ministério da Saúde. Curso de Atualização em Álcool e Outras Drogas, da Coerção à Coesão. OLIVEIRA, W.F.; CARNEIRO, H (org). Capítulo 1: **Drogas e Sociedade**. Florianópolis: Departamento de Saúde Pública/UFSC, 2014. 63p.

COLLINS, Susan et al. Harm reduction with pharmacotherapy for homeless people with alcohol dependence: Protocol for a randomized controlled trial. **Contemporary Clinical Trials** 38 (2014) 221–234

DOBLER-MIKOLA, Anja et al. Patterns of heroin, cocaine, and alcohol abuse during long-term methadone maintenance treatment. **Journal of Substance Abuse Treatment** 29 (2005) 259–265.

DOLIN, Benjamin. Law and Government Division. National Drug Policy: The Netherlands. 15 aug. 2001. Disponível em: <<https://sencanada.ca/content/sen/committee/371/ille/library/dolin1-e.htm>>. Acesso em 21 mar. 2019.

DUARTE, Claudio E.; MORIHISA, Rogério S. Experimentação, uso, abuso e dependência de drogas. In: BRASIL. Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. Secretária Nacional de Políticas sobre Drogas- SENAD. **Prevenção ao uso indevido de drogas: Capacitação para Conselheiros e Lideranças Comunitárias**. 3ª Ed. Brasília: SENAD, 2010. P. 61-72.

DUARTE, Fernando. Quando cerveja não é álcool: por que publicidade da bebida é liberada no Brasil e provoca polêmica. **BBC Brasil**, 19 de junho de 2017. Disponível em:<<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-39895407>>. Acesso em 02 de novembro de 2019

DUARTE, Paulina C.A.V.; DALBOSCO, Carla. Capítulo 6: A política e a legislação brasileira sobre drogas. IN: BRASIL. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas- SENAD. SUPERA: Sistema para detecção do Uso abusivo e dependência de substâncias Psicoativas: Encaminhamento, intervenção breve, Reinserção social e Acompanhamento. **O uso de substâncias psicoativas no Brasil: módulo 1**. Brasília, 11ª ed : Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, 2017. Pp. 113-126.

DUNSTONE, K. et al. Alcohol harm reduction advertisements: A content analysis of topic, objective, emotional tone, execution and target audience. **BMC Public Health**, v. 17, n. 1, 2017.

ENSSLIN, L.; ENSSLIN, S. R. **Notas de aulas**. Disciplina de Avaliação de Desempenho do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, 2011.

EUROPEAN MONITORING CENTRE FOR DRUGS AND DRUG ADDICTION-EMCDDA. **Relatório Europeu sobre Drogas 2017: Tendências e evoluções**, Serviço das Publicações da União Europeia. Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia, 2017. 90 p.

EUROPEAN MONITORING CENTRE FOR DRUGS AND DRUG ADDICTION-EMCDDA. Countries. Disponível em: <[http://www.emcdda.europa.eu/countries\\_en](http://www.emcdda.europa.eu/countries_en)>. Acesso em 21 mar. 2019.

FAGAN, J; LYONS, S; SMYTH, B.P. Content Analysis of Newspaper Reports on Alcohol-Related Deaths. **Alcohol and Alcoholism**, 2014. Vol. 49, No. 4, pp. 479–483.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução Joice Elias Costa. 3 Ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Conheça o Grupo Folha**. Disponível em: < <https://www.folha.uol.com.br> >. Acesso em 01 abr. 2019.

GALDURÓZ, J.C.F.; SANCHEZ, Z.v.d.M.; NOTO, A.R. Epidemiologia do Uso, do Abuso e da Dependência de Substâncias Psicoativas. In: DIEHL, A. et al. **Dependência química: prevenção, tratamento e políticas públicas**. 1ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2011. P: 49-58.

GRAZIOLI, V. S. et al. Six-month outcomes among socially marginalized alcohol and drug users attending a drop-in center allowing alcohol consumption. **Int J Drug Policy**, v. 41, p. 65-73, Mar 2017.

GUARESCHI, Pedrinho A. Representações sociais: avanços teóricos e epistemológicos. **Temas psicol.** vol.8 no.3 Ribeirão Preto dez. 2000.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1999. **Como elaborar projetos de pesquisa**, v. 4, 2005.

HERBERT, T. L. EndNote 5 for windows. **Journal of chemical information and computer sciences**, v. 42, n. 1, p. 134-135, 2002. ISSN 0095-2338.

HOPE, A. 'Lead us not into temptation': Adolescence and alcohol policy in Europe. **Alcohol and Alcoholism**, v. 49, n. 2, p. 126-127, 2014.

INTERNATIONAL HARM REDUCTION ASSOCIATION. **O que é redução de danos?** Uma posição oficial da Associação Internacional de Redução de Danos (IHRA). Londres, 2010, 2 pg. Disponível em: < [https://www.hri.global/files/2010/06/01/Briefing\\_what\\_is\\_HR\\_Portuguese.pdf](https://www.hri.global/files/2010/06/01/Briefing_what_is_HR_Portuguese.pdf) >. Acesso em 20 de março de 2019.

JONES, S. C.; HALL, S.; KYPRI, K. Should I drink responsibly, safely or properly? Confusing messages about reducing alcohol-related harm. **PLoS One**, v. 12, n. 9, p. e0184705, 2017.

JUNIOR, Walter Teixeira Lima. Mídia social conectada: produção colaborativa de informação de relevância social em ambiente tecnológico digital. **Líbero**. São Paulo – v. 12, n. 24, p. 95-106, dez. de 2009.

KARRIKER-JAFFE, K.J. et al. Alcohol's Harm to Others: Opportunities and Challenges in a Public Health Framework. **J Stud Alcohol Drugs**. 2018 Mar;79(2):239-243.

KLINGEMANN, J. Acceptance of Reduced-Risk Drinking as a Therapeutic Goal within the Polish Alcohol Treatment System. **Alcohol and Alcoholism**, 2016, 51(4) 436–441.

KRAMER, Thomas H. et al. Condom Knowledge, History of Use, and Attitudes Among Chemically Addicted Populations. **J Subst Abuse Treat**. 1991;8(4):241-6.

- LABRIE, J.W.; BOYLE, S.C.; NAPPER, L.E. Alcohol abstinence or harm-reduction? Parental messages for college-bound light drinkers. **Addictive Behaviors**. 46 (2015) 10–13.
- LIANG, W.; GILMORE, W.; CHIKRITZHS, T. The effect of short-term alcohol restriction on risk of alcohol-related injury: A state wide population-based study. **International Journal of Drug Policy**, 2016, **28**: 55-59.
- MANN, K.; AUBIN, H. J.; WITKIEWITZ, K. Reduced Drinking in Alcohol Dependence Treatment, What Is the Evidence? **European Addiction Research**, v. 23, n. 5, p. 219-230, Dec 2017.
- MAREMMANI, I. et al. Harm Reduction as "Continuum Care" in Alcohol Abuse Disorder. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 12, n. 11, p. 14828-14841, Nov 2015.
- MARLATT GA. Redução de danos: estratégias práticas para lidar com comportamentos de alto risco. Porto Alegre: Artes Médicas Sul; 1999.
- MARLATT GA, Witkiewitz K. Update on harm-reduction policy and intervention research. *Annu Rev Clin Psychol*. 2010. p. 591-606.
- MARTINS, Matheus Eduardo Rodrigues; ASSIS, Fátima Büchele; BOLSONI, Carolina Carvalho. Ressuscitando a indústria da loucura?! **Interface** (Botucatu). 2019; 23: e190275.
- MCNEIL, R. et al. Harm reduction services as a point-of-entry to and source of end-of-life care and support for homeless and marginally housed persons who use alcohol and/or illicit drugs: A qualitative analysis. **BMC Public Health**, v. 12, n. 1, 2012. ISSN 14712458 (ISSN).
- MENDONÇA, Ana Karina Rocha Hora; JESUS, Carla Viviane Freitas de; LIMA, Sonia Oliveira. Fatores Associados ao Consumo Alcoólico de Risco entre Universitários da Área da Saúde. **Rev. bras. educ. med.** vol.42 n.1: 202-213. Brasília jan./mar. 2018
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ- MPPR. Decreto nº 9.761/2019. **Nova Política Nacional sobre Drogas- PNAD**. Curitiba, 2019. Disponível em: [HTTP://WWW.SITE.MPPR.MP.BR/MODULES/CONTEUDO/CONTEUDO.PHP?CONTEUDO=3282](http://www.site.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=3282). ACESSO EM 24 DE OUTUBRO DE 2019.
- MOLINA, Matías Martínez. **Os maiores jornais do mundo**: uma visão da imprensa internacional. São Paulo, 26/06/2007. Disponível em: [https://www.sescsp.org.br/online/artigo/4248\\_OS+MAIORES+JORNAIS+DO+MUNDO](https://www.sescsp.org.br/online/artigo/4248_OS+MAIORES+JORNAIS+DO+MUNDO). Acesso em 30 mar. 2019.
- MORAES, Roque; GALIAZZI MARIA do Carmo. *Análise Textual Discursiva*. Ed. Unijuí; Ijuí: 2007.
- NEWTON, N. C. et al. Delivering prevention for alcohol and cannabis using the internet: A cluster randomised controlled trial. **Preventive Medicine**, v. 48, n. 6, p. 579-584, 2009. ISSN 00917435 (ISSN).

NIAAA- NATIONAL INSTITUTE ON ALCOHOL ABUSE AND ALCOHOLISM. Alcohol Policy. USA. 2020. Disponível em: <https://www.niaaa.nih.gov/alcohol-health/alcohol-policy>. Acesso em: 14 jan 2020.

NICHOLLS, J.; GREENAWAY, J. What is the problem?: Evidence, politics and alcohol policy in England and Wales, 2010- 2014. **Drugs: Education, Prevention and Policy** 22(2), pp. 135 a 142.

NUBUKPO, P. Place of the opioid system in biology and treatment of Alcohol Use Disorder. **Encephale**, v. 40, n. 6, p. 457-467, 2014. ISSN 00137006 (ISSN)

NUTT, D. J. Alcohol alternatives – a goal for psychopharmacology? **Journal of Psychopharmacology**: 20(3) (2006) 318–320.

O'HARE, P. Redução de danos: alguns princípios e a ação prática. In: MESQUITA, Fábio; BASTOS, Francisco Inácio (orgs.) **Drogas e AIDS: estratégias de Redução de Danos**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1994.

OLIVEIRA, Marcela; ROMERA, Liana Abrão; MARCELLINO, Nelson Carvalho. Lazer e Juventude: análise das propagandas de cerveja veiculadas pela televisão. **R. da Educação Física/ UEM**. Maringá, v. 22, n. 4, p. 535-546, 4. trim. 2011.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE- BRASIL. Folha informativa- Álcool. Disponível em: <[https://www.paho.org/bra/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5649:folha-informativa-alcool&Itemid=1093](https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5649:folha-informativa-alcool&Itemid=1093)>. Acesso em 26 mar. 2019.

PAULY, B. B., et al. (2016). "Finding safety: a pilot study of managed alcohol program participants' perceptions of housing and quality of life." **Harm Reduct J** 13(1): 15.

PIETRACATELLA, R. J.; BRADY, D. Drink wisely Australians, but keep drinking: does the alcohol industry in Australia frame the discourse on alcohol to maintain hegemony? **Media International Australia**, v. 160, n. 1, p. 53-66, Aug 2016.

PLIAKAS, T. et al. Increasing powers to reject licences to sell alcohol: Impacts on availability, sales and behavioural outcomes from a novel natural experiment evaluation. **Preventive Medicine**. 116: 87–93. 2018.

POLLO- ARAUJO, Maria Alice. MOREIRA, Fernanda Gonçalves. **Aspectos Históricos da Redução de Danos**. In: NIEL, Marcelo; DA SILVEIRA, Dartiu Xavier. **Drogas e Redução de Danos: uma cartilha para profissionais de saúde/ Marcelo Niel & Dartiu Xavier da Silveira (orgs).** – São Paulo, 2008. xi, 149f.

PORTO, Maria Stela Grossi. Mídia, segurança pública e representações sociais. *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, v. 21. Disponível em: [www.scielo.br/pdf/ts/v21n2/v21n2a10.pdf](http://www.scielo.br/pdf/ts/v21n2/v21n2a10.pdf). Acesso em: 27/07/2017.

REDUC. **Cartilha de Redução de Danos**. Disponível em: <<http://www.reduc.org>>. Acesso em 24 mai. 2016.

RONZANI, Telmo Mota *et al.* Mídia e drogas: análise documental da mídia escrita brasileira sobre o tema entre 1999 e 2003. **Ciência & Saúde Coletiva**, 14(5):1751-1762, 2009

SANTA CATARINA, Secretaria de Estado da Saúde. Diretoria Vigilância Epidemiológica. **ABC Redução de Danos**. – Florianópolis: SES, 2010.72 p.

SANTOS, G. M. *et al.* Feasibility, acceptability, and tolerability of targeted naltrexone for nondependent methamphetamine-using and binge-drinking men who have sex with men. **Journal of Acquired Immune Deficiency Syndromes**, v. 72, n. 1, p. 21-30, 2016.

SÁ-SILVA, J.R.; ALMEIDA, C.D.; GUINDANI, J.F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. Número I - Julho de 2009. Disponível em:< <https://www.rbhcs.com/rbhcs/article/viewFile/6/pdf>>. Acesso em 30 mar. 2019.

SILVEIRA, Dartiu Xavier da ; DOERING-SILVEIRA, Evelyn Borges . Padrões de uso de drogas: Eixo Políticas e Fundamentos. In: Brasil. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. **Aberta: portal de formação à distância: sujeitos, contextos e drogas** [recurso eletrônico] / Ministério da Justiça e Segurança Pública, Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, [em parceria com a SEAD-UFSC]. 2018. Disponível em: <<http://www.aberta.senad.gov.br/>>. Acesso em 19 mar. 2019.

SODELLI, M. A abordagem proibicionista em desconstrução: compreensão fenomenológica existencial do uso de drogas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 74, n. 5, p. 637, 2010

SORNPAISARN, B. *et al.* Can pricing deter adolescents and young adults from starting to drink: An analysis of the effect of alcohol taxation on drinking initiation among Thai adolescents and young adults. **Journal of Epidemiology and Global Health**, v. 5, n. 4, p. S45-S57, 2015.

\_\_\_\_\_. The association between taxation increases and changes in alcohol consumption and traffic fatalities in Thailand. **Journal of Public Health (United Kingdom)**, v. 38, n. 4, p. e480-e488, 2016.

SPRINGER, S. A. *et al.* Extended-release naltrexone reduces alcohol consumption among released prisoners with HIV disease as they transition to the community. **Drug and Alcohol Dependence**, v. 174, p. 158-170, 2017.

STEIN, Michael D.; CHARUVASTRA, Anthony; ANDERSON, Bradley J. Social support and zero sharing risk among hazardously drinking injection drug users. **Journal of Substance Abuse Treatment** 23 (2002) 225–230.

STRONACH, Bill. Álcool e redução de danos. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Álcool e redução de danos: uma abordagem inovadora para países em transição** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – 1. ed. em português, ampl. – Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Pp. 29-35.

STUMPF, Ida Regina C. Pesquisa Bibliográfica. IN: DUARTE, J.; BARROS, A. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. Ed. Atlas S.A., 2ª ed., São Paulo, 2006. PG. 51-61.

SUÁREZ-RELINQUE, Cristian et al. Baja percepción de riesgo en el consumo de alcohol en adolescentes españoles. **Cad. Saúde Pública**, 2017; 33(7):e00129716

THE NEW YORK TIMES. **Company**. Disponível em: <<https://www.nytc.com/company/>>. Acesso em 01 abr. 2019.

THOMAS, G. et al. Ayahuasca-assisted therapy for addiction: Results from a preliminary observational study in Canada. **Current Drug Abuse Reviews**, v. 6, n. 1, p. 30-42, 2013. ISSN 18744737 (ISSN).

THOMPSON, John B. A Mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia. Tradução de Wagner de Oliveira Brandão. Editora Vozes. 5ed. Petrópolis, RJ. 2002.

UNODC -UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. **World Drug Report 2017**. Vienna, 2017.

URIONA MALDONADO, M.; SILVA SANTOS, J.; SANTOS, R. Inovação e Conhecimento Organizacional: um mapeamento bibliométrico das publicações científicas até 2009. **XXXIV encontro da ANPAD, Rio de Janeiro**, 2010.

VAN ECK, N. J.; WALTMAN, L. Software survey: VOSviewer, a computer program for bibliometric mapping. **Scientometrics**, v. 84, n. 2, p. 523-538, 2010. ISSN 1588-2861. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1007/s11192-009-0146-3>>.

VALÉRIO, A. L. R. **(Mal)dita liberdade e cidadania: a redução de danos em questão**. Salvador, 117fls. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania) - Universidade Católica do Salvador, 2010.

VAZ, C. R.; URIONA MALDONADO, M. Revisão de literatura estruturada: proposta do modelo SYSMAP (Scientometric and Systematic Yielding Mapping Process). In: VAZ, C. R. e URIONA MALDONADO, M. (Orgs.). **Aplicações de Bibliometria e Análise de Conteúdo em casos da Engenharia de Produção**. UFSC, v.1, 2017. cap. 2cap, p.21-42 p. ISBN 978-85-61115-15-9.

VINADÉ, T.F. Capítulo 6: Redução de Danos na Atenção Primária à Saúde: construindo a potência do encontro. IN: BRASIL. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas- SENAD. SUPERA: Sistema para detecção do Uso abusivo e dependência de substâncias Psicoativas: Encaminhamento, intervenção breve, Reinserção social e Acompanhamento. **A Detecção e o Atendimento a Pessoas Usuárias de Drogas na Rede da Atenção Primária à Saúde: Módulo 7**. Brasília. 4a edição. 2011. Pp. 72-85.

VINADÉ, T.F.; CRUZ, M.S.; BARBEITO, M.M. Capítulo 5: Estratégias de Redução de Danos: da atenção primária à secundária. IN: BRASIL. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas- SENAD. SUPERA: Sistema para detecção do Uso abusivo e dependência de substâncias Psicoativas: Encaminhamento, intervenção breve, Reinserção social e Acompanhamento. **Atenção Integral na Rede de Saúde: módulo 5**. Brasília, 11ª ed : Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, 2017. 110 p.

WAKEFIELD, M.A. et al. Features of alcohol harm reduction advertisements that most motivate reduced drinking among adults: an advertisement response study. **BMJ Open**. 7 (4): 1-12,2017.

WODAK, A. Harm reduction: Australia as a case study. **Bull N Y Acad Med** 72(2): 339-347, 1995.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Global status report on alcohol and health 2018**. Geneva, Switzerland.

ZULE, W. A. et al. Effects of a hepatitis C virus educational intervention or a motivational intervention on alcohol use, injection drug use, and sexual risk behaviors among injection drug users. **Am J Public Health**, v. 99 Suppl 1, p. S180-6, Apr 2009. ISSN 0090-0036.



**APÊNDICE 1- QUADRO COM INFORMAÇÕES DOS ARTIGOS (PRIMEIRA ANÁLISE SISTÊMICA)**

<b>Num.</b>	<b>Autores</b>	<b>Título</b>	<b>Revista</b>	<b>Ano publicação</b>
1	T.H. Kramer et al	Condom knowledge, history of use, and attitudes among chemically addicted populations	J Subst Abuse Treat	1991
2	Alex Wodak	Harm reduction: Australia as a case study	Bull N Y Acad Med.	1995
3	Michael D. Stein; Anthony Charuvastra; Bradley J. Anderson.	Social support and zero sharing risk among hazardously drinking injection drug users	Journal of Substance Abuse Treatment	2002
4	Anja Dobler-Mikola et al.	Patterns of heroin, cocaine, and alcohol abuse during long-term methadone maintenance treatment	Journal of Substance Abuse Treatment	2005
5	Léonie Chinet et al	Party drug use in techno nights: a field survey among french-speaking swiss attendees	Pharmacology, Biochemistry and Behavior	2007
6	Newton, N. C. et al	Delivering prevention for alcohol and cannabis using the internet: a cluster randomised controlled trial	Preventive Medicine	2009
7	William A. Zule	Effects of a hepatitis C virus educational intervention or a motivational intervention on alcohol use, injection drug use, and sexual risk behaviors among injection drug users	American Journal of Public Health	2009
8	Ryan McNeil et al	Harm reduction services as a point-of-entry to and source of end-of-life care and support for homeless and marginally housed persons who use alcohol and/or	BMC Public Health	2012

		illicit drugs: a qualitative analysis		
9	Gerald Thomas et al	Ayahuasca-assisted therapy for addiction: results from a preliminary observational study in Canada	Current Drug Abuse Reviews	2013
10	Susan E. Collins et al	Harm reduction with pharmacotherapy for homeless people with alcohol dependence: protocol for a randomized controlled trial	Contemporary Clinical Trials	2014
11	Patricia Insúa Cerretani, Marimar Lledó Saínz de Rozas	Proyecto Arrisku Mugan: materiales para la reducción de los riesgos asociados al consumo de drogas	Rev. Asoc. Esp. Neuropsiq	2014
12	P. Nubukpo	Place of the opioid system in biology and treatment of Alcohol Use Disorder	L'Encéphale	2014
13	Brenda M. Booth et al	Trajectory of Substance Use after a Sexual Risk Reduction Intervention	Am J Drug Alcohol Abuse	2015
14	Alexis Crabtree et al	Results of a participatory needs assessment demonstrate an opportunity to involve people who use alcohol in drug user activism and harm reduction	Harm Reduction Journal	2016
15	Glenn-Milo Santos et al	Feasibility, acceptability, and tolerability of targeted naltrexone for nondependent methamphetamine-using and binge-drinking men who have sex with men	Acquir Immune Defic Syndr.	2016

16	Véronique S. Grazioli et al	Six- month outcomes among socially marginalized alcohol and drug users attending a drop-in center allowing alcohol consumption	International Journal of Drug Policy	2017
----	-----------------------------	--	--------------------------------------	------

**APÊNDICE 2- QUADRO COM INFORMAÇÕES DOS ARTIGOS- ANÁLISE  
SISTÊMICA RD E ÁLCOOL**

Número	Autor(es)	Título	Revista	Ano Publicação
1	J. Fagan, S. Lyons and Bobby P. Smyth	Content Analysis of Newspaper Reports on Alcohol-Related Deaths	Alcohol and Alcoholism	2014
2	Ann Hope	'Lead Us Not into Temptation': Adolescence and Alcohol Policy in Europe	Alcohol and Alcoholism	2014
3	Anthony Shakeshaft et al	The Effectiveness of Community Action in Reducing Risky Alcohol Consumption and Harm: A Cluster Randomised Controlled Trial	PLoS Medicine	2014
4	Henri-Jean Aubin et al	Clinical relevance of as-needed treatment with nalmefene in alcohol-dependent patients	Eur Addict Res	2015
5	Keri B. Dotson, Michael E. Dunn, Clint A. Bowers	Stand-alone personalized normative feedback for college student drinkers: A meta-analytic review, 2004 to 2014	PLoS ONE	2015
6	Joseph W. LaBrie, Sarah C. Boyle, Lucy E. Napper	Alcohol abstinence or harm-reduction? Parental messages for college-bound light drinkers	Addictive Behaviors	2015
7	Icro Maremmani et al	Harm Reduction as "Continuum Care" in Alcohol Abuse Disorder	Int. J. Environ. Res. Public Health	2015
8	Bundit Sornpaisarn et al	Can pricing deter adolescents and young adults from starting to drink: An analysis of the effect of alcohol taxation on drinking initiation among Thai adolescents and young adults	Journal of Epidemiology and Global Health	2015
9	Troy et al.	The effect of glass shape on alcohol consumption in a naturalistic setting: a feasibility study	Pilot and Feasibility Studies	2015

10	Cadigan, J. M., et al.	A Confirmatory Factor Analysis of the Protective Behavioral Strategies Scale among OEF/OIF Veterans	<u>Addictive Behaviors</u>	2015
11	Dougherty, D. M., et al.	Using contingency management procedures to reduce at-risk drinking in heavy drinkers	<u>Alcohol Clin Exp Res</u>	2015
12	Burns, S. et al.	A cross sectional evaluation of an alcohol intervention targeting young university students	<u>Bmc Public Health</u>	2016
13	Clifaseli et al	Housing first, but what comes second? A qualitative study of resident, staff and management perspectives on single-site housing first program enhancement	J Community Psychol	2016
14	Susan E. Collins et al	In their own words: Content analysis of pathways to recovery among individuals with the lived experience of homelessness and alcohol use disorders	<i>Int J Drug Policy</i>	2016
15	Justyna Klingemann	Acceptance of Reduced-Risk Drinking as a Therapeutic Goal within the Polish Alcohol Treatment System	Alcohol and Alcoholism	2016
16	Wenbin Liang, William Gilmore, Tanya Chikritzhs	The effect of short-term alcohol restriction on risk of alcohol-related injury: A state wide population-based study	International Journal of Drug Policy	2016
17	Angela M. Parcesepe et al	The impact of an alcohol harm reduction intervention on interpersonal violence and engagement in sex work among female sex workers in Mombasa, Kenya: Results from a randomized controlled trial	Drug and Alcohol Dependence	2016
18	Bernadette Pauly et al	Finding safety: a pilot study of managed alcohol program participants' perceptions	Harm Reduction Journal	2016

		of housing and quality of life		
19	Rachel Joanne Pietracatella e Danielle Brady	Drink wisely Australians, but keep drinking: does the alcohol industry in Australia frame the discourse on alcohol to maintain hegemony?	Media International Australia	2016
20	Nick Scott <i>et al</i>	The effects of extended public transport operating hours and venue lockout policies on drinking-related harms in Melbourne, Australia: Results from SimDrink, an agent-based simulation model	International Journal of Drug Policy	2016
21	Bundit Sornpaisarn et al	The association between taxation increases and changes in alcohol consumption and traffic fatalities in Thailand	Journal of Public Health	2016
22	Jenny Tindall et al	Alcohol-related crime in city entertainment precincts: Public perception and experience of alcohol-related crime and support for strategies to reduce such crime	<i>Drug and Alcohol Review</i>	2016
23	Kate Vallance <i>et al</i>	Do managed alcohol programs change patterns of alcohol consumption and reduce related harm? A pilot study	Harm Reduction Journal	2016
24	Kimberley Dundstone et al	Alcohol harm reduction advertisements: a content analysis of topic, objective, emotional tone, execution and target audience	BMC Public Health	2017
25	Aisha Holloway et al	Alcohol Brief Interventions (ABIs) for male remand prisoners: protocol for development of a complex intervention	BMJ Open	2017

		and feasibility study (PRISM-A)		
26	Sandra C. Jones, Sabine Hall, Kypros Kypri	Should I drink responsibly, safely or properly? Confusing messages about reducing alcohol-related harm	Plos One	2017
27	Helen Benedict Lasimbang et al	Private troubles to public issue: empowering communities to reduce alcohol-related harm in Sabah, Malaysia	Health Promotion International	2017
28	Karl Mann Henri-Jean Aubin Katie Witkiewitz	Reduced Drinking in Alcohol Dependence Treatment, What Is the Evidence?	Eur Addict Res	2017
29	Janette L. Smith et al	Current forms of inhibitory training produce no greater reduction in drinking than simple assessment: A preliminary study	Drug and Alcohol Dependence	2017
30	Sandra A. Springer et al	Extended-release naltrexone reduces alcohol consumption among released prisoners with HIV disease as they transition to the community	Drug and Alcohol Dependence	2017
31	Kelli D. Tahaney e Tibor P. Palfai	Text messaging as an adjunct to a web-based intervention for college student alcohol use: A preliminary study	<i>Addictive Behaviors</i>	2017
32	Melanie A Wakefield et al	Features of alcohol harm reduction advertisements that most motivate reduced drinking among adults: an advertisement response study	BMJ Open	2017
33	Jason Watterson et al	Measuring the effectiveness of in-hospital and on-base Prevent Alcohol and Risk-related Trauma in Youth (P.A.R.T.Y.) programs on reducing	BMC Public Health	2017



		alcohol related harms in naval trainees: P.A.R.T.Y. Defence study protocol		
34	Alexis Crabtree et al	Perceived harms and harm reduction strategies among people who drink non-beverage alcohol: Community-based qualitative research in Vancouver, Canada	<i>International Journal of Drug Policy</i>	2018
35	Daniel Frings et al	Environmental Context Influences Visual Attention to Responsible Drinking Messages	Alcohol and Alcoholism	2018
36	Hallie R. Jordan et al	Protective Behavioral Strategies and Hazardous Drinking Among College Students: The Moderating Role of Psychological Distress	Journal of Drug Education: Substance Abuse Research and Prevention	2018
37	Katherine J. Karriker-Jaffe et al	Alcohol's Harm to Others: Opportunities and Challenges in a Public Health Framework	Journal of Studies on Alcohol and Drugs	2018
38	Triantafyllos Pliakas et al	Increasing powers to reject licences to sell alcohol: Impacts on availability, sales and behavioural outcomes from a novel natural experiment evaluation	Preventive Medicine	2018
39	Matt S. Treeby et al	Guilt-proneness is associated with the use of protective behavioral strategies during episodes of alcohol use	<i>Addictive Behaviors</i>	2018
40	Bernadette M. Ward, Belinda O'Sullivan, Penny Buykx	Evaluation of a local government "shelter and van" intervention to improve safety and reduce alcohol-related harm	BMC Public Health	2018

### APÊNDICE 3- QUADRO COM DESCRIÇÃO DAS REPORTAGENS (MÍDIA) SEPARADOS EM CATEGORIAS

#### Regulamentação venda

	Jornal	Coluna	Data	Título	Autor	Ideia central da reportagem
1	El País	Sociedad	04/03/2014	Bruselas quiere etiquetar las bebidas alcohólicas con advertencias sanitarias	Elene G.Sevillano	Bruxelas inclui avisos de danos a saúde em rótulos de bebidas alcoólicas.
2	El País	Internacional	04/03/2014	Honduras previene la violencia con un toque de queda anti-alcohol	Jose Meléndez	Aos domingos, Honduras é submetida a um toque de recolher do comércio de bebidas alcoólicas que vai até a manhã de segunda. Antes dessa "lei seca" o número de mortes no horário do toque de recolher era maior. As prisões domésticas foram reduzidas a lei também afetou o futebol, isso diminuiu a violência e discussões entre rivais.
3	El País	Economía	14/03/2014	Más impuestos al alcohol y el tabaco de liar, gravado como los cigarrillos	Cristina Delgado	Proposta de reforma tributária feita pelo governo espanhol sugere aumento em impostos sobre bebidas alcoólicas e tabaco. Esses impostos têm uma dupla justificativa: na necessidade de corrigir efeitos negativos causados pelo consumo e também na questão tributária, ocorrendo assim um aumento que gera uma "tributação ideal".
4	El País	Sociedad	20/03/2014	Los expertos reclaman leyes para frenar el consumo de alcohol como las del tabaco	María Lillo	"A experiência vivida com o tabaco nos últimos anos deve servir de exemplo para o planejamento de ações futuras que coibam o consumo excessivo de álcool". Esta é uma das

						principais conclusões da apresentação do novo guia clínico do alcoolismo. "Provavelmente, se fosse possível espalhar mensagens claras para toda a população sobre os graves danos imediatos e futuros que essa maneira de beber pode causar, a que chamamos de compulsão, juntamente com uma legislação que limita a disponibilidade e acessibilidade do consumo de álcool, teria dado um importante passo adiante para reduzir a epidemia do alcoolismo", concluiu Josep Guardia. O especialista ainda menciona: "É necessário revisar as políticas para evitar a facilidade de comprar a bebida nos supermercados a preços acessíveis, mesmo para as crianças".
5	El País	País Vasco	27/05/2014	Euskadi se plantea elevar las tasas al alcohol para frenarlo en menores	Ania Elorza	Departamento de Saúde apresentou um programa que prevê um aumento nos impostos sobre o álcool, a fim de evitar o consumo de álcool por jovens.
6	El País	Internacional	15/09/2014	Barreras al alcohol en Marruecos	Javier Casqueiro	A decisão de parar com as vendas de bebidas alcoólicas no Marrocos foi da maior rede de hipermercados do país, não se admite que seja por motivos religiosos e a ascensão do Islã, porém não se esconde. O governo islâmico de Abdelilá Benkiran também não ajuda o setor, impondo aumentos de impostos. A queda nas vendas nos últimos seis meses foi descrita como histórica. Porém, essa medida começou a levar ao mercado ilegal, que já concentra 15% dos negócios.
7	El País	Parecer	16/09/2014	Abstemios a la fuerza	El País	No Marrocos, o consumo de álcool diminuiu drasticamente, o principal motivo dessa diminuição foi uma das maiores redes de mercado parar de vender álcool.

8	FSP	Cotidiano	21/11/2014	Relatório aponta 'abusos constantes' na Faculdade de Medicina da USP	Claudia Collucci/ Emilio Sant'Anna	A partir de uma série de denúncias de violação de direitos humanos entre alunos do curso de medicina da USP formou-se uma comissão que apresenta propostas de RD no uso do álcool que deve ainda ser votada. Formada por cerca de cem pessoas, entre professores titulares, alunos e funcionários, a comissão não chegou a um consenso sobre o veto às bebidas alcoólicas nas festas. De acordo com o documento, todos os alunos que fizeram parte da comissão foram contrários a essa proibição. Entre as soluções apontadas: o veto à bebidas destiladas, ao "open bar" (consumo livre após pagamento do ingresso) e à venda para quem apresentar sinais de embriaguez nas festas de recepção aos calouros. Milton Arruda Martins, atual presidente da comissão, disse à Folha que é favorável a medidas de redução de danos e que o álcool expõe os jovens a situações de risco, mas é preciso separar e punir os crimes. "Ninguém vira estuprador porque bebeu."
9	O Globo	Sociedade	03/12/2014	USP proíbe álcool e restringe festas	Julianna Granjeia	O Conselho Gestor da Cidade Universitária da Universidade de São Paulo (USP) aprovou restrições às festas e a proibição à venda de bebidas alcoólicas dentro da instituição. A medida foi impulsionada após uma série de denúncias sobre abusos sexuais (notadamente estupros) e agressões homofóbicas cometidos em festas da Faculdade de Medicina. Uma comissão interna formada para investigar os casos elaborou um relatório que descreve ainda assédio moral, coação, discriminação de gênero e orientação sexual e intolerância étnica e religiosa, além de consumo excessivo de drogas ilícitas e controladas.

10	El País	País Basco	10/12/2014	Los menores tendrán prohibido por ley consumir alcohol	Pedro Gorospe	O governo Basco aprovou mais um projeto restritivo na Lei de Dependências: proibição de consumir álcool a menores. O projeto foi apresentado pelo Ministro da Saúde Basco, Jon Darpón, e também estabelece os regulamentos mais rígidos contra o consumo de álcool, proibindo sua venda em estabelecimentos comerciais não destinados à ingestão imediata, entre 22:00 e 07:00.
11	O Globo	Sociedade	12/12/2014	Justiça impõe restrições a propaganda de cerveja	Flávio Ilha e Sergio Matsuura	TRF com sede em Porto Alegre acolheu ação civil pública proposta pelo MPF e vetou a propaganda de bebidas com mais de 0,5° GL das 06 h às 21 h, no rádio e na TV. Entre as 21 h e 23 h, a propaganda só pode ser veiculada em programas recomendados para maiores de 18 anos. Decisão vale para todo o país, e as empresas e agências de publicidade terão seis meses para se adaptar à medida. A decisão também veta a associação de bebidas a esportes olímpicos ou de competição, além de associações subliminares com desempenho sexual ou sucesso profissional. Qualquer ligação com a condução de veículos automotores também é proibida. Os rótulos das bebidas deverão trazer a inscrição “evite o consumo excessivo do álcool”. Os estabelecimentos comerciais deverão afixar advertência escrita de forma ostensiva ressaltando que dirigir sob efeito de bebida alcoólica é crime punível com detenção. As restrições valem também para propagandas estáticas em estádios de futebol e outros locais de competição, além de aeroportos e rodoviárias. Em caso de descumprimento da

						decisão, o governo federal e a ANVISA terão de pagar multa diária de R\$ 50 MIL.
12	NYT	U.S.	19/01/2015	Sorority Anti-Rape Idea: Drinking on Own Turf	Alan Schwarz	Discutir sobre a permissão do consumo do álcool nas casas de irmandades (casas de mulheres nos campus universitários) para diminuição da violência sexual que ocorre em grande parte nas festas da fraternidade. As fraternidades concordaram em novos limites à forma como servem álcool, incluindo servir cerveja apenas em latas e não em barris, exigindo pelo menos um membro da fraternidade a ser sóbrio durante as festas, e não permitir soco. Um interessante estudo de caso em Dartmouth, onde a Sigma Delta, uma irmandade sem afiliação nacional, mantém festas com álcool em sua casa bem cuidada. Eventos apresentam bartenders femininos, membros femininos nas portas e mulheres designadas para permanecer sóbrias e monitorar a cena... as alunas rotineiramente disseram que preferiam festas lá e não em fraternidades.
13	El País	Internacional	29/04/2015	La Eurocámara insta a que las bebidas alcohólicas adviertan de su contenido	El País	O Parlamento Europeu solicitou ao Executivo da Comunidade uma alteração nos rótulos de bebidas alcoólicas à venda na UE. A medida adotada inclui estratégia comunitária com dois objetivos: redução de consumo entre menores e informações sobre consumo ao dirigir. O Parlamento solicitou também que monitorem o efeito da publicidade relacionada com álcool e limitem a exposição de jovens a ela.
14	El País	Materia	29/04/2015	¿Cuánto engorda un cubata?	Jaime Prats	Consumo de bebidas alcoólicas contribuem para obesidade. Enquanto os alimentos embalados devem indicar claramente o seu conteúdo calórico, o mesmo não ocorre para

						bebidas que excedem 1,2 graus de álcool. Argumentação da falta de informações calóricas e o impacto que o excesso desses produtos pode causar na população.
15	El País	Elecciones México 2015	06/06/2015	Ley seca: sólo podrá comprar alcohol durante las elecciones si está en el DF	David Marcial Pérez	Governo do México restringe venda de bebidas à apenas restaurantes e hotéis e desde que sejam acompanhadas de uma refeição, durante dia de eleições.
16	El País	Madrid	11/11/2015	Los menores podrán asistir a conciertos en las salas de la región	Carmen Perez Lanzac	Após uma modificação a Lei de Shows Públicos, menores de 18 anos poderão entrar em shows. Jovens até 16 anos precisam estar acompanhados e entre 16 e 18 podem entrar sem acompanhamento, mas devem se identificar para não lhes venderem álcool.
17	El País	Eurocopa	12/06/2016	Francia prohibirá la venta de alcohol en los perímetros sensibles de las ciudades de la Eurocopa	Agencias	O ministro do Interior, Bernard Cazeneuve pediu aos prefeitos que impedissem a venda, transporte e consumo de bebidas alcoólicas em "perímetros sensíveis", áreas próximas aos estádios na França, após conflitos em várias cidades. Várias pessoas foram detidas por brigas violentas e a ideia era minimizar esses movimentos.
18	O Globo	Sociedade	27/08/2016	Hábitos de adolescente	Sérgio Matsuura	Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE) divulgada pelo IBGE traz dados alarmantes sobre os hábitos dos adolescentes brasileiros, referente ao ano de 2015, sendo que uma das conclusões importantes é o percentual de jovens que já experimentaram bebidas alcoólicas ser mais da metade dos pesquisados. Cheila Marina de Lima, consultora técnica do MS, diz que uma das saídas poderia ser a maior regulamentação da propaganda de bebidas alcoólicas- Um dos grandes desafios do país é

						como trabalhar para regulamentar a propaganda de bebidas- disse Cheila.
19	El País	Mundo Global	11/11/2016	¿Fútbol sin cerveza?	Anjos Espinhosos	Autoridades dos Emirados Árabes querem manter proibição do consumo de álcool em lugares públicos durante a Copa do Mundo. Bebidas alcoólicas não são ilegais no Catar, porém, não podem ser consumidas em locais públicos e sua venda é restrita a não-muçulmanos. "Somos contra a venda de álcool nos estádios e arredores", disse Al Thawadi, que acrescentou que o Catar não comprometerá suas leis para satisfazer os torcedores que o visitam. O Catar se preocupa com a relação entre álcool e violência no futebol, principalmente após problemas que tiveram durante o Campeonato Europeu
20	El País	Madrid	11/11/2016	San Martín de la Vega reforzará la vigilancia para evitar el botellón	F. Javier Barroso	A Polícia Local de San Martín de la Vega reforçará a atenção ao consumo de álcool e sua venda à menores. A Guarda Civil e a Polícia Nacional estão dando palestras para conscientizar os jovens sobre os riscos do consumo do álcool e outras questões.O portavoz da PP na Câmara Municipal, Nacho Mendoza, solicitou uma reunião com comerciantes asiáticos locais para avisá-los das consequências da venda de álcool a menores.
21	El País	España	27/12/2016	Menos anuncios y más escuela para salir del 'botellón'	Antonia Laborde	Especialistas pedem por regulamentação de publicidade e mais consciência na futura lei para evitar o consumo de álcool em crianças. A tentativa de chegar a acordo sobre uma Lei para a Prevenção do álcool pode ser um ponto de partida para virar dados e percepções positivas, embora nas últimos três legislaturas ter tentado, sem sucesso. A FEBE (Federación Española de Bebidas Espirituosas) apoia a publicidade



						limitante tanto em torno das escolas quanto nos horários de proteção infantil especial na televisão. Mas Torremocha defende a autorregulação. "Os especialistas não podem culpar a publicidade que os jovens bebem, o que tem que acontecer é que a lei seja cumprida e medidas adotadas para reforçá-la." Ele argumenta que o código de autorregulamentação publicitária, que deve obedecer às 120 empresas que compõem a federação, especifica que "todas as ações de comunicação devem ser direcionadas para conscientizar os consumidores sobre os problemas derivados da associação do consumo de álcool a situações de risco, evitar o abuso no consumo de álcool e / ou promover a responsabilidade no referido consumo".
22	El País	Economía	13/01/2017	Cádiz pone coto al turismo de borrachera durante su Carnaval	Jesús A. Cañas	A Câmara Municipal de Cádiz lança uma campanha para evitar pacotes turísticos no carnaval que incluam viagens de ônibus e álcool: "Procure músicas, encontre o autêntico, descubra o Carnaval de Cádiz. Nesta festa, não cante com a bebida. Consumir com moderação" é o lema. Atualmente, o Consistório publicou um lado em que divulgou as condições necessárias para localizar bares ou balcões na rua durante as férias: os requisitos relacionados à segurança e saúde incluem a proibição expressa de vender bebidas alcoólicas a menores de 18 anos de idade.
23	El País	Andalucía	03/03/2017	El consejo audiovisual exige reforzar la norma sobre la publicidad del alcohol	Ángeles Lucas	O Conselho Audiovisual da Andaluzia (CAA) apresentou um relatório que conclui com a necessidade de reforçar a legislação que regulamenta a publicidade de bebidas alcoólicas "para garantir a proteção efetiva dos

						menores de exposição precoce a essas comunicações comerciais em todas as suas formas: publicidade, patrocínio ou colocação do produto". As diretivas europeias começam a contemplar o controle dessa publicidade também na Internet: "Os regulamentos visam exigir plataformas para filtrar esse tipo de publicidade nas páginas da Web. O mesmo é feito para controlar, por exemplo, vídeos de violência", diz Fernández.
24	El País	Comunidad Valenciana	07/03/2017	Castellón tendrá que ir de tascas con horario inglés	María Pitarch	O TSJCV (tribunal) ordena à prefeitura a cessação da venda e consumo de álcool nas ruas desta área de lazer de Castellón (tascas) a partir das dez da noite, de modo que a área dos bares parará de trabalhar ao ar livre à noite, até o momento. As instalações podem continuar suas atividades até o horário de fechamento atual, desde que o consumo de álcool seja realizado dentro dos estabelecimentos ou em terraços. Ao proibir o consumo de álcool nas duas ruas à noite, a conseqüente aglomeração de pessoas nas vias públicas e nos centros de ruídos, os gatilhos da reivindicação de longa data deste coletivo de bairro são resolvidos.
25	El País	Internacional	19/03/2017	Uruguay prepara una ley para reforzar el control sobre el consumo de alcohol	Magdalena Martínez	Projeto que visa proibir a venda de bebidas entre as dez da noite e as oito da manhã fora dos bares, além de happy hours (bebida em dobro) e publicidade em eventos esportivos. Também visa aumentar os impostos sobre bebidas alcoólicas, criar um sistema de controle rigoroso e providenciar a hospitalização automática de menores que são pegos pelo consumo de bebidas alcoólicas em excesso. Outra medida deixaria a proibição dos proprietários de bares de vender álcool a

						<p>personas "em estado de embriaguez ou com aparente anomalia psíquica".</p>
26	El País	Economía	22/05/2017	<p>YouTube o Netflix no pueden tampoco anunciar bebidas alcohólicas</p>	Ramón Muñoz	<p>A Comissão Nacional de Mercados e Concorrência (CNMC) estabeleceu que plataformas, aplicativos móveis e de PC que permitem a reprodução de conteúdo audiovisual não podem incluir anúncios de bebidas alcoólicas com graduação superior a 20 graus. Dessa forma, a proibição afeta plataformas como YouTube, Netflix, HBO ou aplicativos móveis e Internet das redes de televisão tradicionais, entre outros.</p>
27	El País	España	11/07/2017	<p>Colectivos antidrogas piden encarecer el alcohol para reducir el consumo de los menores</p>	Mai Montero	<p>A Fundação para a Assistência à Toxicodependência (FAD), em conjunto com famílias e representantes do setor educacional apresentou na terça-feira uma série de medidas para <b>impedir</b> o consumo de bebidas alcoólicas entre os jovens. Além do aumento no preço das bebidas alcoólicas, a FAD também propõe às administrações públicas o controle exaustivo das instalações que vendem álcool, sanções econômicas a locais que vendem a menores, reinvestir essas sanções no condicionamento de instalações para lazer dos jovens e legislar sobre publicidade e patrocínios de empresas de bebidas alcoólicas. Ainda, acrescentou-se a necessidade de legislar e controlar o não consumo de bebida nas vias públicas. Promover uma "verdadeira" lei estadual do álcool que deve ser aplicada por todas as administrações locais e municipais.</p>
28	El País	Economía	15/08/2017	<p>Ryanair lanza una campaña contra los pasajeros borrachos</p>	Ramón Muñoz	<p>A companhia aérea irlandesa Ryanair lançou uma campanha para evitar o consumo excessivo de álcool a bordo de seus aviões e instou as autoridades britânicas a tomarem</p>

						medidas urgentes frente ao "aumento do comportamento perturbador dos passageiros que viajam desde os aeroportos britânicos" relacionados à ingestão de bebidas alcoólicas. A companhia instou os aeroportos a tomar medidas como a proibição da venda de álcool em todos os bares e restaurantes antes das dez da manhã; a introdução do uso obrigatório de cartões de embarque na compra de bebidas alcoólicas nessas instalações e limitar o número de bebidas a um máximo de dois por passageiro. Ele também solicitou que as vendas de álcool fossem monitoradas durante atrasos nos voos. A Ryanair já tomou uma série de medidas em seus voos do Reino Unido, de forma que os viajantes não estão autorizados a consumir a bordo as bebidas que compram em lojas isentas de impostos.
29	FSP	Seminários Folha	26/08/2017	Propaganda de bebida alcoólica faz mal, dizem profissionais da saúde	Juliana	Mostrar a importância de estratégias de redução de danos com o álcool, que buscam remediar além de prevenir. O psicólogo Francisco Netto, um dos coordenadores do programa sobre álcool da Fiocruz, afirma que o principal problema é a propaganda, autorregulada pelo setor. Arthur Guerra, presidente-executivo do Cisa (centro de informações sobre álcool) também destaca a proibição de venda para menores de 18 anos. "As leis são boas, o que falta é fiscalizar." Para Sanchez, é preciso mais. "Tem que acabar com promoções do tipo 'pague um, leve dois' e combos de destilado com energético. Não existe nenhum controle disso no país, é um absurdo."

						A lista de políticas públicas ideais para ela inclui ainda controlar o número de bares em uma região, limitar o horário do comércio de bebidas e não vender álcool para quem já estiver bêbado. Francisco Netto- "A legislação é muito permissiva. É preciso controlar mais o horário dos anúncios e não permitir o patrocínio de fabricantes a shows e eventos esportivos. Se eles lucram com a venda da substância, não faz sentido definirem os limites desse mercado", diz. Angelo Campana, psiquiatra e presidente da Abead (associação de estudo sobre o álcool), faz coro: "As propagandas não deveriam ter apelo sexual nem famosos. Elas têm, porque resolveram dizer que bebida alcoólica é só acima de 13 graus"
30	El País	Soytechie	07/11/2017	La meca de la innovación tecnológica le dice adiós al alcohol en la oficina	Rosa Jiménez Cano	A empresa americana Salesforce, que nesta semana ocupou o centro da cidade com sua conferência, o Dreamforce, um evento que cobre todos os quartos de hotel, decidiu eliminar o álcool de seus refrigeradores e eventos internos. Seu CEO, Marc Benioff, um dos grandes filantropos da região, acredita que ele não dá um bom exemplo e deteriora a saúde.
31	NYT	Canada	06/01/2018	Yukon Government Gives In to Liquor Industry on Warning Label Experiment- Governo de Yukon se dedica à indústria de bebidas alcoólicas na experiência de etiqueta de advertência	Ian Austen	Projeto de pesquisa financiado pelo governo canadense sobre como evitar o consumo excessivo de álcool, ao colar rótulos nas garrafas com alerta para os riscos à saúde do consumo de álcool, foram feitos para serem usados durante oito meses como um experimento e depois usar dados de vendas e entrevistas de acompanhamento para avaliar seu efeito no consumo de álcool. Mas dentro de um mês, o experimento foi interrompido, pois vários grupos de lobby da indústria do álcool

						desafiaram tanto o estudo quanto a legalidade da participação do governo. A venda de álcool é controlada por governos provinciais e territoriais e, na maior parte do Canadá, é vendida em grande parte através de lojas de propriedade do governo. Yukon tem colocado adesivos sobre a bebida durante a gravidez em álcool há quase 30 anos.
32	El País	Liga MX	19/01/2018	Ley seca para los aficionados del América en el clásico contra Pumas	Diego Mancera	O clássico de domingo entre América e Pumas venderá cerveja sem álcool no Estádio Olímpico da Universidade para evitar a violência. O fato de vender cerveja sem álcool para os grupos faz parte de uma negociação conjunta com a Polícia, as diretrizes dos clubes, as autoridades dos estádios e até com os líderes dos bares, segundo informações do Ministério da Segurança Pública. (SSP) da Cidade do México. Este plano foi feito desde o último torneio e, de acordo com informações oficiais, foi replicado para outros Estados do México.
33	El País	España	19/01/2018	Entidades antidrogas piden reinvertir las sanciones por venta de alcohol a menores en deporte y cultura	Francesco Rodella	A Mobilização do Álcool e Menores, promovida pela Federação de Ajuda contra a Toxicodependência (FAD), propôs uma série de medidas para lidar com a situação. As associações de pais e mães aconselham proibir a publicidade de produtos com álcool em concertos, festas, eventos esportivos e instalações para menores. A Federação das Associações de Imprensa da Espanha (FAPE), que se juntou à mobilização, garante que a mídia tem a informação responsável sobre o assunto, porque "não pode haver neutralidade" para os riscos do consumo de álcool por menores.

34	El País	Materia	06/04/2018	Encarecer bebidas azucaradas, alcohol y tabaco beneficia a los más pobres	Nuño Domínguez	Uma equipe de assessoria científica da Organização Mundial de Saúde estuda o impacto dos impostos no álcool, tabaco e bebidas açucaradas para reduzir a incidência de câncer e outras doenças crônicas. O artigo conclui que os impostos têm impacto sobre os domicílios mais ricos, porque são os que registram o maior consumo desses produtos.
35	El País	España	18/04/2018	El informe de la futura Ley contra el alcohol pide que se sancione a los padres de los menores que beban	Agencias/Madri	O relatório da futura Lei contra o álcool pede que os pais de menores que bebam sejam punidos. Também propõe: rever os impostos sobre todas as bebidas com graduação e estabelecê-los de acordo com a quantidade de álcool puro que eles contêm; incluir imagens dissuasivas na rotulagem de bebidas (como já é o caso do tabaco), levando em conta a diretiva europeia; propõe-se proibir happy hour nas instalações (happy hour, ou seja, desconto nos preços das bebidas durante uma determinada hora), bem como a venda de bebidas alcoólicas nos postos de gasolina. O projeto propõe ainda proibir a venda e o consumo de bebidas alcoólicas em vias públicas, uma prática popularmente conhecida como botellón, exceto em áreas autorizadas como terraços. Também procura reforçar as medidas contra lojas e estabelecimentos que repetidamente vendem ou fornecem álcool a menores, incluindo o encerramento destes estabelecimentos (confirmar). Quanto à publicidade na televisão de marcas deste tipo de bebidas, solicita-se que seja estabelecido fora do horário das crianças e restrinja o patrocínio ou qualquer outra forma de financiamento para atividades esportivas,

						culturais, educativas e de lazer passíveis de acompanhar menores de idade.
36	El País	España	24/04/2018	Los padres de menores que beban alcohol podrán ser sancionados	Miquel Alberola	O relatório que deve servir de base para a futura lei do álcool, aprovado por todas as partes com alguns votos específicos e abstenção, propõe medidas educacionais, sociais e de saúde para acabar com o "botellón" e as suas consequências sobre os menores. A deputada Tania Sanchez, do Podemos, pediu que toda a carga punitiva não recaísse sobre os pais, porque o que deveria ser encorajado são medidas de reconciliação familiar para resolver os problemas. O relatório aponta a necessidade das administrações melhorarem o controle sobre as lojas de bebidas alcoólicas, limitarem os horários de compra e aumentarem as sanções para aqueles que infringirem a lei. Entre as medidas recomendadas está o fechamento de qualquer tipo de instalações ou comércio que repetidamente venda ou forneça álcool a jovens ou revise a legislação relacionada a pontos de venda, em relação ao aumento de sanções a estabelecimentos que vendem fora dos horários permitidos. Da mesma forma, sugere-se rever os regulamentos relativos ao consumo de rua, aumentando as sanções e a substituição de empregos para a comunidade. O relatório aprovado ontem na Comissão Mista para o Estudo do Problema das Drogas também propõe a criação de um protocolo sanitário de coordenação da assistência aos menores que entram por abusarem do álcool. O que se procura é que qualquer incidência seja registrada em sua história clínica.



37	El País	Tentaciones	27/04/2018	Estas son las medidas que prepara el Gobierno para acabar con el botellón	Não consta	<p>Apresenta o que é proposto, o que é permitido e o que é proibido pelo relatório que será a base para a nova legislação de álcool. O objetivo mais importante é retardar a idade em que se começa a beber até os 18 anos e aumentar a consciência social sobre os riscos de consumir álcool.</p> <p>O que quer proibir?</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- A venda e consumo de bebidas alcoólicas em vias públicas - o que é conhecido como um botellón -, exceto em áreas autorizadas como terraços.</li> <li>- Happy hour no local (bebida em dobro)</li> <li>- A venda de bebidas alcoólicas em postos de gasolina.</li> <li>- Publicidade relacionada ao consumo de álcool durante o horário das crianças (nem uma hora antes nem depois).</li> </ul> <p>O que quer restringir ou regular?</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Patrocínio e outras formas de financiamento para atividades esportivas, culturais, educacionais e de lazer nas quais provavelmente haverá menores.</li> <li>- Medidas contra locais e empresas que vendem ou fornecem álcool repetidamente a menores e podem levar ao fechamento desses estabelecimentos.</li> <li>- Programações de vendas em estabelecimentos onde o consumo imediato não é permitido, isto é, bares, cafês ou pubs; também nas vendas de casas e nas tele vendas, por exemplo, das 22h às 7h</li> </ul>
----	---------	-------------	------------	---	------------	---

					<ul style="list-style-type: none"><li>- A obrigação de as instalações fornecerem água gratuitamente e engarrafadas a um preço reduzido.</li></ul> <p>O que propõe?</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Revisar os impostos e defini-los de acordo com a quantidade de álcool puro que eles contêm.</li><li>- Considerar a possibilidade de alocar parte dos aumentos de impostos para ações preventivas.</li><li>- Incluir imagens dissuasivas na rotulagem de bebidas, como as que já existem no tabaco.</li><li>- Prestar especial atenção às bebidas gratuitas ou à venda de bebidas alcoólicas em festivais, feiras tradicionais ou eventos de massa.</li><li>- Estabelecer um perímetro em torno dos locais onde há menores regularmente para limitar a publicidade, promoção e patrocínio de bebidas alcoólicas; e dá como exemplo um limite de 100 metros lineares do perímetro das escolas.</li><li>- Formas especiais para detectar e prevenir o consumo em famílias com histórico de abuso de álcool; além de informações, treinamento e assistência em residências.</li><li>- Incluir, do Ensino Primário e da Formação Profissional, conteúdos destinados a promover a educação para a saúde.</li><li>- Estabelecer protocolos de rastreio nas escolas e ser capaz de obter, se necessário, os serviços sociais ou de saúde mais adequados.</li><li>- Aumentar as campanhas de conscientização social em todo lugar (virtual e físico) sobre o álcool e outras drogas e vícios.</li><li>- Incentivar outras formas de celebrar feriados culturais e patronais (valorizando a</li></ul>
--	--	--	--	--	--

						<p>possibilidade de baixar os preços de outras ofertas de lazer).</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Modificar a recomendação atual que se refere a um consumo moderado e a responsabilidade de cada um, por algo mais apropriado como "tolerância zero em menores", "menores sem álcool" ou "menores, não uma gota".</li> <li>- Dar mais espaço de manobra aos profissionais de saúde para detectar problemas e estabelecer protocolos de coordenação em relação às vírgulas éticas.</li> </ul>
38	El País	Economía	03/05/2018	Decisión pionera en Escocia: el Gobierno fija un precio mínimo para el alcohol	Agencias/ Edimburgo	<p>O governo da Escócia fixa um preço mínimo para o álcool de 50 pence (aprox. 55 centavos de euro) por unidade de álcool, uma medida que leva em conta a quantidade de álcool e do volume do produto. O objetivo é tentar desencorajar seu consumo elevado para evitar problemas de saúde e crime.</p>
39	O Globo	Sociedade	11/05/2018	As drogas que mais matam	Cesar Baima	<p>De acordo com dados levantados, o álcool, como era de se esperar, tem a maior prevalência de uso e abuso, no planeta. Robert West, professor do University College London, considera que a solução para o problema não está na simples proibição, mas em uma mudança de atitude dos governos, e da cultura da população, com relação ao uso dessas drogas (álcool e tabaco), em especial o álcool. Neste caso, sabemos que seu uso é muito sensível a questões de preço, disponibilidade e propaganda. Segundo ele, é possível, e necessário, repetir com as bebidas as restrições à publicidade e as alterações na percepção do público que estão levando à redução na aceitação e no consumo de cigarros em muitos países do mundo. Porém, a indústria do álcool</p>

						está tão próxima política e pessoalmente dos governantes que é muito difícil eles tomarem uma atitude.
40	El País	Buena Vida	17/06/2018	¿Qué pasaría si subiéramos el precio del alcohol?	Teresa Morales García	Discussão sobre os efeitos da legislação Escocesa sobre o aumento no preço do álcool e outras, como a nova legislação sobre o álcool em tramitação na Espanha e os impactos nos hábitos de consumo da população. Cerrillo: "Precisamos que os próprios adultos revejam sua percepção do álcool e o tipo de mensagens que transmitimos à população jovem, já que às vezes emitimos mensagens conflitantes." E que se preparem os pais, porque em nosso país já está tramitando a nova lei que regula o consumo de álcool. Proibir a publicidade relacionada ao consumo de álcool em determinados horários, a venda de álcool em postos de gasolina, grandes penalidades nas dependências que vendem álcool a menores, multas para as crianças que consomem álcool nas ruas e também, por extensão, suas pais; mais a obrigação de participar conjuntamente, pais e filhos, em atividades de reeducação ou programas como uma medida para cancelar a sanção econômica. Decisões que, juntamente com medidas governamentais e institucionais, são fundamentais para redirecionar comportamentos em uma questão de saúde que afeta diretamente a sociedade
41	El País	España	13/07/2018	Ninguna campaña es capaz de frenar el 'balconing'	Lucía Bohórquez	Nada parece capaz de parar o "balconing" (a varanda), um fenômeno absurdo e letal que consiste em passar de uma sacada a outra ou saltar de uma altura considerável para uma piscina, sempre depois de um consumo significativo de álcool e às vezes também de

						<p>drogas, e isso prolifera áreas turísticas, especialmente as Ilhas Baleares. Até agora, esta temporada já reivindicou quatro vítimas. Alfonso Rodriguez, aposta em intensificar as campanhas de sensibilização: "Precisamos trabalhar neste tipo de campanha, mas devemos também ter poderes regulamentares para limitar a oferta agressiva de álcool tanto all-inclusive de alguns hotéis como o 'happy hour' e o bar aberto de instalações de lazer oferecida aos preços muito baratos e incentivar o alto consumo ", diz ele. Nos últimos anos, o Conselho da Cidade alterou a portaria e levantou multas pelo consumo de álcool nas vias públicas. Também através de outra portaria proibiu a exposição de bebidas alcoólicas em vitrines, supermercados e lojas de bebidas. A nova Portaria sobre o Uso Cívico dos Espaços Públicos, que entrará em vigor em setembro, também decidiu reduzir álcool e proibiu sua venda entre meia-noite e oito horas, se não para o consumo dentro do estabelecimento ou habilitado nos terraços.</p>
42	El País	Materia	21/09/2018	Más del 75% de los tres millones de muertos por el alcohol al año son hombres	Manuel Ansedo	<p>Mostrar os danos do consumo do álcool de um novo relatório da OMS que analisa o impacto do álcool no Planeta e faz algumas observações sobre estratégias de RD. "Gostaríamos de ver os Estados Membros implementarem soluções criativas que salvariam vidas, como aumentar os impostos sobre bebidas alcoólicas e restringir sua publicidade. Precisamos fazer mais para reduzir a demanda e atingir a meta estabelecida pelos governos de reduzir em 10% o consumo global de álcool entre 2010 e 2025</p>

						<p>", disse Adhanom Ghebreyesus (diretor da OMS).</p> <p>"Não percebemos isso, mas a propaganda de álcool permeia tudo. A UEFA Champions League é patrocinada pela Heineken ", diz Marina Bosque, coordenadora do Alcohol Working Group da Spanish Society of Epidemiology. Bosque, epidemiologista da Universitat Oberta de Catalunya, defende a "redução da disponibilidade de álcool", especialmente no caso de menores.</p>
--	--	--	--	--	--	---

### **Medidas Legais – Sanções:**

<b>N</b>	<b>Jornal</b>	<b>Coluna</b>	<b>Data</b>	<b>Título</b>	<b>Autor</b>	<b>Ideia central da reportagem</b>
43	El País	Madrid	03/03/2014	La policía llevará alcoholímetros para multar a los que hagan botellón	EP	A Câmara Municipal de Madri fornecerá à polícia municipal um sistema para detectar o conteúdo de bebidas alcoólicas consumidas na rua. Esta instituição recebeu "numerosas reclamações" pelas multas aplicadas pela Prefeitura de Madri em relação ao botellón. Considera-se "necessário" que a responsabilidade individual de cada um dos cidadãos identificados seja confiada à Prefeitura de Madri, que deve "habilitar um sistema válido para verificar o teor alcoólico das bebidas consumidas na rua, e não a mera percepção sensorial do agente inquirido "- provedor de justiça.

44	El País	España	31/07/2014	Casi 1.000 personas están en prisión por delitos contra la seguridad vial	Maria Alejandra Torres	Prisões a condutores que digirem sob efeito de álcool ou drogas. A presidente da associação Stop Accidents, Ana Novella Reig lamenta que as sentenças estão sendo baixas e nada eficazes. O comportamento nas estradas também se reflete nas prisões do país, onde até 15 de julho havia 990 presos por terem cometido um crime contra a segurança viária. A maioria dos presos é por dirigir sem permissão (495), por excesso de álcool (251) ou por dirigir de forma imprudente (104).
45	El País	España	12/06/2015	2.600 conductores drogados o bebidos detectados en una semana	<b>JJ Galvez</b>	Estratégia da DGT foi destinar agentes da Guarda Civil para realizar mais de 208.000 testes em estradas espanholas, "O objetivo é colocar todos esses motoristas fora da rede rodoviária", insiste a Traffic. Com essa campanha concluíram que o aumento do controle na prevenção, ajuda na mudança de comportamento da sociedade, em relação a combinar uso de álcool com direção.
46	El País	Madrid	16/08/2015	"Cara me ha salido la boda"	F. Javier Barroso	Os motoristas apoiam os controles de alcoolemia, apesar de serem flagrados por estarem bêbados ao volante. Controle de álcool e drogas em uma área de grande trânsito de veículos.
47	O Globo	Sociedade	20/09/2015	Receita médica contra mortes no trânsito	Clarissa Pains	História de carioca atropelada por motorista alcoolizado que ficou paraplégica e matou sua mãe, na época com 45 anos. Hoje ela é uma das agentes de conscientização que participam das ações diárias da Operação Lei Seca. A Lei Seca criada em 2008 é um marco importante na luta para diminuir os índices de acidentes. Desde a instauração da Op. Lei Seca, houve 32% menos mortes no

						trânsito. A queda é significativa, mas os índices voltaram a crescer, aos poucos, desde 2010. Relatório lançado este ano (2015) pela OPAS mostra que apenas 5 dos 14 países com legislação nacional ou estadual que fixaram limites de concentração de álcool no sangue tem nota considerada “boa” para aplicação da lei (8 ou mais). No Brasil, a nota foi 6. “A existência de leis firmes ajudam a determinar o comportamento humano, mas mesmo elas não são garantia. O comportamento é um dos aspectos mais difíceis de entender e explicar” - afirmou Ricardo Cruz.
48	El País	Madrid	11/05/2016	Carmena pide a Cifuentes que baje las multas por botellón y permita trabajos sociales	Bruno García Gallo	A Câmara Municipal considera que, depois de tomar 80.000 sanções pela prática do botellón, ficou provado que elas não são dissuasivas e também solicita que sejam comutadas para o trabalho social. O conselheiro de segurança Javier Barbero já optou por alterar a sanção econômica por "algum tipo de trabalho para a comunidade ou mesmo um tipo alternativo de lazer" (que consistiria em "demonstrar que a pessoa administra seu lazer de outra maneira que não beber, que gastou o dinheiro em atividades culturais, esportes, etc.”). O Conselho da Cidade trabalha com a Cruz Vermelha e a Associação de Bem-Estar e Desenvolvimento em um plano piloto de seis meses que "trabalha com intervenções motivacionais nas áreas dos botellón". Em 2015 a Cruz Vermelha realizou 62 intervenções em toda a cidade, cujo resultado, conforme observado nesta manhã,



						é uma redução de meio dia por semana a três dias por mês na prática da garrafa e um aumento de 14% a 18% na percepção de risco dessa prática.
49	El País	España	01/09/2016	Granada corta el grifo a su 'botellódromo'	Jesus Albarracín	Prefeitura de Granada proíbe concentração de jovens para o consumo de bebidas alcoólica- botellón
50	El País	Comunidad Valenciana	30/12/2016	Tráfico refuerza los controles sobre alcohol y drogas en Fin de Año	Valencia	A Direção Geral de Trânsito da Comunidade Valenciana intensifica no fim de semana os controles de álcool e drogas entre os motoristas antes do aumento dos deslocamentos planejados para o final do ano
51	El País	Madrid	08/02/2017	Clausuradas en Alcorcón dos fiestas ilegales en las que se servía alcohol a menores	F. Javier Barroso	A Polícia Municipal de Alcorcón fechou duas instalações na cidade em que foram realizadas festas ilegais com consumo de álcool, nas quais, entre os participantes, havia menores. Entre as infrações detectadas pelos agentes, havia também a ausência de pôsteres informativos nos quais ficou claro a proibição de venda e ingestão de bebidas alcoólicas a menores; a proibição do consumo de tabaco dentro do recinto ou placa externa identificando a atividade e a licença concedida.
52	El País	Diario de España	08/08/2017	Más de 3.000 pruebas de alcoholemia en la fiesta del Albariño	Elisa Lois	A avalanche do público que compareceu neste final de semana no final da 64ª edição do Festival Albariño de Cambados (o mais antigo evento de vinhos da Galiza e o segundo da Espanha) ficou surpresa com o enorme controle dos agentes de trânsito Pontevedra em que 3.169 motoristas tiveram que fazer o teste de álcool e drogas, sendo que 200 motoristas deram resultado positivo para álcool. A Guarda Civil de Trânsito de

						Pontevedra alerta que os dispositivos serão reforçados na província, que este mês de agosto está passando por uma explosão de festivais e celebrações locais, e que "haverá controles a qualquer hora do dia e em qualquer estrada".
53	El País	Comunidad Valenciana	16/10/2017	Desalojadas 400 personas de una 'rave' en una nave industrial de Valencia	C.V.	A Unidade de Convivência e Segurança da Polícia Local de Valência despejou 400 pessoas no último final de semana de uma rave (festa não autorizada) em um prédio industrial nas ruas Jesús Morante e Borrás, em Valência, depois de receber uma reclamação por distúrbio de ruído . A festa não tinha licença. A ação foi realizada pela nova UCOS, que desde o início intensificou o controle sobre o consumo de álcool nas vias públicas em diferentes focos de "botellón" da cidade, com um dispositivo policial permanente para evitar comportamentos ilegais após reivindicações na vizinhança
54	El País	España	20/02/2018	Detenido en Murcia el conductor de un autobús escolar que casi quintuplicaba la tasa de alcohol	Agencias/ Murcia	O motorista de um ônibus escolar estava transportando 42 estudantes do ensino médio na terça-feira e foi preso pela polícia Santomera local, em Murcia, com uma taxa de álcool que quase quintuplicou a permitida, conforme relatado por fontes locais. Agentes da Guarda Civil de Trânsito vão aumentando de segunda a sexta-feira, até 23 de fevereiro, os controles de álcool e drogas para motoristas de ônibus escolares. Esta é uma das medidas dentro das campanhas de segurança viária que a agência realiza anualmente para prevenir acidentes.

55	El País	Semana Santa	20/03/2018	Tráfico estrena 60 minirradars para la operación especial de Semana Santa	Agencias/ Madri	A Direção Geral de Trânsito (DGT) vai estrear o dispositivo especial da Semana Santa, que começa nesta sexta-feira, dia 23 de março às 15h, 291 patrulhas de moto que serão equipadas com detectores portáteis de álcool, drogas e velocidade, visando aumentar as medidas relacionadas à vigilância, regulação e controle de tráfego.
----	---------	--------------	------------	---	-----------------	--

### Restrição consumo

N.	Jornal	Coluna	Data	Título	Autor	Ideia central da reportagem
56	El País	Comunidade Valenciana	21/01/2014	Miguel Domínguez: "No hay una solución mágica contra el botellón"	Cristina Vazquez	Dificuldade de erradicar o consumo de álcool nas ruas. O conselheiro para a segurança da cidade de Valência, Miquel Domínguez, reconheceu que "não há solução mágica contra o botellón" e descartou a criação de um espaço específico na cidade. "É um problema de conscientização", reiterou o Conselheiro de Segurança Pública. Dominguez apresentou um serviço de mediação da Polícia Local de Valência, onde muitos casos foram solucionados.
57	El País	Sociedad	02/04/2014	El PP plantea subir a los 21 años la edad mínima para el consumo de alcohol	EP	O consumo de álcool entre os jovens é alarmante, e o governo deve combatê-lo com iniciativas de sucesso comprovado, como a lei antifumo. Isto foi afirmado ontem pela Comissão Mista para o estudo do problema da droga, aprovando um relatório no qual 22 especialistas de alto nível participaram e no qual se propõe unificar em toda a Espanha a

						idade mínima para o consumo dessa droga legal em 18 anos O porta-voz do PP nessa comissão, Joaquín Villanova, deu mais um passo nesse debate e levantou um novo debate: que essa idade mínima seja de 21 anos. "Os cientistas dizem que o cérebro de uma pessoa não amadurece até essa idade", disse Villanova. Essa proposta do PP, no entanto, não foi objeto de debate ontem
58	El País	Agencias	09/04/2014	Servicio Secreto de Obama endurece normas sobre el alcohol tras escándalos	EFE Economía	O departamento de operações especiais do Serviço Secreto do Presidente Barack Obama reforça regras contra o consumo de álcool de seus agentes, que não poderão beber álcool 12 horas anteriores à incorporação ao trabalho e nem um dia antes à chegada de Obama à Cidade, em todas as viagens oficiais. Os últimos acontecimentos violam as novas regras do Serviço Secreto, que foram adotadas após vários escândalos.
59	El País	Mundo Global	19/02/2017	Se acabó la cerveza a la hora de comer para los trabajadores de Lloyds	Patricia Tubella	Os almoços de negócios não serão mais os mesmos na cidade de Londres para os funcionários da seguradora Lloyd's, que acabou de proibir o consumo de álcool durante o horário de trabalho. A proibição é de beber bebidas alcoólicas entre 9h e 17h, incluindo a hora do almoço, quem violar os novos regulamentos enfrenta uma suspensão e até a perda do emprego. A política recém-lançada de "tolerância zero" com álcool afetará os 800 funcionários do Lloyds.
60	El País	Andalucía	17/04/2017	El alcalde de Sevilla y las cofradías plantean limitar el alcohol en la Madrugá	Raúl Limón	Proposta de aumentar a limitação do consumo de álcool durante a Madrugá (evento entre a meia-noite da quinta-feira santa e o meio-dia da sexta-feira santa) e em certos espaços para evitar avalanches e incidentes como os da

						última Semana Santa, que resultaram em 17 hospitalizados e oito presos por desordens. Entre as ações propostas pela Câmara Municipal estão o aprimoramento de medidas contra a superlotação, como o controle da capacidade de determinados espaços, e outras relacionadas à implementação de videovigilância e mais controles em áreas de conflito do centro histórico.
61	El País	España	18/04/2018	Proyecto Hombre alerta de la normalización del consumo de alcohol en el trabajo	Helena Poncini	Na Espanha, o consumo de álcool durante a jornada de trabalho é uma prática padronizada e que, às vezes, é incentivada por fatores diretamente relacionados ao trabalho, como estresse, longas jornadas e condições de trabalho. Foi isso que o Proyecto Hombre alertou durante a apresentação de sua nova campanha, que visa acabar com essa prática, na qual a associação considera que existe uma grande tolerância social.
62	El País	España	05/07/2018	España tiene las recomendaciones sobre alcohol más laxas de Europa	Emilio de Benito	Discute as taxas de ingestão de álcool recomendadas pela Espanha e se há um consumo considerado seguro. Espanha define o consumo de risco do álcool em quem supera quatro bebidas padrão por dia em homens e duas em mulheres (uma bebida padrão é de cerca de uma cerveja ou um copo de vinho, que são 10 gramas de álcool). Antonio Luis Villarino: "É claro que não vamos aconselhar ninguém a beber, mas para aqueles que o fazem, queremos ser capazes de lhe dizer quais limites causam menos danos". Estudo recente conclui: "Esses dados sugerem que os limites para o consumo de álcool devem ser inferiores aos recomendados na maioria das diretrizes atuais". No entanto, há cada vez mais opiniões,

						como a da Organização Mundial da Saúde, que afirmam que não há limite seguro para o consumo de álcool.
--	--	--	--	--	--	--

### **Estratégias específicas RD**

<b>N.</b>	<b>Jornal</b>	<b>Coluna</b>	<b>Data</b>	<b>Título</b>	<b>Autor</b>	<b>Ideia central da reportagem</b>
63	El País	País Basco	16/06/2014	Salud quiere que los jóvenes disuadan a otros menores de beber alcohol	Ania Elorza	Programa do governo quer acabar com o consumo excessivo de álcool entre jovens. O poder executivo quer levar jovens ao seu programa para eles discutirem entre si o consumo excessivo. Iniciativa é difícil de se materializar diante das dificuldades em capturar adolescentes para realizá-la.
64	NYT	New York	03/07/2014	A Different Path to Fighting Addiction	Gabrielle Glaser	Mostrar um caminho diferente para o tratamento do vício, especialmente do álcool. Trata-se de um grupo de psicólogos especializados no tratamento do uso de substâncias e outros comportamentos compulsivos no Centro de Motivação e Mudança (CDC), que usa um conjunto de técnicas que fornecem uma abordagem prática para resolver problemas emocionais e comportamentais, em vez de fazer com que os abusadores jurem para sempre se abster da substância - um passo particularmente difícil para os jovens. Os psicólogos são francos sobre as razões pelas quais muitos adolescentes e adultos jovens usam drogas: quando se trata de diminuir a ansiedade e aliviar a depressão, as substâncias tendem a

						funcionar a curto prazo. "As crianças não são loucas por usá-las", disse Wilkens. "Elas têm um efeito que está reforçando de alguma forma. Se você entende isso, você pode trabalhar estrategicamente para apoiar e reforçar outros comportamentos saudáveis e competitivos"
65	El País	País Basco	16/10/2014	Expertos advierten del daño del alcohol en adolescentes	Bilbau	Risco de danos ao cérebro de jovens por consumo de álcool. Um dos especialistas em referência ao consumo abusivo acrescentou que é "muito mais perigoso consumir a mesma quantidade de álcool em poucas horas, do que distribuir por vários dias, porque você não atinge picos tão altos de álcool no sangue". Quanto mais cedo o consumo começa, mais danos o cérebro sofre. Depois de lembrar que o cérebro está em desenvolvimento até os 21 anos e sempre se referindo a adolescentes com mais de 18 anos, Guerri comentou que "se eles querem ter a capacidade intelectual máxima, é melhor não ficar bêbado e menos todo fim de semana e com o estômago vazio, porque o pau seco é absorvido mais "
66	FSP	Equilíbrio e Saúde	17/10/2014	Novo medicamento promete reduzir vontade de beber	Cláudia Collucci	Discutir sobre um remédio que promete ajudar abusadores de álcool a reduzir a quantidade de bebida –e não a parar de beber por completo– que é a nova aposta de governos europeus em redução de danos. A droga chamada nalmefene (Selincro) foi aprovada na Europa em 2013 e lançada em 20 países. Resultados de testes clínicos feitos pelo fabricante constataram que a droga, em conjunto com suporte emocional, reduz em 60% a vontade de beber, quando

						comparado com placebo e apoio psicossocial. Para a psiquiatra Analice Gigliotti, o remédio é uma boa alternativa às pessoas que abusam do álcool, mas que não têm dependência da bebida. Para a psiquiatra Ana Cecília Marques, presidente da Abead (Associação Brasileira para o Estudo do Álcool e outras Drogas), o medicamento "é mais do mesmo: "Medicamentos similares diminuem a fissura, mas funcionam para uns pacientes, e para outros, não." Segundo ela, a meta dos tratamentos do alcoolismo é a abstinência, não a redução de doses- "Eles envolvem remédios, mas, necessariamente, outras terapias comportamentais e motivacionais para evitar as recaídas."
67	El País	Buena Vida	17/12/2014	¿Cuánto alcohol puedo beber esta Navidad?	Angeles Gomez López	Os danos do álcool no cérebro e a quantidade indicada para o consumo do mesmo. A aparência de efeitos tóxicos está ligada às quantidades e à velocidade com que se bebe, de modo que beber rápido é mais prejudicial do que beber o mesmo, mas mais lentamente. Contudo, a questão que é realmente decisiva para as consequências do consumo de álcool no organismo é a quantidade ingerida. Julio Bobes, professor de psiquiatria da Universidade de Oviedo, adverte: "Demora muito tempo a perder neurônios até percebermos que há uma demência alcoólica comparável à doença de Alzheimer". A Organização Mundial da Saúde (OMS) estabelece os limites entre 40 e 60 gramas de álcool por dia para homens e 20 a 40 para mulheres (uma cachaça ou uma taça de vinho tem pouco mais de 10 gramas



						e combinados em 20 gramas) Quanto ao consumo semanal, as recomendações não excedem 280 gramas para eles (28 copos de vinho ou cervejas e 14 taças) e 168 para elas (16 vinhos ou cervejas e 8 taças).
68	El País	Icon	23/01/2015	En el futuro, todos beberemos 'alcohol sano'	Daniel Fernández Cañadas	Aumentar a visibilidade para o consumo de "álcool saudável". Os resultados seriam cervejas mais nutritivas e com menos calorias, o que já existe nos Estados Unidos, onde há a cerveja de chá de carvão, com baixo teor alcoólico.
69	El País	Ciencia en Español	31/07/2015	Hallada la sustancia que borra el daño cerebral tras una borrachera	Nuño Dominguez	Um especialista e pesquisador explica que logo após o início da ingestão de álcool o sistema imunológico é acionado e começa assim um efeito inflamatório no cérebro, o que causa danos aos neurônios. O que foi descoberto é que um composto encontrado no chocolate preto protege contra essa inflamação. Assim, se um medicamento à base de OEA for produzido, obviamente também poderia proteger contra os excessos ocasionais de álcool.
70	El País	Buena Vida	13/08/2015	En vaso de tubo se bebe más lento	Miguel Ángel Bargeño	Dicas de como minimizar os efeitos do álcool: <b>Comer antes de beber; Consumo moderado:</b> homens devem beber até três copos de vinho ou cerveja, e mulheres um terço a menos pois metabolizam o álcool mais lentamente que os homens; <b>Hidratarse durante o consumo de álcool; Priorizar o vinho; Escolha do copo:</b> copo reto reduz a velocidade que se consome bebida alcoólica, diferente do arqueado.
71	El País	Buena Vida	09/10/2015	¿Deben las embarazadas dejar de beber alcohol?	Buena Vida	Alertar mulheres grávidas sobre os possíveis problemas decorrentes de ingestão de álcool na gravidez. O Departamento de Saúde

						aconselha: "Se você estiver grávida ou planeja engravidar, evite completamente o álcool. Mas, se decidir beber, não deve exceder mais de uma ou duas unidades de álcool uma ou duas vezes por semana para minimizar risco para o bebê [1 ou 2 copos de vinho, uma ou duas vezes por semana]."
72	El País	Comunidad Valenciana	19/10/2015	<b>2. EL SÉPTIMO ARTE FRENTE AL BOTELLÓN</b>	Cristina Vazques	A iniciativa é conhecida como Viu la Nit (viva a noite) e é um programa do Departamento de Juventude da cidade de Valência que oferece vida noturna cultural como alternativa a outros hábitos não tão saudáveis que têm a ver com o consumo de álcool. O botellón também se tornou um problema de convivência cidadã.
73	El País	Buena Vida	30/06/2016	Adiós, resaca, adiós	Prado Campos	Apresenta cinco dicas eficazes contra o desconforto que se manifesta quando passamos com as bebidas:  1. Água e mais água: encha a garrafa de água toda vez que seu corpo pedir. Também ajuda, anteriormente, a beber um copo de água entre o copo e o copo; bem como outro antes de ir dormir. 2. Ibuprofeno sim, paracetamol não: evitaria o paracetamol, porque esse medicamento faz o fígado funcionar 3. Me dê vitaminas: sucos e frutas atenuam a dor causada pela ressaca, porque a vitamina C e a frutose ajudam o fígado a metabolizar o álcool e a eliminá-lo duas vezes mais rápido 4. E o gás? Embora a maioria dos especialistas desaconselhe os refrigerantes como remédio para ressaca, parece que Sprite (um refrigerante com sabor de limão sem cafeína) pode ser a

						solução para o excesso 5. Solte esse hambúrguer: Não comer um hambúrguer ou alimentos pesados em um dia de ressaca
74	FSP	F5- Você viu?	11/07/2016	Como clínica canadense trata alcoólatras servindo vinho de hora em hora	BBC Brasil	Clínica canadense trata alcoólatras servindo vinho de hora em hora. O Programa de Gestão do Álcool de Ottawa (ou MAP, na sigla em inglês) foi projetado para atender às necessidades de moradores de rua que haviam tentado parar de beber e falharam. O esquema foi desenvolvido por um grupo de profissionais de saúde há cerca de 15 anos. "O pensamento era que, se pudéssemos estabilizar a loucura de suas vidas, o dia que começa com a busca de álcool e todas as complicações que ele causa, então talvez pudéssemos fazer investidas para tratar sua saúde mental, dependência de álcool e suas doenças físicas", diz o doutor Jeff Turnbull, um dos idealizadores do projeto e chefe do hospital de Ottawa. O vinho é distribuído então a cerca de 50 alcoólatras. "Eu adoraria que todos eles fossem abstinentes," diz o doutor Turnbull. "Mas isso é viável ou possível? Talvez não. Nós tentamos reduzir seu consumo diário de álcool. Pelo menos, eles são estáveis aqui no Oaks. Eles estão felizes e eles têm um padrão de vida razoável."
75	El País	Ideas	11/08/2016	<b>3. LOS NO TAN TEMIBLES BRAMIDOS DE LOS DINOSAURIOS</b>	Ideas	O tratamento para o alcoolismo normalmente consiste em abstinência. Em Ottawa, no Canadá, foi lançado um tratamento que consiste em fornecer uma dose de vinho a cada hora, diminuindo a quantidade nas doses ao longo do dia.

76	El País	Tentaciones	16/12/2016	4. ¿CERVEZA PARA QUITAR LA RESACA? EXISTE Y TENEMOS LOS INGREDIENTES	David Diaz	Cerveja que promete dissipar os efeitos do consumo de álcool. O Instituto Griffith Saúde da Austrália, abriu a proibição com a primeira cerveja isotônica que causou ao remover todo o mal; uma cerveja que eliminou todos os componentes desidratantes e adicionou uma super calha de eletrólitos que permitiu em um suspiro a recuperação de líquidos após um dia de exercício. Segundo o Instituto Nacional de Toxicologia esses "remédios" que curam ressaca são um mito.
77	El País	Buena Vida	31/01/2017	La asignatura pendiente de los cerveceros: conseguir que la 0,0 esté tan rica como la normal	María Sánchez Sánchez	Willem Van Waesberghe, mestre cervejeiro da Heineken em todo o mundo, refere sobre os desafios da empresa para o futuro: “Como cervejeiro, um dos principais desafios que tenho é desenvolver uma boa cerveja 0,0. É algo em que estou trabalhando duro porque é muito difícil obter um sabor equilibrado”
78	El País	Buena Vida	28/06/2017	¿La caña del mediodía sube más que la de la cena?	Eva Van Den Berg	A velocidade com que metabolizamos o álcool depende da interação de vários fatores, que resultam na forma e no ritmo em que as bebidas que levamos à garganta nos afetam. Mas a verdade é que as informações sobre isso são bastante confusas. Não é apenas o que e quanto bebemos, mas também a que hora do dia fazemos e como temos o corpo naquele momento. A maneira de beber influencia muito: se tomado com o estômago vazio, por exemplo, o álcool chega à corrente sanguínea antes e precipita seus efeitos, que podem atingir seu clímax entre 30 minutos e 2 horas após o consumo. Mas ter a barriga cheia tem suas desvantagens: se você tiver comida no estômago, o

						esvaziamento gástrico será atrasado ou o que é o mesmo: o álcool terá mais tempo para penetrar na corrente sanguínea. Alan Burdick, jornalista da New Yorker e autor do livro Why Time Flies: A Mostly Scientific Investigation concluiu que os cientistas não são absolutamente claros sobre as melhores condições para beber e causar o menor impacto no corpo. Especialmente, na hora em que você bebe.
79	El País	Mundo Global	01/07/2017	Un periódico neozelandés muestra en primera página nombres de conductores ebrios	El País	Nova Zelândia- Iniciativa de publicar nomes de motoristas embriagados na primeira página da publicação semanal 'Mountain Scene' busca coibir o crescente número de acidentes de carro em uma cidade turística do país. O aviso é: "Dirija bêbado e você aparecerá na primeira página. Manteremos o campanha no resto do ano ". Explica o diretor do jornal, David Williams.
80	FSP	Seminários Folha	16/08/2017	Pais de alunos criam filme educativo sobre consumo de álcool por jovens	Leonardo Neiva	Pais de alunos de uma escola de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, atuaram e ajudaram a produzir um filme educativo que mostra as consequências do consumo de bebidas alcoólicas por menores de idade. O vídeo, que tem pouco mais de 30 minutos, ganhou o nome de "Art. 243", em referência ao artigo 243 do Estatuto da Criança e do Adolescente. O texto responsabiliza quem vende, fornece, serve, ministra ou entrega bebidas alcoólicas a crianças e adolescentes, com pena de detenção de dois a quatro anos e multa.
81	FSP	Seminários Folha	23/08/2017	Estratégia de redução de danos no consumo de álcool deve ser individual	Leonardo Neiva	Estratégia de redução de danos no consumo de bebidas alcoólicas deve ser pensada de forma individual e adaptada a um

						determinado contexto- prof. Rubens Adorno. Para Cordeiro, a redução de danos é uma estratégia de pouca exigência, que não obriga o consumidor a parar de beber. "É preciso haver a promoção da abstinência em alguns casos. Às vezes a individualização do tratamento requer outras estratégias que não a redução de danos."
82	FSP	Seminários Folha	26/08/2017	Fabricantes de bebidas apostam em campanhas educativas por aplicativo	Juliana Vines	Abrabe (associação de fabricantes) refere fazer ações de RD associadas ao álcool em campanhas educativas virtuais, em parceria com aplicativos. Desde 2011, a Abrabe mantém a plataforma "Sem Excesso" e, no último Carnaval, fez parceria com o aplicativo Waze para dar alertas no celular sobre os riscos de beber e dirigir. A Diageo, dona de marcas de destilados como Johnnie Walker e Smirnoff, se juntou ao aplicativo 99 Táxis para dar descontos em corridas noturnas e incentivar usuários a evitar a mistura álcool e direção. "A sustentabilidade do nosso negócio está relacionada com o consumo responsável", diz Teresa Orlandi, gerente de relações corporativas da empresa. Angelo Campana, presidente da Abead (associação de estudos do álcool), desconfia das ações. "Não acredito que a indústria faça redução de danos, é marketing. Eles querem o lucro e quanto mais venderem, melhor. A propaganda está aí para isso."
83	El País	España	15/11/2017	Dos de cada tres españoles apuestan por reducir la tasa de alcohol al volante a 0,0	Francesco Rodella	A maioria dos espanhóis (68%) concorda em proibir a direção depois de beber álcool- dois em cada três cidadãos são a favor de reduzir a taxa permitida de bafômetro para 0,0 miligramas de álcool por litro

84	NYT	Opinion	29/12/2017	America, Can We Talk About Your Drinking?	Gabrielle Glaser	O consumo excessivo de álcool está aumentando entre mulheres, idosos e minorias. Muitos que lutam contra a bebida não recebem a ajuda de que precisam, em grande parte porque acham que a única maneira de obter controle sobre o álcool é se abster. Muitos dos novos tratamentos ajudam as pessoas a acompanhar o consumo de bebidas alcoólicas - e talvez o mais importante seja entender por que elas estão absorvendo em primeiro lugar. O Dr. Tatarsky, por exemplo, ensina os pacientes a aprenderem a “surfear” seus impulsos - levando 15 segundos para perceber a emoção que poderia estar causando-os e depois substituindo comportamentos mais saudáveis, como exercícios respiratórios. Ele também ensina estratégias: "Antes de ir a uma festa, antes de começar sua semana, é útil ter um plano, assim como os atletas têm planos de jogo." Outros oferecem métodos baseados na Web para reduzir o consumo de álcool e, em algumas pesquisas iniciais, mostraram-se promissores.
85	O Globo	Sociedade	04/01/2018	Lei sobre uso de álcool e drogas por menores é vista com cautela por especialistas	Paula Ferreira	O governador Luiz Fernando Pezão sancionou nesta quarta-feira uma lei que obriga hospitais, clínicas e postos de saúde a notificarem os conselhos tutelares sempre que um menor de idade receber atendimento por embriaguez ou por uso de drogas. A nova lei, no entanto, é vista com cautela por especialistas. A lei, de autoria da deputada Enfermeira Rejane (PC do B), estabelece que as unidades de saúde também notifiquem os pais ou responsáveis das

						crianças e adolescentes que receberem atendimento. O descumprimento da medida implica em uma multa de cerca de R\$141,2 mil. Não adianta reportar os casos sem que haja capacidade de intervenção e apoio de fato. É necessário que a lei seja feita em uma perspectiva de saúde e não de punição, porque existe o risco de gerar uma resistência na busca por ajuda — explica Ana Paula Pellegrino, pesquisadora do Instituto Igarapé, que realiza pesquisas sobre política de drogas.
86	El País	Buena Vida	25/07/2018	Una píldora que borra de raíz los síntomas de la resaca	The Conversation/ Yunfeng Lu	Projeto que poderia ajudar as pessoas a apreciar o vinho, coquetéis ou cervejas sem ressaca, e ao mesmo tempo criar um tratamento para tratar pessoas com envenenamento e overdose em emergências. Está em fase de testes em camundongos, com o uso de cápsulas cheias de enzimas naturais que normalmente são encontradas nas células do fígado para ajudar o corpo a processar mais rapidamente o álcool.
87	El País	Buena Vida	24/10/2018	El alcohol está pasado de moda. Así es el nuevo 'botellón'	Teresa Morales García	Apresenta ações como Movimento Mindful Drinking associadas a nova consciência sobre o beber, desestimulando a cultura do beber tão integrada na sociedade. Em 2017, os funcionários da Club Soda tiveram a ideia de organizar o Festival Consciente Beber, um macrofestival de dois dias em que você colocar em prática esses valores. Em apenas duas edições convocadas - agosto e novembro - conseguiu reunir quase 13.000 pessoas, consolidando assim o que muitos apontam como o novo modernismo social: o Movimento Mindful Drinking."Poderíamos



						<p>definir o consciente beber e tomar decisões conscientes sobre o que você bebe e quanto. E também saber quando parar. Ou seja, oposto a beber sem pensar", diz o jornalista Rosamund Dean. No Reino Unido, esse movimento se tornou mais do que apenas uma tendência. "Consumo consciente é parte de uma mudança social e cultural para evitar o consumo excessivo de álcool", diz Dean. No entanto, "esse movimento ainda não penetrou na Espanha", diz María Franco.</p>
--	--	--	--	--	--	--